

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO**

**Lorena Pérola Cordeiro Martins**

**A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA COMO  
ACONTECIMENTO NOTICIOSO:**

as matérias nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”

**Juiz de Fora**

**Julho de 2016**



**Lorena Pérola Cordeiro Martins**

**A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA COMO  
ACONTECIMENTO NOTICIOSO:**

as matérias nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christina Ferraz Musse

**Juiz de Fora  
Agosto de 2016**



Lorena Pérola Cordeiro Martins

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora como acontecimento noticioso:  
as matérias nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”

Monografia apresentada ao curso de  
Jornalismo da Faculdade de Comunicação da  
Universidade Federal de Juiz de Fora como  
requisito parcial para a obtenção do grau de  
bacharel.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christina Ferraz  
Musse

Aprovada pela banca composta pelos seguintes membros:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christina Ferraz Musse (UFJF) – Orientadora

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) – Convidado

---

Prof. Dr. Jorge Carlos Felz Ferreira (UFJF) – Convidado

Conceito Obtido: Aprovado

Juiz de Fora, 1 de agosto de 2016.



Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cordeiro Martins, Lorena Pérola.

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora como acontecimento noticioso : as matérias nos sites dos jornais "O Globo", "Estado de Minas" e "Tribuna de Minas" / Lorena Pérola Cordeiro Martins. – 2016.

112 p. : il.

Orientadora: Christina Ferraz Musse

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Comunicação Social, 2016.

1. Jornalismo. 2. Portal de notícias. 3. Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. 4. Acontecimento. 5. Valor-notícia. I. Musse, Christina Ferraz, orient. II. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente, agradeço a Deus e à minha família por sempre me darem forças. Sou abençoada por ter minha mãe Elma, meu pai Tarcísio e meu irmão Iago em minha vida. Vocês são minha maior fonte de inspiração.

Agradeço também aos professores dedicados e bem preparados com quem tive aula na Facom. Ter essa experiência foi um privilégio.

A todos os envolvidos nos projetos de extensão “Memórias possíveis: os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora” e “Memórias do golpe: o trabalho da CMV-JF disponível ao público”. Os dois anos nos quais me dediquei a estes projetos foram a motivação para este trabalho.

À Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christina Ferraz Musse, minha orientadora e coordenadora de bolsa de extensão, que sempre foi muito solícita, paciente e generosa. Sua ajuda neste trabalho foi inestimável.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal e ao Prof. Dr. Jorge Carlos Felz Ferreira, por aceitarem participar da minha banca.

A todos os meus amigos, por tornarem meus dias mais leves e felizes.





## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso visa analisar as notícias publicadas sobre a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora no período de abril de 2014 a julho de 2015 nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”, com o objetivo de descobrir quais valores-notícia foram mais preponderantes e fizeram com que os acontecimentos experienciados no cotidiano relacionados à CMV-JF se tornassem legítimos acontecimentos jornalísticos. Como base da parte teórica sobre acontecimento, são utilizados conceitos de Quéré, Morin, Adriano Duarte Rodrigues, Christa Berger e Frederico M. B. Tavares. Os critérios de noticiabilidade são estudados por meio de sistematização feita por Gislene Silva e as características próprias do jornalismo para *internet* através dos conceitos de Marcos Palacios. Para análise das notícias, a proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados de Silva é utilizada. O resultado foi que os possíveis valores-notícia mais preponderantes encontrados foram proximidade, impacto, proeminência, tragédia/drama e justiça.

Palavras-chave: Jornalismo. Portal de notícias. Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Acontecimento.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Distribuição dos usuários de internet por meio de *smartphone* segundo classe e gênero no Brasil no primeiro trimestre de 2015.....30
- Figura 2 – Formas de leitura de notícias pelo *smartphone* no Brasil em abril de 2015.....31



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Elencos de valores-notícias.....	22
Tabela 2 – Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados.....	24
Tabela 3 - Valores-notícia nas matérias publicadas nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”.....	57



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 ACONTECIMENTO, NOTÍCIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....</b>	<b>17</b>
2.1 SOBRE O ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO.....	18
2.2 OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE.....	21
2.2.1 Os critérios da noticiabilidade na origem do fato.....	21
2.2.2 Os critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos.....	26
2.2.3 Os critérios de noticiabilidade na visão dos fatos.....	27
2.3 O JORNALISMO ONLINE.....	28
2.3.1 A evolução da internet e o jornalismo no Brasil.....	29
2.3.2 Características próprias do jornalismo online.....	32
2.3.3 Os critérios de noticiabilidade no jornalismo online.....	33
<b>3 A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E OS JORNAIS “O GLOBO”, “ESTADO DE MINAS” E “TRIBUNA DE MINAS”.....</b>	<b>34</b>
3.1 O SURGIMENTO DA CMV-JF E SEUS OBJETIVOS.....	34
3.2 OS MEMBROS DA CMV-JF.....	36
3.3 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CMV-JF.....	37
3.3.1 O convênio da CMV-JF com a UFJF e os projetos resultantes.....	38
3.4 EVENTOS PARA A DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DA CMV-JF.....	39
3.5 O RELATÓRIO FINAL.....	39
3.6 OS JORNAIS “O GLOBO”, “ESTADO DE MINAS” E “TRIBUNA DE MINAS” .....	40
3.6.1 “O Globo”.....	40
3.6.2 O “Estado de Minas” .....	42
3.6.3 O “Tribuna de Minas”.....	43
<b>4 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE A CMV-JF NOS SITES DOS JORNAIS “O GLOBO”, “ESTADO DE MINAS” E “TRIBUNA DE MINAS” .....</b>	<b>45</b>
4.1 AS NOTÍCIAS NO SITE DO JORNAL “O GLOBO” .....	45
4.2 AS NOTÍCIAS NO SITE DO JORNAL “ESTADO DE MINAS” .....	49
4.3 AS NOTÍCIAS NO SITE DO JORNAL “TRIBUNA DE MINAS” .....	50



4.4 COMPARAÇÃO ENTRE A COBERTURA DOS TRÊS JORNAIS.....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>63</b>
APÊNDICE A – ENTREVISTA COM RENATO SALLES, REPÓRTER DO JORNAL “TRIBUNA DE MINAS” .....	64
APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ASCÂNIO SELEME, DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL DO JORNAL “O GLOBO” .....	69
APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MARCELO REMIGIO, REPÓRTER DO JORNAL “O GLOBO” .....	73
APÊNDICE D – ENTREVISTA COM DANIEL CAMARGOS, ENVIADO ESPECIAL DO JORNAL “ESTADO DE MINAS” .....	75
APÊNDICE E – ENTREVISTA COM HELENA DA MOTTA SALLES, PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA.....	77
<b>ANEXOS.....</b>	<b>81</b>
ANEXO A - OS MAIORES JORNAIS IMPRESSOS DO BRASIL DE CIRCULAÇÃO PAGA EM 2015.....	81
ANEXO B - OS MAIORES JORNAIS DIGITAIS DO BRASIL DE CIRCULAÇÃO PAGA EM 2015.....	83
ANEXO C – MATÉRIAS NO SITE DO JORNAL “O GLOBO” .....	85
ANEXO D – MATÉRIAS NO SITE DO JORNAL “ESTADO DE MINAS” .....	91
ANEXO E – MATÉRIAS NO SITE DO JORNAL “TRIBUNA DE MINAS” .....	95



## 1 INTRODUÇÃO

Durante o período de um ano, a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) realizou trabalhos com o objetivo de elucidar os casos de graves violações dos direitos humanos em Juiz de Fora, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres ocorridos principalmente no período da ditadura militar (1964-1985). Durante o seu tempo de atividade, as mídias local, estadual e nacional publicaram em seus sites notícias sobre as mais diversas ações promovidas pela Comissão. Neste trabalho, pretende-se listar quais valores-notícia foram predominantes e fizeram com que os acontecimentos suscitados pela CMV-JF se tornassem verdadeiros acontecimentos jornalísticos e ganhassem espaço nos portais. Assim, será possível dizer qual veículo de comunicação fez a cobertura online mais abrangente do tema.

Sobre o objeto de pesquisa, foram escolhidas as notícias relacionadas à CMV-JF que foram publicadas nos sites dos jornais “Tribuna de Minas” (sediado em Juiz de Fora - MG), “Estado de Minas” (Belo Horizonte - MG) e “O Globo” (Rio de Janeiro - RJ) no período de abril de 2014 a julho 2015, intervalo em que ocorreram os principais eventos promovidos pela Comissão. Eles foram analisados quali-quantitativamente utilizando a proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados proposta por Gislene Silva (2005, p. 104-105). Características como quantidade de caracteres, editoria em que foi publicada, repórter que assinou e presença ou não de fotografias também são levadas em conta.

No Capítulo 2, são apresentados os conceitos de acontecimento, notícia e critérios de noticiabilidade. Para descrever o acontecimento, utilizamos autores como o francês Louis Quéré (2005), seu conterrâneo Edgar Morin (1986) e o português Adriano Duarte Rodrigues (1993). O acontecimento experienciado no cotidiano e acontecimento jornalístico, conceitos de Christa Berger e Frederico M. B. Tavares (2012), são também utilizados. Os critérios de noticiabilidade são estudados sob a luz da sistematização feita por Gislene Silva (2005), que reúne conceituações de diversos autores e propõe uma tabela para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados.

O terceiro capítulo diz respeito ao jornalismo online. Pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Nielsen IBOPE foram utilizadas para comprovar o crescimento dos usuários de internet e expansão do jornalismo *web* no

Brasil. As características próprias do jornalismo feito para essa plataforma também são apresentadas.

O quarto capítulo apresenta a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, que foi criada com o intuito de investigar casos de graves violações dos direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres em Juiz de Fora. A estrutura da Comissão (seus membros e colaboradores), sua função, os trabalhos realizados e o resultado destes foram expostos.

Já no Capítulo 5, são apresentados os jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas” e seus respectivos portais online. Os três veículos foram escolhidos para representar a mídia na esfera nacional (“O Globo”), estadual (“Estado de Minas”) e regional (“Tribuna de Minas”).

No sexto capítulo, temos a análise das notícias publicadas nos sites dos três jornais selecionados. Optamos por analisar apenas as matérias que recorreram pelo menos a uma fonte. Notas não foram consideradas. A análise é quali-quantitativa e a proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados de Silva (2005, p. 104-105) é utilizada. O período analisado é de abril de 2014 a junho de 2015, época em que houve as principais ações e eventos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. As notícias selecionadas serão então analisadas com o objetivo de saber qual meio fez a cobertura mais abrangente e também quais valores-notícia daqueles sistematizados por Silva estão mais presentes e foram responsáveis por transformar os acontecimentos experienciados no cotidiano em legítimos acontecimentos jornalísticos.

## 2. ACONTECIMENTO, NOTÍCIA E CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Neste capítulo, exporemos algumas definições de acontecimento e acontecimento jornalístico. O intuito é entender quais ocorrências têm o poder de se destacar em meio aos demais fatos que acontecem todos os dias, e compreender também por que apenas algumas se tornam matéria-prima para os meios de comunicação. Além disso, os chamados critérios de noticiabilidade (*newsworthiness*), isto é, os fatores que determinam a importância que um fato tem para ser noticiado, são sistematizados e explicados.

Os autores Louis Quéré (2005) e Edgar Morin (1986) são os primeiros a dar conceituações para o termo “acontecimento”. Marcia Benetti (2010) explica uma citação de Adriano Duarte Rodrigues (1993) que também dá uma definição precisa para a expressão. Christa Berger e Frederico M. B. Tavares (2010) categorizam os acontecimentos em “acontecimentos experienciados” e “acontecimentos jornalísticos”. Dentro desta última classificação, ainda abrem uma nova tipologia: a divisão entre acontecimentos previstos, que são programados e suscitados por alguém, e os imprevistos, que carregam a característica do ineditismo.

Gislene Silva (2005) é a responsável por sistematizar os numerosos critérios de noticiabilidade e dividi-los em três instâncias: na origem do fato, no tratamento do fato e na visão dos fatos. Ao tratar dos critérios de noticiabilidade na origem do fato, a sistematização de Silva converge com as ideias de David White (1993), criador da chamada teoria do *gatekeeping*.

O jornalismo online e suas características, listadas por Marcos Palacios (2002), também são apresentados neste capítulo. A internet tem o diferencial de poder reunir as características de todos os outros meios de comunicação em uma só plataforma. Sons, imagens, vídeos e texto podem ser reunidos, com a vantagem de não ter os limites de tempo e espaço com que os demais meios lidam. Com isso, a internet implantou grandes mudanças no modo de fazer jornalismo.

## 2.1 SOBRE O ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO

Diversos autores fornecem definições para o conceito de acontecimento. O francês Quéré (2005, p. 59-76, *apud* LAGE, p. 4), diz que o acontecimento se sucede quando há uma ruptura na continuidade, um fato que destoa da realidade vigente, uma ocorrência singular que se destaca no fluxo contínuo da experiência. O conterrâneo de Quéré, Morin (1986, p. 84), reitera a visão de acontecimento como ruptura e afirma que “não é o nascimento que é acontecimento, é o acontecimento que é nascimento, no sentido em que, concebido no seu sentido mais forte, é acidente e ruptura, isto é, catástrofe”. Ele concebe que o devir do mundo seja uma cascata de acontecimentos, acidentes, rupturas, morfogêneses. Sendo assim, o acontecimento é aquilo que não é esperado, que foge da normalidade e nos surpreende.

Christa Berger e Frederico M. B. Tavares (2010, p. 122) dizem que, na vida comum, podemos perceber no mínimo dois tipos de acontecimentos: o acontecimento experienciado no cotidiano e o acontecimento jornalístico. O acontecimento experienciado no cotidiano, “pensado pela História, a Filosofia e as Ciências Humanas, tem sido objeto de estudo e investigação, resvalando em reflexões que perpassam uma relação com o tempo, objetivo e/ou (inter)subjetivo”. No acontecimento experienciado, uma ação interrompe um estado qualquer, mas só existe quando afeta sujeitos, que assim lhe dão sentidos. E este tipo de acontecimento pode servir de ponto de partida para o jornalismo.

A definição de “acontecimento jornalístico”, aquele que mais nos importa aqui, será a construção do acontecimento em forma de notícia. E notícia vem do latim *notitia*, que significa notoriedade, fama. Para o jornalismo, o termo tem o sentido de relato de fatos e acontecimentos, veiculados em dispositivos midiáticos como jornais físicos e online, redes de televisão, revistas etc. Isto é, fatos e acontecimentos que ganham notoriedade nos meios de comunicação. As notícias são como construções narrativas, histórias, uma realidade seletiva. E é necessário reconhecer quais os acontecimentos possuem valor como notícia. Após este reconhecimento, o jornalista precisa orientar-se para elaborar a notícia.

Nesse sentido, o acontecimento jornalístico está na vida corrente, como objeto de referência, insumo para os relatos do mundo da vida, que adquirem visibilidade através dos diversos suportes de mídia.

Para se tornar acontecimento jornalístico e ganhar destaque nos jornais, inclusive nas versões online, que são discutidas aqui, Rodrigues (1993, p. 27) afirma que o fato tem que irromper “a superfície lisa da história dentre uma multiplicidade de fatos virtuais”. Como explica Marcia Benetti (2010, p. 145), fatos “virtuais”, nesse caso, são aqueles sujeitos à

atualização por um discurso – no caso, pelo discurso jornalístico. Já “superfície lisa da história” é uma metáfora usada por Rodrigues para definir a percepção dos sujeitos sobre a realidade social, que normalmente é vista como contínua.

Não é fácil separar esses dois tipos de acontecimento, pois é do acontecimento experienciado que se alimenta o acontecimento jornalístico. E este interfere na percepção daquele, gerando um ciclo de interação simultânea. Após o rompimento do *status quo*, se inicia um processo de busca por um sentido para interpretar essa anormalidade. O objetivo é dar significado ao imprevisível, ao inédito, ao fato que irrompeu na superfície lisa da história.

Todavia, a imprevisibilidade não alcança o status de condição obrigatória para que o acontecimento jornalístico se suceda, na medida em que existem acontecimentos totalmente previsíveis, como uma coletiva de imprensa previamente planejada, a visita de uma autoridade, um evento anual etc. O imprevisto é apenas o critério mais claramente reconhecido dentre uma gama de outros valores.

Berger e Tavares (2010, p. 122) desenvolvem então também uma tipologia para os acontecimentos jornalísticos. É a divisão entre “acontecimentos imprevistos” e “acontecimentos previstos”. Os imprevistos, como o nome já diz, possuem a característica de serem inesperados, uma das mais evidenciadas no jornalismo. A quebra da normalidade assinala os acontecimentos imprevistos. O atentado terrorista de onze de setembro de 2001 contra os Estados Unidos é um famoso exemplo de acontecimento imprevisto. A circunstância normal seria mais um dia de trabalho para aqueles que estavam nas Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center e também para aqueles que trabalhavam no Pentágono. Além disso, seria um voo comum para aqueles que estavam nos quatro aviões sequestrados para o ataque. Mas o que aconteceu na verdade foi uma tragédia e envolveu uma grande quantidade de vítimas. O atentado veio e quebrou a continuidade, rompeu com a normalidade vigente. Além de ser experienciado no cotidiano, o acontecimento também se transformou em acontecimento jornalístico e foi noticiado em todo o mundo.

Para explicar melhor esses acontecimentos imprevistos, Berger e Tavares (2010, p. 133) os separam em três categorias: “micro acontecimentos”, “macro acontecimentos” e “mega acontecimentos”.

De acordo com Berger e Tavares (2010, p. 33), os micro acontecimentos são aqueles puramente referenciais dos sistemas. Eles fazem parte de uma série e são relativamente previsíveis. São aqueles que, no campo jornalístico, teriam diminuta repercussão noticiosa, estando ligados ao funcionamento normal da sociedade em geral. Os

macro acontecimentos diriam respeito a acontecimentos que provocam reações, fogem de certa normalidade e irrompem na superfície normal dos demais. Seriam estes os acontecimentos midiáticos por excelência. Por fim, temos os mega acontecimentos. Eles também seriam acontecimentos propriamente midiáticos, mas com uma “importância potencializada”. Este, “maior” que o macro acontecimento, ultrapassa a simples ideia de “irritação” ou “excitação” do sistema. Ultrapassa, inclusive, os sentidos disponíveis e ofertados *a priori* para sua explicação. Neste tipo de acontecimento, teríamos como representante emblemático e inaugurador o já citado onze de setembro de 2001.

Já os acontecimentos previstos são programados (um evento, algo conhecido ou anunciado anteriormente) e suscitados (preparados e induzidos por algum setor da sociedade). Geralmente, o jornalista procura o inédito, o “furo de reportagem”. Portanto, os acontecimentos previsíveis comumente têm menos espaço nas coberturas, pois não reúnem muitos critérios que poderiam os tornar atrativos aos olhos dos profissionais que escrevem as notícias. Coletivas de imprensa que são anunciadas e preparadas previamente para divulgar uma nova novela ou um evento esportivo, por exemplo, são uma espécie deste tipo de acontecimento. Os eventos anuais também entram nessa categoria. Estes tipos de ocorrências podem ser até noticiados e ganhar a capa dos jornais, mas perderão espaço se algum caso mais imprevisível também tenha se sucedido naquele dia. Mas se caso algo fora do normal acontecesse nesses eventos previstos – por exemplo, um tiroteio em meio ao desfile de Sete de Setembro que acontece todo ano – aí sim eles reuniriam mais aspectos que aumentariam a atenção dos jornalistas.

Luiz Beltrão (2006, p. 18) ressalta a necessidade cada vez maior dos veículos de jornalismo de pessoal treinado, que seja capaz de distinguir, na grandiosa sucessão dos acontecimentos, aqueles de significação social que podem ter interferência mais ou menos forte na vida do cidadão comum. É preciso saber diferenciar sobre quais ele precisa ser informado para sua segurança e desenvolvimento pleno da sua potencialidade e atividade pessoal. O autor ainda afirma que informar sobre fatos passados é “fazer história”, e o jornalismo “é a história que passa”. Apesar disso, a atualidade jornalística não se restringe ao que ocorre atualmente, mas também ao que, tendo acontecido no passado, ainda atua sobre a consciência do hoje, ao que é oportuno para ser narrado, dito, comentado ou feito agora.

Traquina (2000, p. 27) fala que o “saber de reconhecimento” é a habilidade de reconhecer quais acontecimentos têm apelo e possuem valor como notícia. Mas não termina por aí, já que o repórter ainda tem que selecionar quais fontes consultar, quais serão as perguntas que irá fazer, entre outras questões. Assim, a construção de uma notícia acarreta



então, como afirma Traquina (2000, p. 28), o uso de “enquadramentos” (*frames*), à maneira como organizamos a vida cotidiana “para compreendermos e respondermos às situações sociais. No estudo das notícias, o enquadramento é um instrumento interpretativo que determina os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia, na construção da “estória”.

## 2.2 OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Podemos constatar então que o cotidiano é cheio de acontecimentos experienciados, mas nem todos se tornam acontecimentos jornalísticos. Para que esta transmutação ocorra, alguns valores têm que ser intrínsecos à ocorrência. Diversos estudiosos já compilaram os chamados critérios de noticiabilidade, que determinam a importância que um fato tem para ser noticiado. Gislene Silva (2005, p. 95) sistematiza esses critérios baseando-se em três instâncias:

- 1) critérios de noticiabilidade na origem do fato (seleção primária dos fatos / valores-notícia), com abordagem sobre atributos como conflito, curiosidade, tragédia, proximidade etc; 2) critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos, centrados na seleção hierárquica dos fatos e na produção da notícia, desde condições organizacionais e materiais até cultura profissional e relação jornalista-fonte e jornalista-receptor; e 3) critérios de noticiabilidade na visão dos fatos, sobre fundamentos ético-epistemológicos: objetividade, verdade, interesse público etc. (SILVA, p. 95, 2005)

Diante dessa classificação, Silva (2005, p. 100-106) faz uma análise mais aprofundada sobre a primeira instância, os critérios na origem do fato.

### 2.2.1 Os critérios de noticiabilidade na origem do fato

Os critérios de noticiabilidade na origem do fato são chamados de valores-notícia, valores informativos ou fatores de notícias. Apesar de agirem em diferentes etapas da construção noticiosa como linhas-guia para o tratamento das matérias, Silva (2005, p. 99) ressalta que os valores-notícia têm de ser definidos como as qualidades apenas dos eventos e não da sua construção jornalística. Eles fazem parte ativamente da construção das notícias, mas a produção noticiosa e sua qualidade são resultado de muitos outros critérios ou fatores de noticiabilidade.

Os jornalistas, nesta primeira instância, fazem um julgamento, uma seleção do que deve ser noticiado em meio a diversos fatos. E como Silva (2005, p. 98) diz, estudar essa seleção implica analisar os julgamentos pessoais de cada seletor, as influências organizacionais, sociais e culturais no momento da seleção, os diversos agentes dessas escolhas localizados em diferentes cargos na redação, e até mesmo a participação das fontes e do público nessas decisões. Para estudar as características primárias que chamam a atenção e fazem com que alguns jornalistas escolham alguns acontecimentos em detrimento de outros, diversos autores criaram tipologias para cada valor informativo.

A abordagem do *gatekeeping*, elaborada por David Manning White (1993), privilegia o polo emissor no estudo da produção noticiosa. A perspectiva de Silva (2005) converge com os conceitos de White ao focar na ação pessoal e arbitrária do jornalista.

O termo *gatekeeper*, palavra em inglês que tem sua tradução como “porteiro”, faz uma analogia chamando os jornalistas de “porteiros da redação”, responsáveis pela filtragem do que é acontecimento noticiável ou não. E é nessa instância que os valores-notícia atuam.

Em seu estudo, White (1993) falou sobre um editor telegráfico com vinte e cinco anos de profissão que trabalhava na região estadunidense do Midwest, na parte central norte do país. A função do editor era selecionar os despachos de agências telegráficas que seriam publicados. A conclusão de White foi que essa seleção acontece por meio de critérios subjetivos. O conjunto de experiências particulares, atitudes e expectativas do jornalista interferiam também na escolha.

Os principais autores e suas tipologias estão na tabela<sup>1</sup> a seguir, idealizada por Gislene Silva (2005, p. 102-103), que reúne tanto estudiosos mais antigos, como o alemão Kaspar von Stieler, escritor que já no século XVII fornecia reflexões sobre os critérios de noticiabilidade, até o pesquisador brasileiro Nilson Lage. Outro brasileiro presente na compilação de estudiosos é Mário L. Erbolato, chefe da sucursal de Campinas do Estado de S.Paulo nos anos 70 e um dos fundadores do curso de jornalismo da PUC-Campinas.

Tabela 1 – Elencos de valores-notícias (continua)

Stieler: <b>novidade, proximidade geográfica, proeminência e negativismo.</b>
Lippman: <b>clareza, surpresa, proximidade geográfica, impacto e conflito pessoal.</b>
Bond: referente à pessoa de destaque ou personagem público ( <b>proeminência</b> ); incomum ( <b>raridade</b> ); referente ao governo ( <b>interesse nacional</b> ); que afeta o bolso ( <b>interesse</b> )

<sup>1</sup> Os termos em negrito foram destacados pela autora no artigo original.

<p><b>peçoal/econômico</b>); injustiça que provoca indignação (<b>injustiça</b>); grandes perdas de vida ou bens (<b>catástrofe</b>); consequências universais (<b>interesse universal</b>); que provoca emoção (<b>drama</b>); de interesse de grande número de pessoas (<b>número de pessoas afetadas</b>); grandes somas (<b>grande quantia de dinheiro</b>); descoberta de qualquer setor (<b>descobertas/invenções</b>) e assassinato (<b>crime/violência</b>).</p>
<p>Galtung e Ruge: <b>frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, conformidade, imprevisão, continuidade, referência a pessoas e nações de elite, composição, personificação e negativismo.</b></p>
<p>Golding-Elliot: <b>drama, visual atrativo, entretenimento, importância, proximidade, brevidade, negativismo, atualidade, elites, famosos.</b></p>
<p>Gans: <b>importância, interesse, novidade, qualidade, equilíbrio.</b></p>
<p>Warren: <b>atualidade, proximidade, proeminência, curiosidade, conflito, suspense, emoção e consequências.</b></p>
<p>Hetherington: <b>importância, drama, surpresa, famosos, escândalo sexual/crime, número de pessoas envolvidas, proximidade, visual bonito/atrativo.</b></p>
<p>Shoemaker et all: <b>oportunidade, proximidade, importância/impacto, consequência, interesse, conflito /polêmica, controvérsia, sensacionalismo, proeminência, novidade/curiosidade/raro.</b></p>
<p>Wolf: <b>importância do indivíduo (nível hierárquico), influência sobre o interesse nacional, número de pessoas envolvidas, relevância quanto à evolução futura.</b></p>
<p>Erbolato: <b>proximidade, marco geográfico, impacto, proeminência, aventura/conflito, consequências, humor, raridade, progresso, sexo e idade, interesse pessoal, interesse humano, importância, rivalidade, utilidade, política editorial, oportunidade, dinheiro, expectativa/suspense, originalidade, culto de heróis, descobertas/invenções, repercussão, confidências.</b></p>
<p>Chaparro: <b>atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade, surpresa.</b></p>
<p>Lage: <b>proximidade, atualidade, identificação social, intensidade, ineditismo, identificação humana.</b></p>

Fonte: SILVA (2005, p. 102-103)

Um dos valores-notícia mais claramente reconhecido pelos diversos autores é o que fala da cobertura do imprevisível. O jornalismo é movido principalmente por essa procura

do novo. “É novo tudo o que o sujeito desconhecia e que passa a conhecer”, diz António Fidalgo (2004, p. 7). Portar essa característica faz com que o fato cresça aos olhos daqueles que selecionam, os jornalistas.

Além disso, a importância, o interesse, o negativismo, a coletividade e a repercussão são alguns dos aspectos que mais aparecem em meio às diversas tipologias criadas pelos estudiosos. Silva (2005, p. 103) separa os valores citados e os define como “macro-valores-notícia”, por serem pré-requisitos para qualquer seleção jornalística. E esses macro-valores-notícia regem então valores menores, os “micro-valores-notícia”, que são os demais relatados na tabela.

Quanto aos valores importância e interesse, importante seria a informação que é necessária que todos saibam. Já o interessante seria uma informação que o público gostaria de saber, uma informação aprazível de se conhecer.

É prudente lembrar que o valor-notícia predominante de um acontecimento pode ser uma mistura de vários macro-atributos. Além disso, um mesmo acontecimento pode carregar em si características contrárias.

Silva (2005, p. 103) também destaca os valores-notícia clareza e frequência como sendo atributos que necessitam de estudo aprofundado para justificá-los. Segundo a autora, a clareza nem sempre impede que acontecimentos incompletos e vagos ganhem espaço nos jornais. Já a frequência, por se contrapor a outro valor-notícia, a raridade (incomum/fora da normalidade), apesar da repetição (como o aumento frequente de preços, por exemplo) pode fundamentar muitas pautas.

Após avaliação dos numerosos valores categorizados pelos diversos autores citados em sua obra, Silva (2005, p. 104-105) sugere uma tabela operacional para facilitar a análise de acontecimentos noticioso. Os critérios são resumidos em: impacto, proeminência, conflito, entretenimento/curiosidade, polêmica, conhecimento/cultura, raridade, proximidade, surpresa, governo, tragédia/drama e justiça.

Tabela 2 – Proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis / noticiados (continua)

<b>IMPACTO</b>	<b>PROEMINÊNCIA</b>
Número de pessoas envolvidas (no fato)	Notoriedade
Número de pessoas afetadas (pelo fato)	Celebridade
Grandes quantias (dinheiro)	Posição hierárquica

	Elite (indivíduo, instituição, país) Sucesso/Herói
<b>CONFLITO</b> Guerra Rivalidade Disputa Briga Greve Reivindicação	<b>ENTRETENIMENTO/CURIOSIDADE</b> Aventura Divertimento Esporte Comemoração
<b>POLÊMICA</b> Controvérsia Escândalo	<b>CONHECIMENTO/CULTURA</b> Descobertas Invenções Pesquisas Progresso Atividades e valores culturais Religião
<b>RARIDADE</b> Incomum Original Inusitado	<b>PROXIMIDADE</b> Geográfica Cultural
<b>SURPRESA</b> Inesperado	<b>GOVERNO</b> Interesse Nacional Decisões e medidas Inaugurações Eleições Viagens Pronunciamentos
<b>TRAGÉDIA/DRAMA</b> Catástrofe Acidente Risco de morte e Morte Violência/Crime Suspense	<b>JUSTIÇA</b> Julgamentos Denúncias Investigações Apreensões Decisões judiciais

Emoção	Crimes
Interesse humano	

Fonte: SILVA (2005, p. 104-105)

Todavia, no exercício da análise dos acontecimentos, não podemos esquecer que esses valores-notícia se aplicam em todas as fases da atividade jornalística e, como Silva (2005, p. 105) afirma,

não se constituem necessariamente como impedimentos ao trabalho do jornalista; não funcionam isoladamente, mas em diferentes combinações e de forma negociada; fazem parte da cultura profissional dos jornalistas, constituindo-se não em critérios abstratos ou pontuais, mas sim num quadro de avaliação racionalizado e interiorizado pelos jornalistas; sua utilização visa permitir uma operacionalidade no processo de produção da notícia e orientação da ação da rotina dos jornalistas.

Além disso, esses valores-notícia não são imutáveis, mas sim evoluem com o passar do tempo.

### 2.2.2 Os critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos

Os critérios de noticiabilidade no tratamento dos fatos são centrados na seleção hierárquica dos fatos e levam em conta, além dos valores-notícia dos fatos selecionados, fatores formados no interior das organizações,

como formato do produto, qualidade do material jornalístico apurado (texto e imagem), prazo de fechamento, infra-estrutura, tecnologia etc, como também fatores extra-organizacionais direta e intrinsecamente vinculados ao exercício da atividade jornalística, como relações do repórter com fontes e públicos. (SILVA, 2005, p. 96)

O seletor de notícias, isto é, o jornalista, escolhe um acontecimento entre os demais para ser noticiado. Além disso, os jornalistas dão significado a esses acontecimentos e oferecem interpretações para eles. Para fazer isso, será preciso escolher mais uma vez quais destes devem ocupar as primeiras páginas, as chamadas dos jornais, a *homepage* da versão online e até quais renderão coberturas mais extensas. Não é incomum os jornalistas serem obrigados a elaborar as notícias em situações de grande incerteza, com falta de elementos, limitações temporais, pressionados pelos seus chefes e pela concorrência dos outros órgãos de informação. Essas são apenas algumas das circunstâncias em que comumente estão inseridos.

Sendo assim, a seleção não se limita e também acontece para dentro da redação, local onde os acontecimentos escolhidos serão hierarquizados. E ao tratar dessas

hierarquizações, também se recorre aos valores-notícia. Mas neste caso, como Silva (2005, p. 98) assegura, eles atuam apenas como uma parte do processo, pois nessas escolhas subsequentes entram outros critérios de noticiabilidade, como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo, público alvo etc. O jornalista não toma suas decisões individualmente. Há uma engrenagem ainda maior por trás dele.

O jornalista espanhol Lorenzo Gomis (1991, p. 81-82), compilou alguns fatores pelos quais os *gatekeepers* sofreriam pressão. São eles: autoridade do proprietário, possibilidade de sanções, normas consuetudinárias e ética profissional, influência informal dos colegas, valores profissionais, antecedentes familiares e geográficos, conhecimentos, experiências e gostos, pressões da comunidade e estrutura social exterior, demais grupos de referência presentes no mundo da informação, espaço disponível e momento em que chega a notícia.

Esta necessidade de pensar sobre os critérios de noticiabilidade surgiu quando houve a constatação de que não havia espaço nos veículos informativos para a publicação dos inúmeros acontecimentos que ocorrem no dia-a-dia. Muitas informações chegam aos jornalistas todos os dias. Diante dessa infinidade de matérias-primas, seria necessário selecionar e hierarquizar quais dos acontecimentos são mais merecedores de adquirir existência pública como notícia. Essa era uma questão muito importante antes da era online. Hoje, com a internet, tudo se tornou mais fácil, já que geralmente não há limite para o número de caracteres. Todavia, a hierarquia ainda acontece porque dentro das redações, os jornalistas escolhem a quais temas dedicarão grande cobertura em detrimento de outros que podem sair nas páginas online dos jornais apenas como uma nota.

### **2.2.3 Os critérios de noticiabilidade na visão dos fatos**

Silva (2005, p. 96) diz que os critérios de noticiabilidade na visão dos fatos versam sobre os fundamentos éticos, filosóficos e epistemológicos do jornalismo, abrangendo os conceitos de credibilidade, objetividade, interesse público e imparcialidade, que orientam as ações das duas instâncias anteriores.

O acontecimento jornalístico não termina na hierarquização dentro da redação, que leva os fatos às páginas impressas ou online de um jornal. Mouillaud e Porto (2002, *apud* VICENTE, 2009, p. 60) diz que o jornal é “apenas um operador de um conjunto de outros operadores sócio-simbólicos” e que o jornal leva um sentido aos leitores, mas estes o remanejamos a partir de seu próprio contexto mental e o recolocamos de volta à circulação. Diante

de tal constatação, é preciso não pensar apenas no contexto jornalístico, mas também na experiência.

O texto jornalístico é uma pista do acontecimento, que se expande para além dos periódicos, permeia a conversação social e retorna à mídia, num processo de metamorfose. O acontecimento jornalístico participa da dinâmica comunicacional, marcada pelo movimento contínuo, pela construção partilhada de sentidos. É na interação entre os sujeitos que a comunicação se faz, e é nessa ação que o acontecimento se constitui. (ALTIVO *et al*, 2010, p. 4)

Sendo assim, o acontecimento é algo que revela um sentido, uma interpretação para alguém. Sua ocorrência tem potencial duplo e ele pode ser considerado enquanto causa e fim de uma cadeia. Nesse aspecto, o passado do acontecimento é seu grande desvelador, aquilo que o explica. Mas além disso, o acontecimento também projeta sentido para o futuro. A efetivação da ocorrência a torna uma referência para o que sucederá depois, as suas consequências. Tomado como início, ele ilumina peculiarmente o que está por vir, que ganha perspectiva inédita.

### 2.3 O JORNALISMO ONLINE

A pesquisadora brasileira Marialva Carlos Barbosa (2012, p. 22) ressalta o papel fundamental do jornalista em toda sociedade. Segundo a autora, os produtores da notícia exercem papel fundamental na construção daquilo que consideramos real. Sendo assim, eles têm grande importância no processo de definição do que é ou não acontecimento com direito a existência pública.

No entanto, com o decorrer da evolução tecnológica, diversos meios de comunicação foram criados, possibilitando a divulgação de notícias para um número cada vez maior de pessoas. Além disso, o cidadão comum passou a ser também um pouco jornalista. Com o advento da internet de alta velocidade, acessível e disponível em qualquer *smartphone*<sup>2</sup>, não só os jornalistas, mas qualquer pessoa pode ter o papel de determinar o que é acontecimento e deve ter existência pública. *Posts*, publicações geradas em redes sociais como o Facebook, feitos por pessoas que não tem formação jornalística, muitas vezes “viralizaram” e pautaram os grandes e tradicionais meios. Por outro lado, jornalistas oferecem interpretações de como compreender os acontecimentos. É o que Altivo *et al* (2010, p. 4)

---

<sup>2</sup> *Smartphone* é um termo de origem inglesa que significa telefone inteligente, em português. O *smartphone* é um celular com tecnologias avançadas, o que inclui programas executados em um sistema operacional, equivalente aos computadores.



também faz ao afirmar que o dispositivo midiático também é construtor do acontecimento, pois o relata e gera sentido, lhe dando uma configuração própria para ser veiculado.

O grande diferencial que a internet tem é a capacidade de reunir as características de todos os outros meios de comunicação em uma só plataforma. Sons, imagens, vídeos e texto podem ser reunidos, com a vantagem de não ter os limites de tempo e espaço que normalmente existem nos meios tradicionais. Com isso, ela implantou grandes mudanças na maneira de fazer jornalismo.

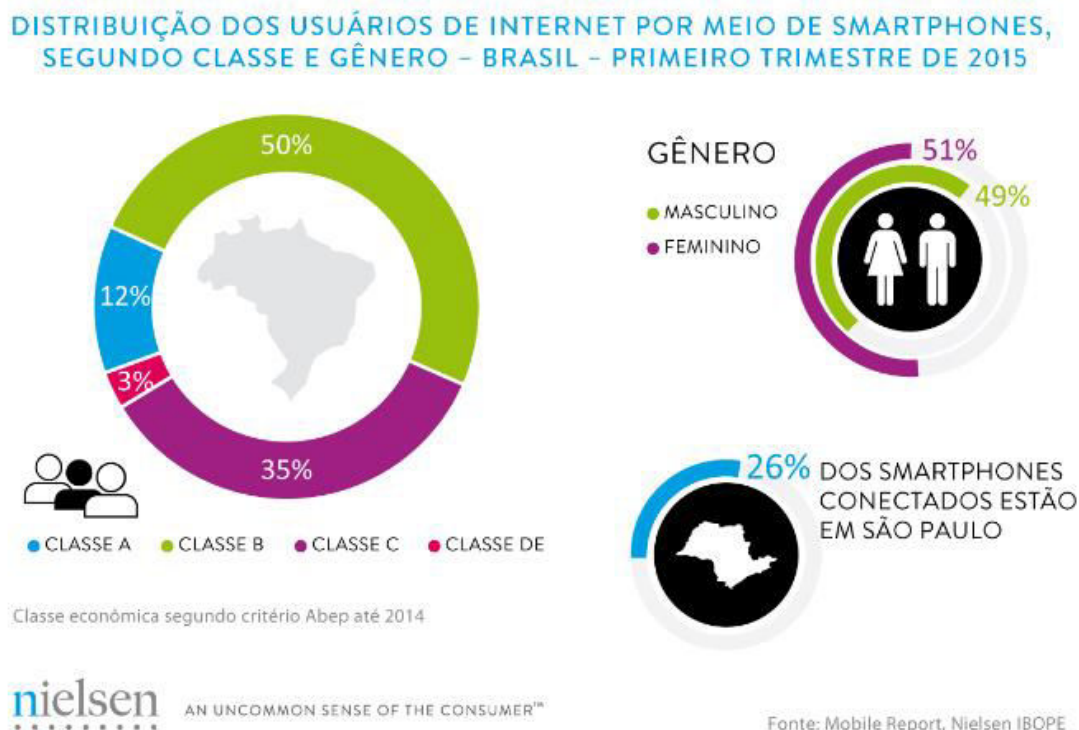
Neste capítulo, usaremos pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Nielsen IBOPE para comprovar o crescimento dos usuários de *internet* e expansão do jornalismo *web* no Brasil. As características próprias do jornalismo feito para essa plataforma, propostas por Marcos Palacios (2003, p. 2), também são apresentadas.

### **2.3.1 A evolução da internet e o jornalismo no Brasil**

Na realidade informatizada em que vivemos, a internet tem sido fonte fácil de notícias e pesquisas confirmam isso. Dados do suplemento Tecnologias de Informação e Comunicação (TECNOLOGIAS, 2014) da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmaram que a internet já está em mais de metade das casas brasileiras. Os dados, que foram coletados em 2013, mostram que 36,8 milhões de casas estavam conectadas, o que representa 54,9% do total. Além disso, os *smartphones* se tornaram o aparelho principal para acessar a internet. A cada cinco casas, quatro usam telefone móvel para se conectar. Tudo isso reitera a facilidade de acessar versões online dos jornais.

A pesquisa Mobile Report (NIELSEN, 2015), feita pela Nielsen IBOPE (reunião das empresas Nielsen e IBOPE Media) em 2015, confirma esse crescimento no acesso à internet e o uso do *smartphone* como aparelho principal. Segundo o levantamento, o número de brasileiros que acessam a internet por meio do aparelho no primeiro trimestre de 2015 chegou a 68,4 milhões. Cerca de 10 milhões a mais que no trimestre anterior. A pesquisa também mostrou que esse crescimento se mostrou principalmente entre os usuários de menor renda. O infográfico a seguir sintetiza alguns resultados da apuração.

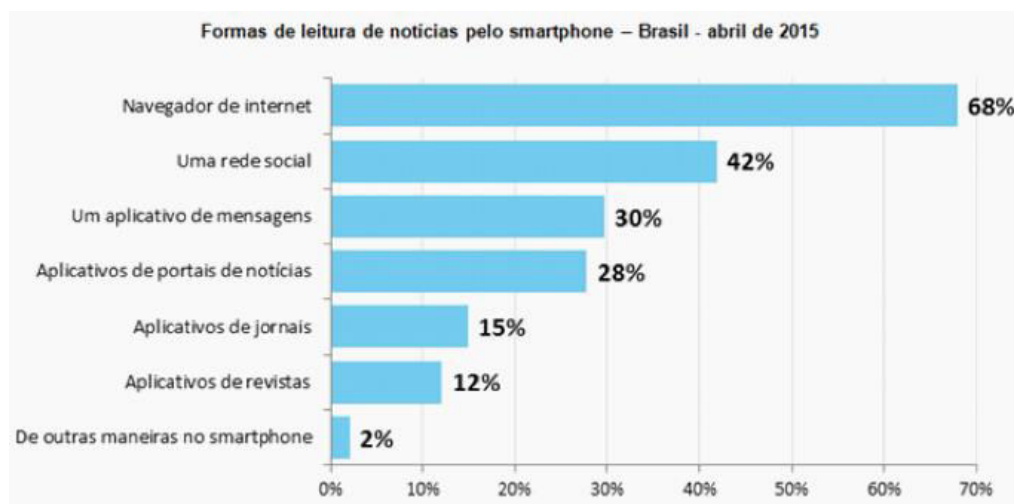
Figura 1 – Distribuição dos usuários de internet por meio de *smartphone* segundo classe e gênero no Brasil no primeiro trimestre de 2015



Fonte: NIELSEN, 2015.

A pesquisa também mapeou os hábitos dos usuários. O resultado mostrou que 40% dos usuários afirmaram usar o aparelho para ler notícias. Destes, 68% disseram que abriram o navegador de internet do *smartphone* para se informar, 42% afirmaram ter lido notícias a partir de compartilhamentos em rede social e 30%, por compartilhamento em um aplicativo de comunicação de troca de mensagens. O gráfico a seguir mostra as formas de leitura relatadas.

Figura 2 – Formas de leitura de notícias pelo *smartphone* no Brasil em abril de 2015



nielsen AN UNCOMMON SENSE OF THE CONSUMER™

Fonte: Mobile Report, Nielsen IBOPE

Fonte: NIELSEN, 2015.

E, ainda, o levantamento indicou que 34% abrem o *smartphone* para ler notícias mais de três vezes por dia e que 37% ficam mais de 10 minutos a cada vez lendo notícias. Porém, a maioria prefere textos curtos e resumidos, ou mesmo vídeos, em vez de ler notícias longas pelo *smartphone*.

O jornalismo na rede teve início em 1994. No Brasil, o primeiro site veio em maio de 1995. Foi a versão online do periódico carioca “Jornal do Brasil”. Pouco mais de um ano depois, em 29 de julho de 1996 foi a vez do “O Globo” de ter seu portal. A princípio, os jornais não estendiam o conteúdo online muito além do que já estava no impresso. As diversas potencialidades que a internet possibilitava passaram a ser exploradas com o tempo.

José Afonso Silva Jr. (2002, p. 3) divide a evolução do jornalismo na internet em três estágios: transpositivo, perceptivo e hipermediático. Na primeira fase, a transposição, os produtos jornalísticos oferecidos online eram, em sua maioria, apenas reprodução do conteúdo produzido pelos grandes jornais impressos. A formatação e organização seguia o mesmo modelo nos dois suportes. Já na fase perceptiva, a transposição continuava, mas algumas das funcionalidades que a internet oferecia – por exemplo, recursos interativos com o usuário e possibilidade de conteúdo exclusivo – passaram a ser percebidas e utilizadas, possibilitando que a internet se tornasse mais dinâmica do que as mídias impressas. No último estágio, o hipermediático, o jornalismo na web passa a usar mais de recursos hipertextuais, gerando uma convergência entre diferentes suportes (áudio, vídeo, imagem etc.). Além disso, a

disseminação de um mesmo produto passou a ser feita e adaptada para várias plataformas e/ou serviços informativos. O exemplo usado por Silva Jr. foi a Agência Estado que, na época, pulverizava seu conteúdo em mais de 45 formas de disseminação, incluindo “ondas de rádio, *paggers*, telefones celulares e painéis eletrônicos de vias públicas” (SILVA JR., 2002, p. 3-4).

### **2.3.2 Características próprias do jornalismo online**

Marcos Palacios (2002, p. 2), apoiado na leitura de autores como Bardoel e Deuze, propõe cinco características fundamentais: multimídia/ convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização, memória, instantaneidade/atualização contínua.

A multimídia ou convergência é a fusão entre diversos suportes, o que oferece ao leitor uma gama de possibilidades maior do que nas mídias tradicionais. Ao procurar uma notícia online, o leitor geralmente tem a opção de ver vídeos sobre o assunto, ler textos, ver fotos, escutar áudios. O jornalismo na rede tem a potencialidade de oferecer notícias em diversos formatos

A interatividade diz respeito à relação entre o leitor e a produção jornalística, que no jornalismo online é mais direta e próxima. Exemplos disso são os sites que disponibilizam e-mail para que os leitores entrem em contato para enviar reclamações, sugestões etc. Outro exemplo são as sessões de comentários que os sites costumam disponibilizar abaixo de cada notícia.

A hipertextualidade é a característica mais marcante. Ela acontece quando há hipertexto, isto é, um texto de leitura não sequencial, que pode ser lido em diferentes caminhos conectados por links. Ela quebra a estrutura tradicional de pirâmide invertida e lide.

A personalização ocorre quando o conteúdo é personalizado para cada leitor. Por exemplo, ao inscrever-se em uma *newsletter*, alguns sites dão a opção de customizar o conteúdo que se quer receber de acordo com suas preferências.

A memória diz respeito à facilidade de armazenamento de dados e informações na rede. Atualmente, é economicamente e tecnologicamente viável o arquivamento de informações quase ilimitadas. As limitações de tempo e espaço existentes nas mídias tradicionais, como a televisão e o jornal, passam a ser quase irrelevantes na internet.

Por fim, a instantaneidade/atualização contínua diz respeito à “rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e pelas tecnologias” (PALACIOS, 2003, p. 20). Agora, por exemplo, é

possível fazer a transmissão de fatos no momento em que eles acontecem, sem limite de tempo. Muitas vezes jornais online fazem cobertura de eventos, como o lançamento de um novo *gadget*, por exemplo, com extrema agilidade.

### 2.3.3 os critérios de noticiabilidade no jornalismo online

Os critérios de noticiabilidade são qualidades dos acontecimentos que os recomendam enquanto informação jornalística, e os valores-notícia surgem, para responder sobre quais são os fatos realmente importantes a ponto de serem transformados em notícia. O jornalismo, ao se transpor de uma plataforma para outra, sofre mudanças. Como afirma Charaudeau (1997, p. 88), cada grupo midiático faz escolhas concernentes ao seu público, que é heterogêneo e mutável. Sendo assim, no jornalismo online os critérios de noticiabilidade mais valorizados podem ser diferentes daqueles mais destacados nas mídias impressas, por exemplo.

“A noção de presente proposta pelo jornalismo passa a ser operacionalizada pelo sentido de instantaneidade, o que reflete o desejo de ausência de um lapso de tempo entre a ocorrência de um fato, sua coleta, transmissão e recepção.” (DALMONTE, p. 112, 2009)

Toda a tradição jornalística destaca a temporalidade como fator de suma importância do jornalismo. Para virar notícia, um acontecimento precisa ser atual, novo, o leitor tem que se sentir inserido em sua atualidade. Com o jornalismo online, como afirma Edson Fernando Dalmonte (2009, p. 111), “surge o desafio de se pensar quais são os novos critérios de noticiabilidade que, por um lado, passam a marcar o *modus operandi* dessa esfera”. Para os autores, um novo valor-notícia está associado ao tempo, mais especificamente ao tempo-real. O tempo-real, aqui, diz respeito à dinâmica de produção de conteúdos em fluxo contínuo, no movimento de alimentação constante de notícias e sua fragmentação pela programação diária.

### **3 A COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA E OS JORNAIS “O GLOBO”, “ESTADO DE MINAS” E “TRIBUNA DE MINAS”**

Este capítulo tem caráter mais descritivo e nele apresentaremos a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF), que começou seus trabalhos em 2014, com o objetivo de investigar casos de graves violações dos direitos humanos em Juiz de Fora. Serão expostos a estrutura da comissão (seus membros e colaboradores) e os trabalhos realizados durante seu tempo de funcionamento.

Os jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas” e seus respectivos portais online também são apresentados. Os três veículos foram escolhidos para representar as esferas nacional (“O Globo”), estadual (“Estado de Minas”) e local (“Tribuna de Minas”).

#### **3.1 O SURGIMENTO DA CMV-JF E SEUS OBJETIVOS**

A Comissão Municipal da Verdade no âmbito do município de Juiz de Fora foi criada pela Lei 12.643 em 7 de agosto de 2012, resultado de um projeto de autoria dos vereadores Flávio Cheker, Francisco Canalli e Rodrigo Mattos. Ela foi concebida com o principal intuito de integrar, complementar e colaborar com a Comissão Nacional da Verdade (CNV). A CNV tinha por finalidade investigar graves violações aos direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, “por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado brasileiro” (BRASIL, 2012), ocorridas no Brasil e também no exterior. Todavia, a regulamentação da comissão só aconteceu em 3 de abril de 2014, pelo Decreto 11.922 do Executivo Municipal.

O ano em que as atividades da CMV-JF começaram, 2014, também marcou o aniversário de 50 anos do golpe civil-militar que instaurou a ditadura no Brasil. A expressão “civil-militar” é usada porque os militares obtiveram “o apoio de segmentos da sociedade civil, como políticos, empresários, setores da Igreja Católica, entre outros” (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE, 2015). Durante o período em que esteve em atividade, a CMV-JF trabalhou intensamente para conseguir o maior número possível de informações sobre este período ditatorial, que aconteceu de 1964 até 1985. O atraso na regulamentação da lei causou uma descompasso em relação às atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade, da qual o relatório final já estava bem avançado quando a CMV-JF começava o seu trabalho.

Na versão oficial, a cidade de Juiz de Fora é destacada como o lugar de onde saíram as tropas do general Olympio Mourão em direção ao Rio de Janeiro para depor o presidente João Goulart, numa suposta tentativa de defender a democracia.

Os trabalhos da CMV-JF seriam então norteados pelos seguintes princípios: interação democrática entre a Comissão Municipal e a Comissão Nacional como instrumentos de fortalecimento do direito à memória, a verdade e justiça; promoção de esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no município de Juiz de Fora ou praticadas por agentes públicos municipais, durante o mesmo período fixado para a CNV (18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988).

Seus objetivos, dispostos na Lei 12.643 (JUIZ DE FORA, 2012) são:

I – esclarecer os fatos e as circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos ocorridos no Município de Juiz de Fora; II – promover o esclarecimento circunstanciado dos casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria; III – identificar e tornar públicos as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos e suas eventuais ramificações nos diversos aparelhos estatais e na sociedade; IV – encaminhar aos órgãos públicos competentes toda e qualquer informação obtida que possa auxiliar na localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos, nos termos do art. 1º da Lei Federal n. 9.140, de 4 de dezembro de 1995; V – colaborar com todas as instâncias do Poder Público para apuração de violação de direitos humanos; VI – recomendar a adoção de medidas e políticas públicas para prevenir violação de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover a efetiva consolidação do Estado de Direito Democrático; VII – promover, com base nos informes obtidos, a reconstrução da história nos casos de graves violações de direitos humanos, bem como colaborar para que seja prestada assistência às vítimas de tais violações.

Na lei, foi definido que a Comissão seria formada por sete membros designados pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, sendo um representante da Câmara Municipal, membro de sua Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, e um representante da Prefeitura Municipal. Os demais membros seriam escolhidos entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia, bem como com o respeito aos direitos humanos.

O prazo inicial de funcionamento da CMV-JF foi de 180 dias a partir de sua instalação, que aconteceu em 2 de abril de 2014. A esse prazo, foram acrescidos depois mais 180 dias, totalizando 360 dias de atividade.

### 3.2 OS MEMBROS DA CMV-JF

No ato da regulamentação da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, que aconteceu pelo Decreto 11.922 em abril de 2014, seus sete membros foram nomeados. São eles:

I – Flávio Cheker – Secretário de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora, Cheker foi nomeado como representante do Poder Executivo na CMV-JF. Participou do movimento pela democratização do país e pela criação do Comitê Brasileiro pela Anistia. Vereador por cinco mandatos.

II – Roberto Cupolillo – Dirigente sindical, professor, geógrafo e vereador, Betão foi nomeado como o representante do Poder Legislativo.

III – Cristina Maria Couto Guerra – Advogada, com especialização em Direito Civil e Processo Civil (Universidade Estácio de Sá). Desde 2007 atua junto à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania (CDHC/OAB).

IV – Antônio Henrique Duarte Lacerda – Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, professor de História da rede municipal de Educação, com mestrado e doutorado em História. Desde 1985, supervisiona os trabalhos de recuperação e organização dos acervos documentais do Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

V – Fernanda Nalon Sanglard – Jornalista, com especialização em *Marketing* (UFJF) e mestrado em Comunicação (UFJF). Atuou por cinco anos como repórter do jornal Tribuna de Minas. Atualmente é doutoranda em Comunicação (UERJ) e tem pesquisado a repercussão midiática da Comissão Nacional da Verdade.

VI – Wilson Borrajo Cid – Jornalista, secretário do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio, membro do Instituto Histórico e Geográfico e do Instituto Cultural Santo Tomás de Aquino.

VII – Helena da Motta Salles – Professora da UFJF desde 1980, com mestrado e doutorado em Ciência Política. Lecionou disciplinas sobre a política brasileira ao longo de sua carreira acadêmica e foi sempre atuante dentro da Universidade e na sociedade em defesa das liberdades democráticas.

No período de julho a outubro de 2014, o vereador Betão precisou se afastar por razão de sua candidatura a deputado estadual. Neste intervalo, o vereador Jucélio Maria o substituiu. Jucélio trabalha com jovens e movimentos sociais. Desde 1995 é servidor da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), atualmente licenciado. Além disso, é professor de História, atuando nas redes municipal e particular de ensino.



Inicialmente, a presidência foi assumida pela advogada Cristina Couto Guerra, a vice-presidência por Flávio Cheker. A diretoria, no entanto, de acordo com a lei, seria rotativa. Guerra e Cheker ocuparam os respectivos postos de abril a setembro de 2014. Posteriormente, a cientista política Helena da Motta Salles foi nomeada presidente e Cristina Guerra passou à vice-presidência. Esta constituição se manteve até o final das atividades da Comissão, em abril de 2015.

Os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade, além de serem orientados pelos sete membros nomeados no ato da regulamentação da lei, também contaram com a participação de um grupo de pesquisadores, bolsistas e colaboradores, formado majoritariamente pela comunidade acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

### 3.3 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CMV-JF

Os principais instrumentos usados para revisitar e explorar esse passado foram os depoimentos de pessoas envolvidas e jornalistas que atuaram na época, além de pesquisas em arquivos e contatos com instituições relacionadas ao regime ditatorial.

A equipe da CMV-JF recolheu 37 depoimentos. Além destes, outros 15 depoimentos prestados ao Comitê da Memória, Verdade e Justiça e mais dois dados ao Projeto Marcas da Memória, da Comissão de Anistia, também foram incorporados.

As pesquisas se deram nos seguintes arquivos: 4ª Circunscrição Judiciária Militar, Universidade Federal de Juiz de Fora, Arquivo Nacional, Arquivo Público Mineiro, arquivos do Cartório Villela e do Cemitério Municipal de Juiz de Fora e Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig).

As instituições com as quais a CMV-JF entrou em contato foram: Polícia Federal (PF), Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, Penitenciária José Edson Cavaleri (PJEC), 2º Batalhão da Polícia Militar (2º BPM) e Universidade Federal de Juiz de Fora.

Além disso, para o desenvolvimento dos trabalhos foram estabelecidos acordos e parcerias com a CNV, a Comissão da Verdade de Minas Gerais (Covemg), a Comissão de Anistia, a Comissão da Memória e Verdade do Município de São Paulo, a Auditoria da 4ª CJM, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Subseção Juiz de Fora, a Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais (CAA-MG), a Câmara Municipal e a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF).

### 3.3.1 O convênio da CMV-JF com a UFJF e os projetos resultantes

Como resultado da parceria entre a CMV-JF e a UFJF, inicialmente foi criado o projeto de extensão “Memórias Possíveis: os depoimentos da Comissão Municipal da Verdade”, que tinha perspectiva transdisciplinar. O projeto reuniu mais de dez professores de quatro unidades acadêmicas diferentes, uma pesquisadora em memória social, um jornalista servidor da UFJF, dois técnicos terceirizados, 20 alunos bolsistas e dez discentes voluntários. Seu início foi em 2 de junho de 2014, com coordenação da professora Christina Ferraz Musse e vice-coordenação da professora Cláudia Thomé, ambas do antigo Departamento de Televisão e Rádio da Faculdade de Comunicação (Facom) da UFJF.

Este projeto facilitou o desenvolvimento de várias atividades da comissão, como a criação da identidade visual, a produção, gravação e a transcrição dos depoimentos.

“Entre os trabalhos realizados pelos bolsistas da Facom, esteve a colaboração com a Assessoria de Comunicação da Comissão. Essas atividades envolveram a elaboração de textos jornalísticos, material de divulgação para a imprensa, *mailing list* e *clipping*, atualização dos informativos e das mídias sociais, acompanhamento dos depoimentos, cobertura e produção dos eventos realizados pela CMV-JF. Além disso, os estudantes contribuíram com a análise de matérias jornalísticas sobre a ditadura e a Comissão com seus públicos internos (integrantes, professores, pesquisadores, técnicos e bolsistas) e externos (depoentes, instituições, jornalistas, militantes políticos e sociedade). (COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE, 2015, p. 35)

Para a Comissão, foi criado um perfil no *Facebook* ([facebook.com/cm.v.jf](https://facebook.com/cm.v.jf)), uma página ([facebook.com/comissaoverdade](https://facebook.com/comissaoverdade)) e um *blog* ([comissaodaverdadejf.blogspot.com](https://comissaodaverdadejf.blogspot.com)).

Após o fim desse primeiro projeto de extensão em setembro de 2015, logo em seguida o projeto de nome “Memórias do Golpe: o trabalho da CMV-JF disponível ao público” começou suas atividades. Ele surgiu como uma continuação ao anterior. Desta vez, o foco seria em expandir a divulgação do trabalho ao público, possibilitando assim que a pesquisa sobre o assunto se torne mais fácil e acessível. Para isso, foi criado um site que ainda entrará no ar e ficará hospedado no servidor da UFJF. Nele, as transcrições de todos os depoimentos poderão ser acessadas. Além disso, haverá diversas fotos das atividades da Comissão e dos depoentes, além de um *link* para o relatório final.

### 3.4 EVENTOS PARA A DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DA CMV-JF

A Comissão promoveu três eventos para a divulgação de seus trabalhos. O primeiro evento foi uma reunião pública, em 26 de junho de 2014, feita para prestar conta de seus trabalhos até o dado momento e também homenagear aqueles que lutaram contra a repressão nos anos de chumbo. Nessa solenidade foi assinado o convênio entre a CMV-JF e a Universidade Federal de Juiz de Fora.

No dia 17 de setembro de 2014, o advogado Antônio Modesto da Silveira, que defendeu vários presos políticos na ditadura, foi convidado pela Comissão para dar uma palestra no auditório da Faculdade de Direito da UFJF.

Já o terceiro evento foi a restituição pública de documentos pessoais de 32 presos políticos que integravam inquéritos e processos instaurados entre 1964 e 1985. Estes documentos foram encontrados na sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar. A solenidade aconteceu no dia 17 de novembro de 2014 e contou com a presença de oito dos proprietários dos documentos, além de autoridades como o prefeito Bruno Siqueira, representantes da UFJF, Covemg, OAB, CAA-MG, entre outras.

### 3.5 O RELATÓRIO FINAL

O relatório final da CMV-JF foi entregue aos poderes Executivo e Legislativo no dia 6 de abril de 2015. Uma via do documento foi entregue também à subseção Juiz de Fora da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que foram parceiras dos trabalhos.

Os integrantes da Comissão foram recebidos no auditório da Prefeitura, em cerimônia que contou com a presença do prefeito Bruno Siqueira, do presidente da Câmara, Rodrigo Mattos, da diretora de Ações Afirmativas da UFJF, Maria Elizabete de Oliveira, representando o reitor da UFJF à época, Júlio Chebli, e da presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Cristina Couto Guerra, que também era membro da CMV-JF.

O relatório tem seis capítulos distribuídos em mais de 270 páginas e marcou a finalização dos trabalhos de investigação. Nesta data, o relatório foi entregue apenas às autoridades. Posteriormente, ele viria a ser lançado em forma de livro e disponibilizado através do *blog* da CMV-JF, do site que está para ser lançado (no qual também constará os documentos e depoimentos) e do site da Prefeitura de Juiz de Fora.

O livro seria então lançado três meses depois, em 1º de julho de 2015, em solenidade na Câmara Municipal de Juiz de Fora. O evento também contou com a presença do prefeito Bruno Siqueira e representantes da UFJF, da OAB e da Câmara.

### 3.6 OS JORNAIS “O GLOBO”, “ESTADO DE MINAS” E “TRIBUNA DE MINAS”

Este capítulo tem como objetivo apresentar os jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas” e seus respectivos portais online. Os três veículos foram escolhidos para representar a esfera nacional (“O Globo”), estadual (“Estado de Minas”) e regional (“Tribuna de Minas”).

O jornal “O Globo” foi escolhido porque está em segundo lugar na média de circulação paga nas versões impresso e digital no Brasil, o que mostra a sua relevância no contexto nacional. O primeiro lugar na circulação impressa nacional (Super Notícia, MG) e na digital (Folha de S.Paulo, SP) não foram levados em consideração porque não dedicaram em seus sites nenhuma publicação sobre a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora.

Já o “Estado de Minas” é um dos maiores e mais tradicionais jornais mais tradicionais de Minas Gerais e existe desde 1928. Dentro do estado de Minas Gerais, ele ocupou o quarto lugar entre os maiores jornais impressos de circulação paga (a lista completa está disponível no Anexo A) e o terceiro em circulação digital (lista completa disponível no Anexo B).

A “Tribuna de Minas” é o principal jornal de Juiz de Fora, cidade onde foi instalada a Comissão Municipal da Verdade, e onde se desenrolaram os acontecimentos pesquisados por ela.

#### 3.6.1 “O Globo”

O periódico “O Globo” foi fundado em 1925<sup>3</sup>, no Rio de Janeiro, pelo jornalista Irineu Marinho, que tinha como objetivo criar um jornal identificado com o estado. Seu primeiro exemplar foi publicado no dia 29 de julho de 1925. Em formato, *standard* que é mantido até hoje, duas edições foram lançadas em seu primeiro dia, totalizando 33.435 exemplares, que foram distribuídos por vendedores de jornais, os chamados “gazeteiros”. Em seguida, “O Globo” chegou às bancas. O periódico é parte integrante do Grupo Globo, de

---

<sup>3</sup> As informações relativas à história do jornal “O Globo” foram retiradas do próprio site do jornal.

propriedade da família Marinho, que inclui a Editora Globo, a Rádio Globo e a Rede Globo de Televisão.

O jornal funcionou como vespertino até 1962, ano em que se tornou matutino. Em 1972, “O Globo” foi pioneiro e se tornou o primeiro jornal do Brasil a circular nos domingos. Desde 2011, o diretor de redação e editor responsável do “O Globo” é o jornalista premiado Ascânio Seleme, que estreou no jornal em 1988 como repórter de Economia.

A estreia na rede aconteceu em 29 de julho de 1996, no aniversário de 71 anos do jornal. Ao site do jornal foi dado o nome “Globo On”. Ele foi desenvolvido com o princípio de ter uma identidade própria, misturando jornalismo ágil e melhor prestação de serviços.

Ao longo dos anos seguintes, “O Globo” lançou outras plataformas digitais. Em 2006, foi lançada a edição digital do jornal. Em 2007, o site adaptado para celular. Em 2009, o aplicativo “Eu-Repórter iPhone”, que possibilita que os leitores enviem suas próprias matérias, fotos ou vídeos. No mesmo ano, foi lançada a versão do “O Globo” para o *e-reader* Kindle da Amazon e também o site “Rio Show”, que apresenta a programação cultural da cidade do Rio de Janeiro. Em 2010, foi a vez dos aplicativos para dispositivos móveis iPad, iPhone e Android. Em 2012, surgiu o “O GLOBO a Mais”, o primeiro vespertino para *tablet* do país, que circula de segunda a sexta-feira, às 18 horas, com reportagens especiais, ensaios fotográficos e colunas multimídia produzidos exclusivamente para a plataforma. O “O GLOBO a Mais” foi uma das grandes marcas da gestão de Ascânio Seleme. Além disso, em 2012, também foi a estreia do site “Ela Digital”, que fala sobre moda, beleza, decoração, gastronomia e *lifestyle*, e do site “Patricia Kogut”, que traz notícias da TV. Em 2013, o aplicativo “VaiRio”, que fornecia informações sobre o trânsito da cidade, foi lançado para iPhone e Android, assim como o E-books O GLOBO. Em setembro de 2013, o acervo histórico do jornal com todas as edições foi disponibilizado na internet.

De acordo com pesquisa divulgada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) em 2015, “O Globo” é o segundo maior jornal de circulação paga do Brasil, contando tanto a média de circulação diária do impresso quanto a da versão digital. Os dados foram fornecidos pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC), entidade sem fins lucrativos que tem por objetivo certificar as métricas de desempenho de veículos impressos e digitais. Na circulação impressa, “O Globo” tem uma média de 183.404 exemplares por dia, ficando atrás apenas do mineiro “Super Notícia”. Já na circulação digital, “O Globo” tem média de circulação diária de 120.649 unidades, sendo superada apenas pela “Folha de S. Paulo”. As tabelas divulgadas pela associação estão no Anexos A e B.

Em outubro de 2015, a ANJ lançou outra metodologia de medição do universo de leitores, batizada de “Métrica Única de Audiência”. Tal método combina dados de três diferentes ferramentas já existentes no mercado (Ipsos, ComScore MyMetrix e IVC), tanto para plataformas impressas como digitais, permitindo assim que os veículos tenham uma visão mais precisa de sua audiência. De acordo com essa ferramenta, no primeiro semestre “O Globo” ocupava o segundo lugar no *ranking*, atingindo a média mensal de 14,33 milhões de brasileiros. A “Folha de S. Paulo” manteve a liderança com 20,19 milhões de brasileiros atingidos mensalmente.

Tais dados reiteram o lugar do periódico “O Globo” entre os maiores veículos de comunicação do Brasil.

O jornal está localizado no estágio hipermediático, o último dos três listados por Silva Jr. (2002, p. 3), pois faz uso de diversos recursos hipertextuais (texto, imagem, vídeo) e ainda dissemina seu conteúdo através de várias plataformas (jornal impresso, portal, aplicativo para *smartphone*).

### 3.6.2 O “Estado de Minas”

O jornal “Estado de Minas” nasceu em 7 de março de 1928<sup>4</sup>, em Belo Horizonte, fundado por Pedro Aleixo, Mendes Pimentel, Juscelino Barbosa, Milton Campos e Abílio Machado. Em 1929, foi incorporado ao Grupo Diários Associados por Assis Chateaubriand. Atualmente, é considerado um dos mais tradicionais jornais brasileiros. O Grupo Diários Associados é o terceiro maior conglomerado de empresas de mídia do Brasil, que inclui redes de TV, portais online, jornais, rádios, revistas, entre outras empresas.

Editado em formato *standard*, o periódico circula diariamente e tem como cadernos fixos: “Política”, “Opinião”, “Nacional”, “Internacional”, “Economia”, “Gerais”, “EM Cultura” e “Economia”. Seu site na rede foi inaugurado em 1995. Atualmente, todo o conteúdo da edição impressa do jornal também está disponível para dispositivos móveis com os sistemas operacionais Android e iOS.

Na pesquisa divulgada em 2015 pela ANJ, o “Estado de Minas” ficou em 15º lugar no *ranking* de maiores jornais impressos de circulação paga do Brasil e em sétimo lugar no *ranking* que listava as maiores médias de circulação digital. Dentro do estado de Minas Gerais, ele ocupou o 4º lugar entre os impressos, estando atrás dos jornais “Super Notícia”

---

<sup>4</sup> Informações retirada do site dos Diários Associados, grupo ao qual pertence o jornal “Estado de Minas”.

(Sempre Editora), “Aqui” (também do Grupo Diários Associados) e “O Tempo” (Sempre Editora). No *ranking* dos jornais digitais, ele ocupa o sétimo lugar entre os jornais do país inteiro, com média de circulação diária digital de 42.704 unidades. Entre os periódicos digitais apenas do estado de Minas Gerais, ele fica em terceiro, atrás do “Super Notícia” e “O Tempo”.

O jornal oferece seu conteúdo em diversas plataformas (impresso, portal, aplicativo para *smartphone*) e reúne, além de texto, imagens e vídeos em algumas matérias em seu site. Portanto, pode-se considerar que ele se situa no estágio hipermediático.

### 3.6.3 O “Tribuna de Minas”

O “Tribuna de Minas” é um jornal pertencente ao Grupo Solar de Comunicação, que conta também com a Rádio CBN, a Rádio Solar e a Gráfica Esdeva. Foi fundado em 31 de agosto de 1981 pelo médico e empresário Juracy Azevedo Neves, com o objetivo de concorrer com o “Diário Mercantil”, vinculado ao Grupo Diários Associados. Todavia, a Tribuna de Minas passou a ser o único impresso da cidade em 1983, ano em que o Diário Mercantil decretou falência. De acordo com Livia Fernandes (2005, p. 2), em seu primeiro número o jornal anunciava sua proposta de modernização da imprensa local.

A intenção da Tribuna era fazer um jornal para todas as faixas de leitores, voltado para o noticiário de serviços. O jornal anunciava que cobraria das autoridades municipais e dos representantes políticos de diversas áreas as soluções para os grandes problemas regionais, com o compromisso de não emitir nenhum tipo de opinião pessoal. (FERNANDES, 2005, p. 2)

Em 1985, a “Tribuna” tentou fazer concorrência com o “Estado de Minas” e se transferiu para Belo Horizonte. Em Juiz de Fora, permaneceu como “Tribuna da Tarde” com notícias locais. Mas o sucesso não aconteceu na capital e o jornal retornou à sua cidade natal, em 29 de novembro de 1992, com seu nome original.

Desde seu surgimento, o jornal mantém o formato *standard* e é publicado em seis dias da semana (de terça a domingo) e tem dois cadernos, o “Primeiro Caderno” e o “Caderno Dois”, além de suplementos semanais. No primeiro caderno, os assuntos são divididos em: “Geral”, “Opinião”, “Política”, “Economia”, “Brasil”, “Mundo” e “Serviço”.

Além disso, a “Tribuna de Minas” pode ser lida através de seu site ([tribunademinas.com.br](http://tribunademinas.com.br)), que existe desde 1996. Ele exige cadastro para a leitura das matérias. Também há uma página no Facebook ([facebook.com/tribunademinas](https://www.facebook.com/tribunademinas)), um perfil no

Instagram ([instagram.com/tribunademinas/](https://www.instagram.com/tribunademinas/)) e no Twitter ([/twitter.com/tribunademinas](https://twitter.com/tribunademinas)), e um canal no YouTube ([youtube.com/c/tribunademinas](https://www.youtube.com/c/tribunademinas)).

Num primeiro momento, como afirma Gustavo Santos Ribeiro (2012, p. 32), o “conteúdo da versão impressa era disponibilizado na rede de forma integral e os leitores tinham acesso na *web* ao mesmo conteúdo disponibilizado nas bancas”. Não havia recursos multimídia. A charge era a única forma não verbal de informação presente no site. As editorias da versão online eram: “Opinião”, “Política”, “Economia”, “Esportes”, “Geral” e “Serviços”. Havia também a publicação de matérias do “Caderno Dois”.

Atualmente, o site conta é dividido nas seguintes seções: “Cidade”, “Política”, “Economia”, “Concursos”, “Vida Mais”, “Cultura”, “Esportes”, “Brasil e Mundo”, “TV”, “Opinião”, “Colunas”, “Confira”, “Viagem”, “Carro & Cia,” “Serviços”, “Vídeo”, “Casa&Cia” e “Minha Tribuna”.

É possível dizer que o jornalismo feito no portal do “Tribuna de Minas” é típico do estágio hipermidiático que Silva Jr. (2002, p. 3) relata, já que o veículo utiliza recursos hipertextuais. Um exemplo disso é que algumas matérias apresentam, além do texto, fotos e até vídeos. O jornal tem um canal no YouTube em que são postados vídeos para complementar matérias e também conteúdos exclusivos.



## **5 ANÁLISE DAS NOTÍCIAS PUBLICADAS SOBRE A CMV-JF NOS SITES DOS JORNAIS “O GLOBO”, “ESTADO DE MINAS” E “TRIBUNA DE MINAS”**

Neste capítulo, analisaremos as notícias publicadas nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”. Estes três veículos foram escolhidos para simbolizar as esferas nacional, estadual e regional. Também optamos por analisar apenas as matérias que recorreram pelo menos a uma fonte. Notas não foram consideradas.

A análise é quali-quantitativa e a proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados de Silva (2005, p. 104-105) é utilizada. O período analisado é de abril de 2014 a junho de 2015, período em que houve as principais ações e eventos da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. As notícias selecionadas serão então analisadas com o objetivo de saber qual meio fez a cobertura mais extensa e também quais valores-notícia daqueles sistematizados por Silva estão mais presentes e foram responsáveis por transformar os acontecimentos experienciados no cotidiano em legítimos acontecimentos jornalísticos.

### **5.1 AS NOTÍCIAS NO SITE DO JORNAL “O GLOBO”**

Em entrevista por e-mail (disponível no Apêndice A deste trabalho), Ascânio Seleme, diretor de redação e editor responsável pelo periódico “O Globo” contou que atualmente quase todo material que vai para o jornal impresso vai também para o site. Às vezes não no mesmo dia, como no caso de grandes reportagens especiais, cadernos especiais e furos produzidos especialmente para o papel. Nestes casos, no dia seguinte da publicação no impresso tudo já vai para o portal online. Já no caso das "commodities", aquelas notícias que todos os concorrentes têm, elas vão imediatamente para o site, sem "guardar" para papel. Além disso, todo o conteúdo produzido e publicado pelo jornal ao longo de seus 90 anos de história está disponível, para assinantes, no seu acervo no site.

O jornal “O Globo” dedicou cinco publicações em seu site para a Comissão Municipal da Verdade (quatro matérias e uma galeria de fotos).

A primeira matéria foi publicada no portal em 17 de novembro de 2014 na editoria Brasil e foi assinada pelo jornalista Evandro Éboli. O título foi “Justiça Militar de

Juiz de Fora devolve documentos de Dilma retidos na ditadura”<sup>5</sup> e foi mais extensa, contando com 4.012 caracteres, além de uma foto de Dilma durante interrogatório em 1970. A matéria fala sobre os documentos localizados de 32 presos e perseguidos políticos. Eles foram devolvidos em solenidade organizada em conjunto com a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, em 17 de novembro de 2014. Esse foi o acontecimento que suscitou a atenção dos jornalistas e fez com que o fato ganhasse o *status* de notícia. Ele foi programado e divulgado anteriormente pela CMV-JF, não se configurando assim como um acontecimento imprevisto.

A prominência da presidente afastada foi um dos principais valores-notícia que transformaram em fato noticiável a devolução de documentos de presos da ditadura. A menção aos documentos dos outros 31 presos e perseguidos políticos só acontece no segundo parágrafo. Outra figura de notoriedade que tinha pertences entre os documentos encontrados é o prefeito da cidade de Belo Horizonte (MG), Márcio Lacerda. A proximidade também é valor relevante, pois Juiz de Fora fica próxima ao Rio de Janeiro, sede do jornal “O Globo”. Além disso, o impacto também acontece, porque a notícia chama a atenção para à quantidade de pessoas envolvidas e afetadas pela devolução desses documentos. Consequentemente, isso gera interesse humanos pelo mesmo motivo que a notícia anterior. A ditadura foi uma época de notória repressão em que vários fatos e documentos foram censurados. A devolução destes documentos poderia despertar a atenção de pessoas que viveram no contexto do Brasil ditatorial e também de pesquisadores e interessados no assunto.

A segunda, a terceira e a quarta matérias, todas do repórter Marcelo Remigio, foram postadas com diferença de um minuto na manhã do mesmo dia (26 de julho de 2015), mais de oito meses depois da última notícia. Aquela que foi publicada primeiro teve o título “Comissão detalha primeira prisão da ditadura”<sup>6</sup> e falava sobre a prisão de José Villani Côrtes em 30 de março de 1964, quando ele era presidente do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora (MG). Villani foi o primeiro preso político do golpe de 64, que seria deflagrado no dia seguinte. A matéria conta que o ex-presos político é um dos 151 militantes políticos de Juiz de Fora que passaram por algum tipo de tortura ou violação de direitos humanos durante a ditadura e que tiveram suas histórias resgatadas pela Comissão Municipal da Verdade do município (CMV-JF). O texto continha 5.939 caracteres e uma foto de José Villani.,

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/justica-militar-de-juiz-de-fora-devolve-documentos-de-dilma-retidos-na-ditadura-14580321>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

<sup>6</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/comissao-detalha-primeira-prisao-da-ditadura-16967948>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

Nesta matéria, pudemos constatar os valores impacto (já que cita os 151 militantes que estão citados no livro), proeminência (no terceiro parágrafo são citados os nomes da presidente afastada, Dilma Rousseff, e do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel), conflito (por retomar um momento de embate entre o estado e militantes), conhecimento/cultura (a matéria divulga o resultado da pesquisa da CMV-JF), proximidade e tragédia/drama (as torturas físicas e psicológicas relatadas por Villani despertam emoção e interesse humano).

“Documentos históricos enfrentam falta de conservação”<sup>7</sup> foi o título da terceira matéria relacionada à CMV-JF publicada no site do jornal “O Globo”, um minuto depois da anterior, no dia 26 de julho de 2015. O texto foi relativamente curto (1.151 caracteres) e nenhuma foto foi usada. A matéria falava sobre o alerta que a presidente da Comissão, Helena da Motta Salles, fez sobre a conservação dos documentos do período da ditadura.

O valor notícia conhecimento/cultura é o mais relevante neste caso, já que a notícia fala da má conservação de importantes documentos que podem ser rica fonte para pesquisas. A proximidade geográfica também é relevante, já que Juiz de Fora, local onde se encontra os documentos citados, é a quarta maior cidade do estado de Minas Gerais em termos de população e está próxima do Rio de Janeiro, sede do jornal.

A quarta e última matéria foi publicada no dia 26 de julho de 2014 na editoria “Brasil” com o título “Digitalizada, sentença de Dilma poderá ser acessada em site”<sup>8</sup> e foi assinada pelo jornalista Marcelo Remigio. A matéria fala sobre os documentos da Justiça Militar da época da ditadura que o Arquivo Histórico de Juiz de Fora digitalizaria. Entre o material disponibilizado pelo Tribunal Militar, estavam 250 volumes de atas com registros de todos os julgamentos militares promovidos no município mineiro ao longo da dessa época. Ao longo de um ano, a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora analisou estes documentos.

O ato de disponibilizar os documentos inéditos em um site foi o acontecimento experienciado, a quebra na continuidade, que serviu de insumo para o acontecimento jornalístico. Todavia, de acordo com a classificação de Berger e Tavares (2010, p. 122), o acontecimento foi previsto, porque a digitalização dos documentos foi planejada e divulgada anteriormente pela Comissão através de *releases* enviados à imprensa.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/documentos-historicos-enfrentam-falta-de-conservacao-16967956>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/digitalizada-ata-com-sentenca-de-dilma-podera-ser-acessada-em-site-16967964>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

De acordo com a proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar a análise de fatos noticiáveis/noticiados, nesta matéria os valores-notícia que podem ser destacados como motivadores para que o fato se transformasse em um acontecimento jornalístico, são: impacto, proeminência, proximidade, tragédia/drama e justiça. O impacto diz respeito à quantidade de pessoas envolvidas e afetadas pela digitalização desses documentos. Muitas pessoas passaram por Juiz de Fora e têm seus nomes citados nos documentos. Novamente, o valor proeminência acontece porque a presidente afastada Dilma Rousseff, que teve a ata com sua sentença digitalizada, é uma figura de grande notoriedade no país. A “proximidade” está presente novamente. Além disso, os 250 livros que o Arquivo Histórico de Juiz de Fora digitalizaria podem adicionar uma característica ao fato que o faz se encaixar no valor “tragédia/drama”, pois desperta interesse humano pela ditadura ser uma época de conhecida repressão em que vários fatos e documentos foram censurados e não liberados. A decisão da Justiça Militar de liberar esses documentos pode gerar o interesse de pessoas que viveram este momento e também de pesquisadores e interessados no assunto.

Ao ser perguntado sobre a amplitude da cobertura do “Globo” sobre a CMV-JF, que pareceu ser pequena (entrevista disponível no Apêndice B deste trabalho), o diretor de redação Ascânio Seleme explicou que foram criadas Comissões da Verdade em todos os estados do país e em diversos municípios, como no caso de Juiz de Fora, além de instituições (no Rio, por exemplo, uma foi estruturada na UFRJ). “O Globo”, como um jornal nacional sediado no Rio de Janeiro, deu cobertura mais ampla e sistemática às investigações e repercussões da Comissão Nacional da Verdade, como todos os demais jornais de circulação nacional. E foi exatamente isso que supôs a presidente da Comissão, Helena da Motta Salles, em entrevista feita para este trabalho (disponível no Apêndice E), quando foi perguntada sobre os motivos de alguns jornais de amplitude nacional cobrirem os assuntos da Comissão e outro não dedicarem nenhum conteúdo ao tema. No caso do “O Globo”, ainda há a Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro, que apresentaria mais relevância. Por esse motivo, Ascânio afirma que a CMV-JF não teve uma cobertura mais ampla. Para ele, a CMV-JF teve importância maior para a mídia nacional apenas por causa das revelações sobre a presidente afastada Dilma Rousseff.

Para o diretor de redação, notícias sobre a rememoração do passado interessam ao leitor e, por contato disto, “O Globo” dedicou enormes esforços e cobertura para temas do passado ditatorial. Fizeram, inclusive, cadernos especiais nos aniversários do golpe.

Já o jornalista Marcelo Remígio, que assinou uma das matérias sobre a “CMV-JF” para “O Globo”, em entrevista concedida por e-mail (disponível no Apêndice C), considera

que “O Globo” deu importância à cobertura e o espaço dedicado ao tema foi pertinente, além da publicação ter sido feita no fim de semana, com tratamento de matéria especial. O repórter também ressalta o fato de que “O Globo” é um jornal do Rio e a tendência é dar mais destaque a fatos ocorridos no Estado, em especial na capital, mas que isso não impediu a divulgação do relatório e entrevistas com os envolvidos na pesquisa. “A CMV-JF gerou repercussão, como envio de e-mails de pesquisadores e leitores sobre o levantamento da comissão”, conta. Remigio destaca também que a matéria foi feita no local (equipe se deslocou até Juiz de Fora) e não se limitou a aproveitar *releases*, o que também reforça o interesse do jornal pelo tema.

## 5.2 AS NOTÍCIAS NO SITE DO JORNAL “ESTADO DE MINAS”

Em seu site, o jornal “Estado de Minas” dedicou duas matérias para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Ambas foram assinadas pelo enviado especial Daniel Camargos.

A primeira matéria foi publicada no portal no dia 18 de novembro de 2014. O título foi “Documentos de torturados na ditadura são devolvidos aos donos”<sup>9</sup> e a editoria foi Política. O texto contém 4.122 caracteres com espaços, divididos em oito parágrafos e uma lista. Para ilustrar, há uma foto da cerimônia que serviu de matéria-prima para a reportagem. A publicação fala sobre a solenidade articulada pela CMV-JF para devolver documentos de ex-presos políticos que estiveram em Juiz de Fora na época da ditadura. Tal evento, que foi programado, se destacou como um dos que mais chamaram a atenção da imprensa. O impacto (número de pessoas envolvidas no fato e afetadas por ele), a proeminência (notoriedade de alguns donos de documentos devolvidos), a proximidade geográfica, tragédia/drama (interesse humano) e justiça são os principais valores suscitados por este acontecimento.

A segunda matéria foi publicada em 28 de junho de 2015, isto é, sete meses depois da primeira, na editoria Política sob o título “Livro faz alerta para conservação dos documentos sobre a ditadura”<sup>10</sup> e conta com 3.843 caracteres com espaço. O texto é estruturado em seis parágrafos e não contém foto. A matéria fala sobre quando o relatório final da CMV-JF foi lançado em forma de livro. Novamente um acontecimento programado se tornou notícia. A matéria foi publicada três dias antes do lançamento do livro.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/11/18/interna\\_politica,591064/documentos-de-torturados-na-ditadura-sao-devolvidos-aos-donos.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/11/18/interna_politica,591064/documentos-de-torturados-na-ditadura-sao-devolvidos-aos-donos.shtml)>. Acesso em 10 jul, 2016.

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/06/28/interna\\_politica,662610/livro-faz-alerta-para-conservacao-dos-documentos-sobre-a-ditadura.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/06/28/interna_politica,662610/livro-faz-alerta-para-conservacao-dos-documentos-sobre-a-ditadura.shtml)>. Acesso em: 21 jul. 2016.

A proeminência da presidente afastada Dilma Rousseff, do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, e do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, é um dos principais valores-notícia que fez com que o acontecimento se tornasse notícia. Estas três figuras públicas que passaram por Juiz de Fora na época da ditadura são citadas no primeiro parágrafo. O impacto também é relevante, pois o relatório traz um detalhamento completo das vítimas da ditadura que passaram por Juiz de Fora ou que nasceram na cidade, totalizando 151 pessoas, são citadas ao longo do relatório final que posteriormente se transformou em livro. O documento também afeta e interessa aos estudiosos e curiosos sobre a época. Sendo assim, o valor-notícia tragédia/drama, que engloba o interesse humano, também pode ser considerado. A proximidade geográfica também é relevante, já que Juiz de Fora é a quarta maior cidade do estado de Minas Gerais em termos de população e está a aproximadamente 310 quilômetros de Belo Horizonte, capital e cidade mais populosa do estado e onde também fica a sede do “Estado de Minas”.

O repórter Daniel Camargos, que assinou as duas matérias do “Estado de Minas” forneceu entrevista por e-mail para este trabalho (disponível no Apêndice D). Ele conta que não acha que o tema “CMV-JF” gerou pouca repercussão, já que a cobertura do “EM” foi mais ampla que a dos seus concorrentes mineiros “Hoje em Dia” e “O Tempo”. Apesar disso, Camargos considera que notícias sobre a rememoração do passado ditatorial interessam muito ao leitor. Durante os cinco anos em que trabalhou na editoria “Política” do “Estado de Minas”, o jornalista conta que escreveu várias reportagens sobre o assunto, sempre com amplo espaço em edições de domingo, “as mais nobres”.

### 5.3 AS NOTÍCIAS NO SITE DO JORNAL “TRIBUNA DE MINAS”

O periódico local “Tribuna de Minas” se destacou entre os demais e foi o jornal que fez a cobertura mais extensa sobre as ações da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. No período pesquisado (abril de 2014 a julho de 2015), 32 publicações relacionadas à CMV-JF foram feitas em seu portal, incluindo matérias, notas, fotos em coluna social e artigos de opinião. Dentre estas publicações, oito foram matérias informativas mais aprofundadas.

A primeira foi postada no dia 16 de novembro de 2014 na editoria Política sob o título “Ex-militantes receberão documentos da época da ditadura”<sup>11</sup>. A extensa matéria foi

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/ex-militantes-receberao-documentos-da-epoca-da-ditadura/>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

assinada pelo jornalista Renato Salles (entrevista com o repórter disponível no Apêndice A) e contava com 9.519 caracteres, além de mostrar fotos de alguns dos documentos que seriam devolvidos. Para a “Tribuna de Minas”, a proeminência dos personagens envolvidos também é um grande valor-notícia, já que os nomes da presidente afastada, Dilma Rousseff, e do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, já aparecem no “bigode” ou subtítulo da matéria. Os valores-notícia impacto, proximidade, tragédia/drama e justiça (inclusive, uma retranca da matéria tem o título “Cumprir a lei após 40 anos”) se repetem aqui. Neste caso, os valores são ainda mais potencializados pela proximidade geográfica, já que o jornal está na cidade em que se sucede o acontecimento e o público-alvo do veículo tem muito mais probabilidade de ser afetado pelo fato. O valor tragédia/drama acontece por despertar o interesse humano e também a emoção, já que o jornalista procurou fontes que ressaltaram a possibilidade de revisitar o passado como algo positivo e emocionante. Uma exemplificação disto é a fala de Afonso Celso Lana Leite, um dos ex-militantes que tiveram os documentos devolvidos. Afonso deu entrevista para esta matéria do “Tribuna de Minas” e declarou: “Tinha 20 anos quando fui preso. Sacrifiquei minha juventude em prol de um Brasil melhor na luta contra o regime militar. Não sei o que vou encontrar, mas, certamente, trará uma emoção diferente”.

A segunda matéria foi publicada no site dois dias depois, em 18 de novembro de 2014, e foi a cobertura do evento de devolução de documentos que foi tema da matéria anterior. O título foi “Resgate da história de ex-militantes”<sup>12</sup> e o texto tem 2.011 caracteres (contando os espaços) e foi estruturado em 5 parágrafos. A editoria é Política. Além disso, conta com uma foto que mostra ex-presos políticos e familiares na solenidade de devolução, que aconteceu na sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar. Desta vez, a matéria não foi assinada. Ela conta que sete dos 32 ex-militantes que tiveram documentos pessoais apreendidos durante o período da ditadura militar, enquanto permaneceram presos na Penitenciária de Linhares, tiveram seus pertences devolvidos na cerimônia na Auditoria. Desta vez, é interessante perceber que a notoriedade da presidente afastada Dilma Rousseff e do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, não tem mais tanto destaque. Ela só foi evocada no último parágrafo, provavelmente porque nenhum representante das duas personalidades estiveram na solenidade para reaver os documentos. Apesar disso, ainda era válido citar que entre estes documentos estavam pertences destas duas figuras públicas.

A proximidade geográfica é fator determinante em todas as matérias publicadas pelo “Tribuna de Minas”, já que o jornal se encontra na cidade que é centro de todos os

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/resgate-da-historia-de-ex-militantes/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

acontecimentos. Os valores-notícia impacto e tragédia/drama (interesse humano e emoção) repetem-se. O drama pode ser exemplificado pela fala de Helena da Motta Salles, presidente da CMV-JF: “A cada depoimento ouvido, precisamos segurar a emoção. A conquista pela democracia fez o país mudar e, sem militância, não se conquista nada. As gerações futuras precisam lembrar de como foi o Brasil durante a ditadura”.

O acontecimento que serviu de base para a terceira matéria foi o depoimento que o ex-presos político e ex-deputado federal Gilney Viana deu à CMV-JF. Gilney veio de Brasília a Juiz de Fora exclusivamente para o depoimento. O ex-militante relatou que, durante os sete anos e três meses em que esteve encarcerado na Penitenciária de Linhares, sofreu abusos psicológicos e também presenciou abusos físicos. A matéria foi postada no dia 29 de janeiro de 2015 na editoria Política, o título foi “Gilney: Linhares foi palco de abusos”<sup>13</sup>, e foi assinada pelo repórter Renato Salles. O texto conta 3.076 caracteres e há uma foto do ex-deputado federal ao lado de uma citação dele sobre as memórias que a cidade de Juiz de Fora traz.

Desta vez, a figura central que suscita o valor “proeminência” é o ex-deputado. Em janeiro de 2015, época da entrevista, Gilney era assessor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Além disso, o ex-militante também é ex-deputado estadual e federal (pelo Mato Grosso). O valor-notícia conflito também entra em cena, já que foi a primeira vez que um ex-presos político com passagem pela Penitenciária de Linhares relacionou, de forma efetiva, a unidade carcerária a situações de abusos físicos e psicológicos. E nisto também entra o valor raridade, já que a declaração é inédita. A proximidade se repete, assim como os valores-notícia “tragédia/drama” (o acontecimento desperta emoção e interesse humano) e “justiça” (apesar de não ser formal, as declarações de Gilney foram uma denúncia aos abusos supostamente cometidos na penitenciária).

Um pouco mais de dois meses depois, em dois de abril de 2015, a quarta matéria relacionada à CMV-JF foi publicada. Desta vez, o foco principal da notícia não foi a Comissão ou algum evento que ela promoveu, mas sim a reivindicação de um grupo de militantes de direitos humanos ligados a organizações políticas de esquerda e a movimentos artísticos, que pediam que o nome da Avenida Presidente Costa e Silva, no bairro São Pedro, fosse mudado. A proposta seria substituir o nome do marechal, que foi presidente do Brasil de 1967 a 1969 e criou o Ato Institucional nº 5, principal instrumento legal de repressão no período, pelo nome do juiz-forano Rodolfo Troiano, militante desaparecido na Guerrilha do

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/gilney-linhares-foi-palco-de-abusos/>>. Acesso em: 11 jul. 2016.



Araguaia. O grupo havia realizado um ato no Calçadão no dia anterior. O título da matéria foi “Grupo quer mudar nome da Avenida Costa e Silva”<sup>14</sup>, assinada por Eduardo Maia, e a editoria foi novamente “Política”. Ela tem 4.967 caracteres, com cinco parágrafos no texto inicial e uma retranscrição de dois parágrafos intitulada “CMV-JF entrega relatório final na segunda-feira”, além de uma foto dos ativistas entregando panfletos no Calçadão. Nesta parte, Fernanda Sanglard conta que a mudança de nomes de vias e instituições públicas é uma das medidas recomendadas ao Poder Público e à sociedade no relatório final da Comissão. Além disso, o jornal divulga a data em que o relatório final seria entregue ao prefeito Bruno Siqueira e ao presidente da Câmara Municipal, Rodrigo Mattos.

Desta vez, o acontecimento que motivou a matéria não foi promovido pela CMV-JF, mas como a Comissão tem uma consideração importante sobre o assunto e, além disso, entregaria seu relatório dias depois, ela foi citada. Um dos principais valores que podem ser considerados no acontecimento (a reivindicação dos ativistas) é o conflito, já que há uma discordância por parte de um grupo com o nome de uma avenida importante localizada na zona oeste da cidade, o que culminou em um ato no Calçadão da Rua Halfeld, uma das principais vias da cidade, onde milhares de pessoas circulam diariamente. O impacto também é importante, já que a mudança afetaria inúmeras pessoas que vivem ou passam pela via. E a isto também devemos ligar o valor-notícia proximidade. Além disso, podemos considerar a raridade (manifestações que pedem mudança de nomes de ruas são incomuns).

A quinta matéria sobre a CMV-JF foi publicada cinco dias depois, em sete de abril de 2015, e desta vez a entrega do relatório final foi o acontecimento programado que gerou a notícia. O título foi “Comissão da Verdade entrega relatório final”<sup>15</sup> e a matéria está na editoria Política. São 2.932 caracteres organizados em cinco parágrafos e não há foto. O acontecimento tem as características: impacto (151 vítimas da ditadura que passaram por Juiz de Fora ou que nasceram na cidade foram citadas no relatório final), conhecimento/cultura (por se tratar do resultado de pesquisa de dados sobre a ditadura que foi feita durante o ano de atividade da CMV-JF) e proximidade geográfica.

“Revelações dos anos de ditadura no município”<sup>16</sup> foi o título da sexta publicação do site do jornal “Tribuna de Minas” sobre a CMV-JF, que aconteceu em 28 de junho de

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/grupo-quer-mudar-nome-da-avenida-costa-e-silva/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/comissao-da-verdade-entrega-relatorio-final/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

<sup>16</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/revelacoes-dos-anos-de-ditadura-no-municipio/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

2015. Ela fala sobre o lançamento do relatório final em forma de livro, que aconteceria dali a três dias, em primeiro de julho. A matéria também fala sobre a importância da Penitenciária de Linhares na ditadura, do evento de devolução dos documentos de ex-presos políticos e também dos casos de Rodolfo de Carvalho Troiano e Paulo Costa Ribeiro Bastos, militantes considerados desaparecidos. Há também menção ao caso do guerrilheiro do Caparaó Milton Soares de Castro, encontrado morto em Linhares em 1967. Seu caso é contado no relatório da CMV-JF Apontado como suicida, a matéria da “Tribuna de Minas” faz menção ao livro “Cova 312”, de sua repórter Daniela Arbex, que desmontou farsa do Exército para esconder o assassinato do guerrilheiro e revela imagem inédita da necropsia de Milton, que aponta que as lesões no cadáver são incompatíveis com suicídio

A matéria tem 8.310 caracteres, foi postada na editoria “Política” e conta com uma foto em preto e branco que mostra policiais em ato de repressão em frente à antiga Reitoria da UFJF. A data da foto não foi identificada, mas presume-se que foi entre os anos da ditadura. Além desta, há também uma imagem que mostra a presidente da CMV-JF, Helena da Motta Salles, e a juíza auditora militar, Maria da Socorro Leal, devolvendo documentos a Maria José Nahas na solenidade ocorrida em novembro do ano anterior, 2014.

Neste caso, o impacto é importante porque há um grande número de pessoas envolvidas e afetadas pelo fato, já que o relatório final, que se transformou em livro, foi elaborado com o objetivo de descrever o período que marcou a vida de dezenas de juizes-foranos que foram perseguidos e presos pelo regime. Além disso, a proeminência de algumas figuras é evocada, como o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, o atual governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, e o secretário de Direitos Humanos do Estado, Nilmário Miranda, lideranças que passaram pela Penitenciária de Linhares. Desta vez, é interessante perceber que o nome da presidente afastada Dilma Rousseff desta vez não foi citado. O conflito também é valor-notícia, já que a notícia relata alguns dos casos expostos no livro em que pessoas foram contra a situação vigente na ditadura e sofreram explícita repressão. O valor-notícia “polêmica” também pode ser considerado, pois o tema gera controvérsias e na matéria há diversos comentários de leitores que discordam das ideias da CMV-JF. O “conhecimento/cultura” também pode ser considerado, já que a matéria trata do lançamento de um livro que foi resultado de pesquisas desenvolvidas durante um ano. A “proximidade” é, como em todas as publicações feitas no “Tribuna de Minas”, um dos fatores mais determinantes. A “tragédia/drama” e “justiça” também, já que o tema desperta interesse humano e emoção, e a abertura de documentos, devolução de pertences retidos e a pesquisa

ampla sobre como sistema repressivo funcionou em Juiz de Fora, gera um senso de justiça, mesmo que tardia, para aqueles que viveram a repressão da época dos anos de chumbo.

Um dia antes do lançamento do livro, em 30 de junho de 2015, uma nova matéria sobre ele foi publicada no site. Assinada pela jornalista Fabíola Costa, a matéria foi postada na editoria “Política” sob o título “Comissão pede desculpas a vítimas da ditadura”<sup>17</sup>. Neste dia, a CMV-JF havia organizado uma coletiva para apresentar o livro à imprensa. Durante este evento, a presidente da Comissão pediu desculpas oficiais às famílias atingidas pelo sistema repressivo durante os anos de 1964 e 1985. O texto contém 2.281 caracteres e há também uma foto da coletiva de imprensa, que mostra os membros da CMV-JF Betão Cupolillo, Cristina Guerra, Helena da Motta Salles e Fernanda Sanglard, além das professoras e pesquisadoras da UFJF Christiane Jalles e Teresa Neves e o presidente da OAB Subseção Juiz de Fora na época, Denilson Clozato Alves.

O “impacto” é significativo pois o pedido de desculpas foi direcionado às dezenas de vítimas da ditadura que tem ligação com Juiz de Fora. Sendo assim, são muitas pessoas afetadas. Além disso, a costumeira “proximidade” geográfica impulsiona o acontecimento. Além disso, o fator “conhecimento/cultura” pode ser levado em conta, já que o relatório foi resultado de um ano de trabalho intenso de pesquisa e análise dedicados a elucidar violações de direitos humanos que envolviam Juiz de Fora durante a ditadura militar. O valor “tragédia/drama” também, já que o pedido de desculpas é para aqueles que sofreram violência na ditadura, tanto física como psicológica, e evoca assim interesse humano e emoção.

A oitava e última matéria que faz menção à CMV-JF no período pesquisado foi publicada na editoria “Cidade”, diferente das demais, no dia 31 de julho de 2015. O título foi “Homenagem no João Penido”<sup>18</sup> e a matéria conta com 1.724 caracteres. A notícia foi sobre uma homenagem que havia sido feita ao presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais (Fhemig), o médico Jorge Raimundo Nahas, pelo diretor do Hospital João Penido, Renê Mattos. Nahas é ex-presos político e passou 18 meses na Penitenciária de Linhares na época da ditadura. Na cerimônia de homenagem, o médico recebeu das mãos de Cristina Guerra o livro com o relatório produzido pela CMV-JF. A única foto presente na matéria mostra Nahas na cerimônia.

A notoriedade de pessoas como a deputada federal Margarida Salomão, o vereador José Laerte e o vice-prefeito de Juiz de Fora, Sérgio Rodrigues, que estiveram

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/comissao-pede-desculpas-a-vitimas-da-ditadura/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/homenagem-no-joao-penido/>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

presentes na solenidade, evoca o valor-notícia “proeminência”, apesar das personalidades serem citadas somente no último parágrafo. Todavia, a própria figura do médico Jorge Nahas pode ser considerada como de notoriedade, já que ele está na presidência do importante órgão. Além deste, também considera-se o valor “proximidade geográfica”.

O jornalista Renato Salles, que assinou duas das matérias analisadas aqui, foi entrevistado (transcrição da entrevista disponível no Apêndice A) e contou que pensa que poderia haver uma cobertura ainda maior sobre os temas da CMV-JF, mas na época a redação que cobria assuntos de Política era enxuta e outros temas em voga na época se destacavam mais, como as eleições presidenciais. Além disso, ele deu o exemplo do evento de devolução de documentos de ex-militantes que a CMV-JF organizou. O acesso aos documentos das pessoas mais importantes, com mais notoriedade, como a presidente afastada Dilma Rousseff, não foi liberado. Se o acesso fosse permitido, Salles pensa que o potencial disto virar notícia seria muito maior. Além disso, alguns meses antes do começo das atividades da Comissão, a “Tribuna de Minas” já havia lançado uma série de reportagens sobre a ditadura, devido ao aniversário de 50 anos do golpe. O repórter afirma que isso pode ter esgotado um pouco o assunto. De acordo com sua experiência, Renato afirma que notícias sobre o passado da ditadura despertam o interesse do leitor, e são importantes para entender o momento presente e para projetar o que não deve ser repetido no futuro.

#### 5.4 COMPARAÇÃO ENTRE A COBERTURA DOS TRÊS JORNAIS

Após analisar as notícias publicadas nos portais dos três jornais, é possível então notar que alguns valores-notícia, daqueles sistematizados por Gislene Silva (2005, p. 104-105) em sua proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de fatos noticiáveis/noticiados, se sobressaem e estão presentes em quase todos os acontecimentos, enquanto outros não aparecem. Na tabela a seguir, mostramos quantas vezes cada valor aparece em cada um dos jornais analisados no período selecionado:

Tabela 3 – Valores-notícia nas matérias publicadas nos sites dos jornais “O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”

	O GLOBO (Total = 4 matérias)	ESTADO DE MINAS (Total = 2 matérias)	TRIBUNA DE MINAS (Total = 8 matérias)
IMPACTO	3	2	6
PROEMINÊNCIA	3	2	5
CONFLITO	1	0	3
ENTRENIMENTO/CURIOSIDADE	0	0	0
POLÊMICA	0	0	1
CONHECIMENTO/CULTURA	2	0	3
RARIDADE	0	0	2
PROXIMIDADE	4	2	8
SURPRESA	0	0	0
GOVERNO	0	0	0
TRAGÉDIA/DRAMA	2	2	5
JUSTIÇA	1	1	3

Assim, percebemos que a proximidade é o valor mais relevante e aparece em todas as matérias analisadas. Os valores impacto, proeminência, tragédia/drama e justiça também são importantes, já que aparecem pelo menos uma vez em cada veículo. Os demais fatores que aparecem são: conflito, polêmica, conhecimento/cultura e raridade, mas são menos significativos que os demais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, durante um ano, realizou trabalhos com o objetivo de elucidar os casos de graves violações dos direitos humanos na cidade. Durante este período, alguns eventos foram organizados, como a solenidade de devolução de documentos a ex-presos políticos. Estes acontecimentos programados, que inicialmente foram experienciados no cotidiano, também chamaram a atenção da imprensa e se tornaram acontecimentos jornalísticos, ganhando as páginas dos jornais tanto impressos quanto online.

Apesar de os acontecimentos planejados pela Comissão terem sido programados e não se encaixarem na categoria de acontecimentos imprevistos, que chamariam mais atenção da imprensa pelo ineditismo, todos os jornais escolhidos para análise neste trabalho (“O Globo”, “Estado de Minas” e “Tribuna de Minas”) dedicaram espaço ao tema em seus portais, mesmo que não igualmente. O jornal “Tribuna de Minas”, periódico sediado na cidade de Juiz de Fora, foi o que fez a cobertura mais abrangente das atividades da CMV-JF. Isto se deve, principalmente, pelo valor-notícia proximidade geográfica, já que o jornal é publicado justamente na cidade em que quase tudo relacionado à Comissão Municipal aconteceu. Todavia, o valor proximidade também tem importância para os outros veículos, já que Juiz de Fora fica próximo ao Rio de Janeiro, sede do jornal “O Globo”, e de Belo Horizonte, sede do “Estado de Minas”.

Utilizando a proposta de tabela de valores-notícia para operacionalizar análises de acontecimentos noticiáveis/noticiados de Gislene Silva (2005, p. 104-105), percebemos que, além da proximidade, alguns outros valores-notícia também apresentaram grande relevância na cobertura jornalística. É o caso do impacto, da proeminência, da tragédia/drama e da justiça.

O impacto é importante porque em muitas matérias há um considerável número de pessoas envolvidas ou afetadas pelo fato. É o exemplo das matérias que falam sobre o relatório final e o livro que se originou dele, pois 151 vítimas da ditadura que passaram por Juiz de Fora ou que nasceram na cidade são citadas ao longo do trabalho.

A proeminência é fator também muito expressivo porque figuras de notoriedade nacional permaneceram presas e foram julgadas em Juiz de Fora na época da ditadura, sendo objeto de estudo da Comissão. Algumas delas, como a presidente afastada Dilma Rousseff e o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, tiveram seus documentos entre aqueles devolvidos na solenidade realizada pela Comissão, em conjunto com a Justiça Militar, na sede

da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar de Juiz de Fora. Este fato apareceu com destaque na maioria das notícias que trataram deste evento, mostrando como a proeminência tem importância como valor-notícia.

Tragédia/drama também tem destaque porque rever o passado ditatorial é um tema delicado, que traz de volta memórias que podem despertar interesse humano e provocar emoção em quem esteve envolvido na época e até em quem não esteve, mas que tem interesse no assunto ou é afetado por ele. Algumas matérias exploraram este lado e trouxeram depoimentos de pessoas que invocam estes aspectos.

Já o valor justiça também se sobressaiu porque o trabalho da Comissão resgata um passado em que muitos sofreram violações de direitos em decorrência do regime de exceção instaurado. Esclarecer estas circunstâncias, mesmo que tardiamente, depois de mais de 50 anos do golpe, gera um senso de justiça para aqueles prejudicados no período.

Estes quatro valores mencionados apareceram pelo menos uma vez em cada periódico analisado neste trabalho. Sendo assim, podem ser os considerados principais valores-notícia possíveis. Todavia, outros valores-notícia também apareceram, como: conflito (por exemplo, quando Gilney Viana relacionou pela primeira vez a Penitenciária de Linhares a situações de abusos físicos e psicológicos e quando ativistas reivindicaram a mudança do nome da Avenida Presidente Costa e Silva), polêmica (a matéria “Revelações dos anos de ditadura no município”, que gerou diversos comentários contrários ao trabalho da CMV-JF), conhecimento/cultura (o relatório final da Comissão é resultado de extensa pesquisa de dados sobre a ditadura) e raridade (a título de exemplo, a declaração inédita de Gilney sobre Linhares).

Além disto, fatores de dentro da Redação também influenciaram na cobertura. Foi isso que revelaram alguns dos jornalistas entrevistados para o trabalho. Renato Salles, repórter da “Tribuna de Minas”, expôs algumas destas circunstâncias, como o momento de crise em que a profissão do jornalista vem passando, o que resulta em Redações com poucos jornalistas para cobrir muitos assuntos. Além disso, na época em que a Comissão estava desenvolvendo seus trabalhos, também era tempo de eleição presidencial e, para Renato, este assunto pode ter ofuscado um pouco a cobertura sobre a Comissão. Outro fator que gerou influência na cobertura foi o “Tribuna de Minas” já ter, de certa forma, esgotado um pouco o tema, já que alguns meses antes havia feito um “especial” com várias matérias sobre a ditadura em cobertura sobre os 50 anos do golpe.

Ainda assim, a cobertura do tema feita pelo “Tribuna de Minas” foi a mais extensa e completa, cobrindo todos os eventos organizados e explorando mais as possibilidades do assunto. Já o “Estado de Minas” fez uma cobertura mais limitada, todavia, tomou a liderança em relação aos seus concorrentes mineiros, como o “Hoje em Dia” e “O Tempo”, que não dedicaram nenhuma publicação sobre o tema em seus sites. Tal fato foi destacado pelo jornalista Daniel Camargos, que assinou as duas notícias sobre a CMV-JF que foram publicadas no site do “Estado de Minas”. O mesmo aconteceu com “O Globo”, que publicou em seu site quatro matérias sobre o assunto, e foi o jornal de alcance nacional que mais se destacou na cobertura. Concorrentes como a “Folha de S.Paulo” e o “O Estado de S. Paulo” não produziram nenhum conteúdo sobre a CMV para seus portais.

Pode-se concluir então com este trabalho que o passado da ditadura interessa ao leitor, e os jornais ainda investem na cobertura de temas relacionados a esse período. A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora realizou um trabalho de relevância e gerou repercussão, principalmente na imprensa local, que cobriu com eficiência os acontecimentos. Já nas esferas estadual e nacional, o assunto não teve a mesma atenção. Fatores como a relevância maior de outras comissões para “O Globo” e o “Estado de Minas” justificam isso. Este resgate do passado é essencial, pois para entendermos a conjuntura atual e tomarmos medidas que influenciarão o futuro, é indispensável o entendimento do que aconteceu no passado e suas consequências.



## REFERÊNCIAS

ALTIVO, Bárbara Regina *et al.* Sargentos Gays no Exército Brasileiro: para se pensar o acontecimento jornalístico. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 15, 2010, Vitória. **Resumos...** Vitória: Intercom, 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2010/resumos/R19-0487-1.pdf>>.

Acesso em: 11 jun. 2016.

BARBOSA, Marialva Carlos. Nelson Traquina e as pesquisas em jornalismo no Brasil. In: CUNHA, Isabel Ferin; CABRERA, Ana; SOUSA, Jorge Pedro **Pesquisa em Media e Jornalismo: Homenagem a Nelson Traquina.** Covilhã: Livros LabCom, p. 12-25, 2012.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria e prática do jornalismo.** São Paulo: Omnia, 2006.

BENETTI, M. O jornalismo como acontecimento. In: M. BENETTI; V. P. da S. FONSECA (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, p. 143-167.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: M. BENETTI; V. P. da S. FONSECA (Org.). **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, p. 121-142, 2010.

BRASIL. Dispõe sobre a atuação da Comissão Nacional da Verdade. Resolução n. 2, de 20 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União:** 17 de setembro de 2012. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao\\_2\\_CNV\\_200812-2.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_2_CNV_200812-2.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social.** Paris: Nathan, 1997.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. **Memórias da repressão:** relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

DALMONTE, Edson Fernando. **Pensar o discurso no webjornalismo:** temporalidade, paratexto e comunidades de experiência. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/200/3/Pensar%20o%20discurso%20no%20webjornalismo.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

FERNANDES, Livia. **As manchetes na história da Tribuna de Minas/Juiz de Fora – Minas Gerais.** Juiz de Fora: UFJF, 2005, 12p. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/980418/arquivo---portcom>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

FIDALGO, António. Jornalismo *Online* segundo o modelo de Otto Groth. In: **Pauta Geral.** Salvador: v. 11, n. 6, p. 1-13, 2004. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-groth-jornalismo-online.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

GOMIS, Lorenzo. **Teoria del Periodismo**: Cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991. Disponível em: <<http://mariapalacio.udem.edu.ni/wp-content/uploads/2014/11/Teoria-del-periodismo-Como-se-forma-el-presente-Lorenzo-Gomis.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

JUIZ DE FORA. Lei n.12.643, de 06 de agosto de 2012. Dispõe sobre a criação da Comissão Municipal da Verdade no âmbito do Município de Juiz de Fora. **Diário Oficial Eletrônico**: Juiz de Fora, 7. ago. 2012. Disponível em: <[http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c\\_norma.php?chave=0000035365](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000035365)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

LAGE, Leandro. Acontecimento e mediatização: entre o determinismo e a contingência. In: **Revista CoMtempo**. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero, v. 3, n. 2, p. 1-12, 2011.

MORIN, Edgar. **O Método1**: a Natureza da Natureza. 2ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América, 1977.

NIELSEN Ibope, 2015. **Mobile Report**. 2015. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2015/Brasileiros-com-internet-no-smartphone-ja-sao-mais-de-70-milhoes.html>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, Continuidade e Potencialização no Jornalismo Online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias & PALACIOS, Marcos (Orgs), **Modelos do Jornalismo Digital**, Editora Calandra, Salvador, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Santos. **Um estudo de caso sobre a adaptação da Tribuna de Minas à internet**. 2012, 61 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n.1, 2005, p. 95-107. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2091/1830>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

SILVA JR., José Afonso. **A relação das interfaces enquanto mediadoras de conteúdo do jornalismo contemporâneo: agências de notícias como estudo de caso**. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da Compós. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/junior-jose-afonso-interfaces-mediadoras.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2016.

TECNOLOGIAS de Informação e Comunicação **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Rio de Janeiro; 2014. Suplemento. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95753.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo**: análise e textos da teoria do agendamento. Coimbra: Minerva, 2000.

VICENTE, Maximiliano Martin. In: **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

WHITE, David. **O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias**. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – ENTREVISTA COM RENATO SALLES, JORNALISTA DA “TRIBUNA DE MINAS”

Entrevista realizada pessoalmente no dia 11 de maio de 2016.

#### **Como é a rotina na “Tribuna de Minas” em relação a reunião de pauta? Como é delimitada a pauta para cada repórter?**

No geral, à época dessa cobertura, agora mudou um pouco, a gente tinha algumas editorias bem definidas: Economia, Política, Esporte, Geral e Caderno Dois que é de cultura. A editoria de Geral, em geral tem uma figura de um pauteiro, que é uma repórter que fica pela manhã atualizando o que tá acontecendo de fato, acompanhando agenda, recebendo sugestão de fora e sugerindo pauta pra redação como um todo. Ela também sugere um pouco pra essas demais editorias, Política, Esporte, Cultura, mas ela tem um trabalho mais de Geral. Essas são as editorias que existiam na época, agora mudou. Depois eu entro nessa questão pra gente faz um recorte mais da época. Era uma dinâmica meio própria em que as pautas surgiam muito do debate. Na época, eram dois repórteres e um editor. Então era uma troca diária de informação. No caso, já tem uma pauta padrão, que é monitorar atos do Executivo, monitorar as reuniões da Câmara. Era uma discussão diária. Às vezes dava seis horas da tarde e a gente não sabia o que ia ser a manchete da página de Política, e aí o assunto aparecia. A Política tem meio que uma dinâmica própria. Hoje mudou um pouco a configuração das editorias. Tem uma chancela só, que é Dia a Dia, que juntou Política, Economia e Geral, deu meio que uma englobada. Mas ainda assim tem alguns repórteres que têm uma característica específica, como eu que continuo fazendo Política, a Graça e a Fabíola têm uma característica mais de Economia, funciona um pouco assim, à parte. Mas tem a fugira do pauteiro. Acaba que eu me

pauto muito com os editores e acompanhando essa rotina que eu falei, atos do Legislativo municipal e estadual... Tem uma rotina assim, mais amarrada,

**Das seis notícias mais relevantes, mais aprofundadas, duas foram assinadas por você. É por afinidade com o tema?**

Não necessariamente. Depois até posso procurar melhor. Aquela cobertura foi em que época mais ou menos?

**De julho de 2014 a julho de 2015 [período de atividade da Comissão].**

Pois é, pegou uma época eleitoral. Na minha cabeça tá muito distante, a gente tava inserido num período eleitoral. Eu queria até ter imprimido as matérias pra tentar lembrar melhor. Mas sobre a questão de ser assinado ou não. Em geral, as matérias assinadas são aquelas que demandam um trabalho assim mais jornalístico mesmo. Buscar, apurar, fazer um debate social dentro do possível, escutar especialistas daquele segmento. E as matérias não assinadas, em geral, são aquelas matérias baseadas em *release*, que tem menos um trabalho jornalístico. É mais uma agenda ou não uma reprodução do *release*, mas é mais pautado no fato em si do que uma reportagem mais rebuscada. Em geral, esse critério que é adotado. Até porque a equipe é pequena. Se não fosse assim, todo jornal ia ter três matérias assinadas pelo Renato, talvez.

**Conversando com alguns membros que trabalharam junto à Comissão, eles tiveram a impressão de que os trabalhos da Comissão não tiveram muita divulgação na cidade, nem estadualmente e nacionalmente. Você concorda? Se sim, por que isso aconteceu?**

De certa forma, eu concordo também. Aí eu acho que é mais uma dinâmoca de mercado, e não por pouco interesse no assunto. A profissão tá vivendo um momento de muita dificuldade. As redações estão mais enxutas, você tem menos equipe pra cobrir, você tem menos capacidade até de se deslocar dentro da cidade por conta da crise do jornalismo. Hoje mesmo eu fiz uma reunião sindical ali na Integração. Eles falaram que a equipe tá no limite, se o povo falar em demitir, não dá pra demitir mais, não tem como trabalhar mais. É essa situação. Teve cortes recentes, não sei o quê. Esse é um ponto que dificulta muito. Dificulta muito assim, você não consegue mais abraçar a cidade inteira como você pretendia. E o fato da equipe estar reduzida, às vezes o factual pesa muito e acaba que, talvez sob o olhar, não tinha nem que ser uma opção editorial, é uma opção de momento. Às vezes, sob o olhar, coincidir com uma eleição, às vezes ia priorizar a eleição porque é um fator de mais interesse momentâneo da sociedade.

**Em novembro [de 2014], por exemplo, foi aquele evento de devolução de documentos que tinha até documento da Dilma, do Lacerda. Foi justamente em novembro, muito perto das eleições;**

Foi uma coisa que eu tentei, na época, mas justamente era uma restrição. Concordo com isso, precisaria da autorização. Saíram documentos de duas pessoas que autorizaram. É, dá uma esvaziada. E o fato, e eu até entendo e concordo genuinamente, mas o fato de eles restringirem o acesso aos documentos que seriam mais chamativos, de mais interesse da população. Eu lembro que quando falaram assim que tinha coisa da Dilma, do Pimentel, do Lacerda... Tinha outros nomes de relevância nacional. Enfim, não vou rememorar nesse momento. A gente já tava vendo aquela matéria até com potencial de inserção nacional. Via site, claro, não no jornal. Entendo muito a restrição, porque você tá mexendo com o passado, e o passado é difícil das pessoas. E as pessoas têm que realmente autorizar. Mas assim, acho que a gente não diminuiu a matéria por conta disso, tanto que foi uma matéria talvez até de domingo.

**Foi uma das mais extensas e completas.**

Então, nesse caso eu acho que foi. Mas voltando a falar porque que talvez tenha sido não tão divulgada. Não que eu ache que não tenha sido tanto, mas também acho que não foi suficientemente divulgado. Por exemplo, eu não sei se precisar o momento, mas fazendo um breve recorte histórico aqui, quando eu comecei na Política na Tribuna, em 2012, também em período eleitoral, eram dois repórteres efetivos na Política. No período eleitoral, entre, sei lá, a partir de maio, talvez, até novembro, final de novembro, que tem posse eleitoral que gera muita demanda, a equipe era quatro repórteres. Então você tinha uma equipe pra fazer produção. Isso por conta da eleição, mas você tinha como deslocar um ou outro em outro evento paralelo à eleição. Porque a eleição é um grande momento de discussão política na cidade. Já em 2014, que foi eleição presidencial, eram dois repórteres apenas. E aí eu não sei nesse recorte eu você falou, entre julho de 2014 e julho de 2015, o outro repórter que fazia Política comigo também acabou saindo, e na reposição, quem entrou... Não sei nem se houve mesmo reposição da cadeira. Ou seja, acabei que eu fiquei sozinho na Política também, tendo uma demanda toda do contexto político da cidade, com um repórter só. O que dificulta, às vezes, o aprofundamento de uma matéria. Por isso que algumas matérias tenham sido mais com base em *release*, com informação mais padrão, menos aprofundada. Essa questão humana também. Por outro lado, eu acho interessantíssimo o trabalho, mas acaba que o

trabalho é um pouco burocrático, acadêmico, um pouco tecnicista, um pouco... Eu lembro de eu tentar entrevistar algumas das pessoas que integravam a Comissão e assim, os posicionamentos dos comentários, pra mim que é jornalista, às vezes você quer aprofundar um pouco, eles não eram rasos, mas eram muito polidos a tratar do tema. Que é um tema cascudo mesmo, mas às vezes não aprofundava. Então você não conseguia fazer um maior aprofundamento com o comentário dos integrantes. Até porque eles se resguardavam à história. Então acho que teve essa característica, que teve a dificuldade um pouco da gente fazer uma matéria não mais polêmica, mas mais aprofundada. A restrição, mais uma vez considero correta, mas também pra efeito de aprofundamento de uma reportagem... A restrição de acesso a documento, entendeu? Eu acho que não que tenha sido uma restrição do outro lado, que eu acho uma postura correta, mas essa postura dificulta a cobertura midiática. Tanto é que você falou mesmo. Não só a Tribuna, não teve tanto alarde na mídia.

#### **A “Tribuna” foi a que mais cobriu, em relação a G1 Zona da Mata, Acesso.**

Porém concordo que não cobriu como deveria. É uma somatória de fatores.

#### **Como é feita a seleção do que vai no site e o que vai no jornal?**

Na verdade, hoje a gente trabalha com um raciocínio um pouco distinto. É engraçado que é um recorte que não chega a dois anos mas mudou muita coisa. Na época, a gente não tinha por hábito... O que ia no site basicamente ia no jornal. O jornal é publicado quarta-feira de manhã, acho, salvo engano, à partir das sete a mesma matéria tava republicada no site. E em alguns casos a gente fazia uma matéria bem mais curta, basicamente só um lide contando o evento. E, tipo assim, monitorando muito a mídia local. Tipo assim, vamos supor: o evento da Comissão da Verdade, que eu vi que o menino da Integração tá lá.. Eu sei que ele vai dar agora sete horas da noite no Praça 2, no MGTV Segunda Edição. Já que eu sei que ele vai dar, a gente já antecipava o assunto de forma rasa, porque a TV, ainda mais o MGTV que é um jornal muito curto, ele também só trata superficial, a gente antecipava no site. Não de forma superficial, mas sem um aprofundamento que a gente tentaria usar como gancho pra edição do jornal seguinte, e já publicava ali, publicava no site. Mas da mesma forma, no dia seguinte, a matéria que saísse no jornal tava no site. O funcionamento era esse. Hoje a gente tá com um raciocínio um pouco de segurar menos matérias no site. Hoje a idéia é: no site e jornal não tem mais um carro-chefe da empresa. Se eu chego com uma matéria aqui que é boa, eu solto a matéria toda. Se eu quiser tentar aprofundar depois, mas assim, tudo que eu tenho agora eu vou soltar no site. Agora já mudou um pouco o raciocínio. Talvez se fosse esse raciocínio

antes, a gente podia ter feito uma cobertura não em tempo real, mas mais próxima do acontecimento.

**Você pensa que esse passado da ditadura é interessante para os leitores? O tema chama a atenção?**

Eu acredito que sim, ainda mais num momento como esse. Eu acho que a compreensão do passado, da história do país, é muito importante pra gente entender o que vai acontecer agora, com essa discussão, esse cenário político louco que a gente tá vivendo, de cabeça pra baixo. E é muito importante pra gente projetar o que não podemos deixar acontecer no futuro. Acho que isso é básico. O conhecimento da história te dá um discernimento maior do presente e uma capacidade conjectural do futuro muito melhor. Então eu acho que esse trabalho foi relevante demais.

**Eu acho que o assunto foi muito polêmico e gera comentários, mesmo que seja contra os trabalhos. As pessoas se manifestaram em relação ao que leram.**

Eu evito ler comentário de matéria, porque eu acho que o raciocínio hoje de internet é muito odioso, então eu imagino. Eu não li. Se li, não me recordo. Mas eu realmente tomei essa posição de não ler comentário. Não é uma censura nem nada, mas às vezes a pessoa comenta sem ler a matéria, o que é um absurdo. Mas eu imagino que diante do cenário da internet, os comentários devem ter sido mais contrários, chamando as vítimas de excessão do estado, de terrorista, bandido, o que for, do que concordando. Imagino que seja.

**Os trabalhos da Comissão começaram em 2014, e 2014 foi 50 anos do Golpe.**

A gente inclusive fez uma série do Golpe muito grande. E a gente fez a série do Golpe duas semanas antes do Primeiro de Abril e duas semanas depois. Eu não sei se precisar quantas, mas foram pelo menos umas cinco, seis matérias. Matérias pesadas, grandes, saindo todo domingo. Inclusive, isso pode ter esvaziado um pouco a nossa cobertura dos trabalhos da Comissão da Verdade, porque ali consolidou algo que a gente já tava explorando matéria. Tanto que algumas matérias, da Dani [Arbex] até, inclusive, foram utilizadas na discussão,

pra ajudar a levantar aquela história. Então, acho que a gente esgotou um pouco o assunto alguns meses antes dos trabalhos.



APÊNDICE B – ENTREVISTA COM ASCÂNIO SELEME, DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL DO JORNAL “O GLOBO”

Entrevista respondida via e-mail no dia 30 de maio de 2016.

**Todo o conteúdo que vai para o jornal impresso vai também para o site? Se não, como é feita essa seleção?**

Hoje praticamente todo material que vai para o jornal impresso vai também para o site do GLOBO. Não no mesmo dia, no caso de grandes reportagens especiais, cadernos especiais, furos produzidos especialmente para o papel. Mas, nesses casos, no dia seguinte da publicação no impresso tudo já vai para o site. No caso das "commodities", aquelas notícias que todos os concorrentes têm, publicamos imediatamente no site, sem "guardar" para o papel no dia seguinte. Todo o conteúdo produzido e publicado pelo GLOBO ao longo de seus 90 anos de História está disponível, para assinantes, no seu acervo no site.

**"O Globo" dedicou apenas duas publicações no site ao tema Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora, o que parece revelar pouca importância dada a esta cobertura. Por quê?**

Lorena, como você sabe, foram criadas Comissões da Verdade em todos os estados do país e em diversos municípios, como no caso de Juiz de Fora, além de instituições \_ no Rio, por exemplo, uma foi estruturada na UFRJ. O GLOBO, como um jornal nacional sediado no Rio de Janeiro, deu cobertura mais ampla e sistemática às investigações e repercussões da Comissão Nacional da Verdade, claro, como todos os demais jornais de circulação nacional. E, ainda, à Comissão da Verdade do Estado do Rio. Sobre esses trabalhos e suas repercussões, você achará amplo, vastíssimo material no arquivo/acervo do GLOBO, inclusive com

manchetes da primeira página e cadernos especiais. E tiveram tamanho destaque não apenas no impresso, como você poderá ver na sua consulta, mas também no site do jornal. Um dos personagens mais marcantes ouvidos por essas comissões, inclusive, foi revelado e descoberto pelo GLOBO. Paulo Malhães, coronel que serviu na Casa da Morte de Petrópolis, foi denunciado como torturador e falou pela primeira vez nas comissões depois de ter sido manchete do GLOBO, em 2012. Este material, trabalho jornalístico da melhor qualidade feito por nossos repórteres e do qual muito nos orgulhamos, você pode encontrar no arquivo/acervo do jornal. Neste contexto, a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora teve importância maior, para a mídia nacional, por causa das revelações sobre a então presidente da República, Dilma Rousseff.

### **Notícias sobre a rememoração do passado ditatorial não interessam ao leitor? O passado da ditadura pode ser considerado um valor-notícia?**

Claro que notícias sobre a rememoração do passado, como você pergunta, interessam ao leitor. Tanto que O GLOBO, como já disse, dedicou enormes esforço e cobertura para esse noticiário. Fizemos inclusive cadernos especiais nos aniversários do golpe: para facilitar sua consulta, já que o material é riquíssimo e está disponível no acervo, vc [sic] poderia analisar os cadernos especiais feitos por ocasião dos 40 e dos 50 anos do golpe. A História do GLOBO nos últimos quase 40 anos, Lorena, está repleta de prêmios justamente pela ampla cobertura e importantíssimas revelações sobre o período da ditadura, reconhecida esta cobertura pelas comissões, especialmente pela Comissão Nacional da Verdade, que usou conteúdo produzido por repórteres do GLOBO como base das investigações e de suas conclusões.

Só para citar alguns:

- \_ Foi do GLOBO a revelação sobre o texto da lei da Anistia, publicado na primeira página da edição de 27 de junho de 1979.
- \_ Merval Pereira, do Globo, ganhou o Prêmio Esso como a cobertura da sucessão do Geisel, que virou livro em 79, "A segunda guerra- a sucessão de Geisel";
- \_ E ainda a revelação sobre a existência de duas bombas no Puma do Riocentro, publicada em 2 de maio de 1981, foi do GLOBO.
- \_ Em meados da década de 90, ganhamos o Prêmio Esso com fotos inéditas e revelações sobre a Guerrilha do Araguaia. Foi um amplo trabalho de investigação sobre a Guerrilha do Araguaia e que levou, inclusive, à identificação da ossada de uma desaparecida política.

- \_ Também ganhamos o prêmio Vladimir Herzog, em 1998, com "O baú do general", com revelações sobre a ditadura.
- \_ Depois, ainda, foi do GLOBO o prêmio Esso de 1999, com revelações que levaram à reabertura do caso Riocentro. Graças a esta cobertura, o caso não apenas foi reaberto como o Exército finalmente reconheceu a autoria do atentado. Reportagem de Chico Otavio, Ascânio Seleme e Amaury Ribeiro Jr.
- \_ Ganhamos diversos outros prêmios por coberturas envolvendo o passado ditatorial, Lorena. Passado que, claro, interessa muito ao leitor e ao país, e ajuda a esclarecer fatos nebulosos do passado até para que jamais voltem a ocorrer de novo.
- \_ O GLOBO também fez reportagens importantíssimas sobre a Operação Condor, que uniu ditaduras do Cone-Sul, a agenda do terror do sargento Guilherme (caso Riocentro), a Casa da Morte de Petrópolis, caderno especial sobre o Riocentro... Enfim, todo esse material está disponível no nosso acervo, no site, para a sua consulta.



## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM MARCELO REMIGIO, REPÓRTER DO JORNAL “O GLOBO”

Entrevista respondida via e-mail no dia 03 de junho de 2016.

### **Todo o conteúdo do jornal impresso “O Globo” vai também para o site? Como é feita essa seleção?**

A maior parte do conteúdo vai para o site. No entanto, há conteúdo exclusivo para o site que não é publicado no impresso. Os infográficos também são adaptados e parte deles passa a ser interativo. Sobre a seleção, algumas matérias que são publicadas no impresso já foram postadas no site ao longo do dia anterior. Algumas são atualizadas. Vale ressaltar que matérias especiais do impresso recebem um tratamento de destaque no site e passam a contar com vídeos, conteúdo relacionado e galeria de fotos.

### **“O Globo” dedicou apenas quatro matérias ao tema, o que parece revelar pouca importância dada a esta cobertura. Em sua visão, por que a CMV-JF não gerou mais repercussão?**

O GLOBO deu importância sim à cobertura. Deve-se levar em conta que o impresso trabalha hoje com espaço limitado, ao contrário do site, onde o repórter pode postar matérias relacionadas, links para a memória do jornal (editoria que reúne matérias históricas e todas as edições digitalizadas), vídeos e fotos. O espaço dedicado ao tema foi pertinente e a publicação foi feita no fim de semana, com tratamento de matéria especial. O GLOBO é um jornal do Rio e a tendência é dar mais destaque a fatos ocorridos no Estado, em especial na capital. Mas isso não impediu a divulgação do relatório e entrevistas com os envolvidos na pesquisa. A CMV-

JF gerou repercussão, como envio de e-mails de pesquisadores e leitores sobre o levantamento da comissão. Destaco que a matéria foi feita no local (equipe se deslocou até a Juiz de Fora) e não se limitou a aproveitar releases, o que também reforça o interesse do jornal pelo tema.

**Notícias sobre a rememoração do passado ditatorial não interessam ao leitor? O passado da ditadura é um valor-notícia?**

É importante que o perfil dos leitores do jornal seja levado em conta. No caso do GLOBO, há interesse. Recebemos e-mails com sugestões de pauta, comentários e avaliações da cobertura do período da ditadura. Cito o exemplo do relatório final da Comissão Nacional da Verdade que estampou várias páginas do jornal. O GLOBO também publicou série de matérias sobre a ditadura e alguns furos históricos. Há, inclusive, um repórter especialista em ditadura e repressão entre os repórteres especiais da editoria País. Temas como a Casa da Morte de Petrópolis foram bem explorados e continuam a ser. Existe sim o valor-notícia. Talvez em um jornal com perfil popular o tema tenha tanto destaque por não interessar os leitores (cito, novamente, a importância da análise do perfil do leitor).

**Você se lembra como foi o processo de produção da matéria que você assinou? Foi você que sugeriu a pauta? Ela partiu de *release*?**

Recebemos um aviso de pauta. Fiquei interessado no assunto e fiz uma pesquisa prévia. Apresentei a pré-pauta durante a reunião das especiais de domingo e a editoria País aprovou. Não chegamos a publicar o factual (solenidades de apresentação do relatório) no papel, preferimos investir no diferencial, mostrar algo inédito do trabalho. O factual ficou restrito ao site e ao portal do Grupo Globo (G1).

APÊNDICE D – ENTREVISTA COM DANIEL CAMARGOS, ENVIADO ESPECIAL DO JORNAL “ESTADO DE MINAS”

Entrevista respondida via e-mail no dia 28 de junho.

**O Estado de Minas dedicou para a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) duas publicações no site. As duas matérias foram assinadas por você. Você se lembra como foi a cobertura? Como surgiu a pauta?**

Lembro de uma que fui a Juiz de Fora, pois soube que seriam entregues documentos para ex-militantes. Recebi a informação depois do almoço, avisei o editor e ele autorizou a viagem até JF. A outra pauta eu procurei o pessoal da comissão em busca de notícias relevantes e, caso houvesse algo inédito, eu voltaria até a cidade. Não lembro de nenhuma descoberta fundamental da CMV-JF.

**As matérias também foram para o impresso? Se sim, o texto foi igual para os dois suportes ou sofreu adaptações?**

Não lembro. Você pode pesquisar os arquivos do impresso e comparar. Não consigo lembrar detalhes de todas as matérias.

**O “Estado de Minas” dedicou apenas duas matérias ao tema no site, o que parece revelar pouco importância dada a esta cobertura. Em sua visão, por que a CMV-JF não gerou mais repercussão?**

Não concordo que gerou pouca repercussão. Você comparou a cobertura do EM, com Hoje em Dia e O Tempo? Eles fizeram uma cobertura mais ampla? A CMV-JF conseguiu emplacar

várias matérias em outros jornais? Me parece que você tem uma tese e quer usar minha resposta para defender seu argumento.

**Notícias sobre a rememoração do passado ditatorial não interessam ao leitor? O passado da ditadura é um valor-notícia?**

Sim. Interessam demais. Em cinco anos que trabalhei na editoria de política do jornal escrevi várias reportagens sobre o assunto, sempre com amplo espaço em edições de domingo, as mais nobres. Assim como o EM, todos os jornais dedicam espaço e tem em seus quadros especialistas nessa área. Vários jornalistas escreveram livros fruto das matérias que produziram para os jornais.



## APÊNDICE E – ENTREVISTA COM HELENA DA MOTTA SALLES, PRESIDENTE DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE DE JUIZ DE FORA

Entrevista feita pessoalmente no dia 05 de julho de 2016.

### **Quais foram os momentos de maior destaque na cobertura dos assuntos relacionados à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora?**

Então, eu acho que houve dois momentos. Um foi quando houve a entrega dos documentos dos militantes que estiveram presos aqui. Os documentos encontrados na Auditoria Militar. Nesse momento, houve, de fato, um destaque bem grande na imprensa. Eu estou falando da imprensa local. E o outro momento foi quando houve a entrega do relatório final. Foram os dois momentos que eu acho que houve um destaque. E aqui eu tenho também a matéria [do “Tribuna de Minas”] que saiu quando o Gilney veio aqui. Ele esteve... Foi a pessoa que ficou mais tempo presa em Linhares, sete anos. Ele veio aqui, prestou um longo depoimento à Comissão. Então quando ele veio aqui, também isso saiu na primeira página, como você pode ver, e depois lá dentro também, uma matéria sobre ele. Tá vendo? “Gilney: Linhares foi palco de abusos”. Agora, me parece, se você quer uma avaliação minha, eu acho o seguinte... Depois eu posso te mostrar mais o que eu guardei. Eu acho o seguinte: na verdade, a impressão que ficou é que, pelo menos estou falando da “Tribuna de Minas” que é o principal jornal local, que a “Tribuna” reagia quando ela era provocada através da equipe de comunicação que enviava pra ela os *releases*. Então ela teve um papel mais de responder a um estímulo que chegava até eles. Que era o envio de *releases*. Normalmente, pelo que eu conversei com a Fernanda [Sanglard], que a Fernanda ficava mais na frente desse contato da equipe de comunicação com a imprensa e tal. Normalmente, era enviado um *release* quando havia um fato qualquer, alguma coisa mais relevante acontecendo. Aí a Tribuna nos

procurava, por exemplo. Então teve esses dois momentos que eu destaquei, houve um momento em que houve também uma, a gente fez uma entrevista coletiva que foi lá na OAB e tal. Foi uma coisa marcada.

### **A coletiva foi a do lançamento do livro, não foi?**

É, mas mesmo antes quando a gente enviou um relatório parcial bem no início dos trabalhos. Quando foi enviado um relatório parcial pra Comissão Nacional. Porque a Comissão Nacional, ela estava encerrando os trabalhos dela quando a nossa foi criada, então ela já tava num momento de fechar o trabalho dela e a gente ainda tinha pouca coisa, então a gente enviou só um relatório parcial. Então naquele momento também houve uma entrevista coletiva. O que eu acho, assim, o que provocava, o que acho que provocou uma certa curiosidade foi o fato de que, isso foi até destacado na imprensa, foi o fato de grandes nomes nacionais, pessoas que foram militantes na época da ditadura e depois se tornaram figuras de projeção, e essas pessoas passaram por Juiz de Fora. Então foi o caso do Márcio Lacerda, do nosso governador, o Pimentel, a própria presidenta Dilma e tal. Então isso daí era uma coisa que chamava a atenção da imprensa, esses grandes, que se tornaram políticos de projeção e que passaram por aqui. Acho que isso provocava um pouco o interesse deles. Agora, eu acho que faltou da parte da imprensa... Se faltou aqui, faltou mais ainda na nacional. Reportagens mais de fundo que procurassem... O que eu acho que eu faria se eu fosse jornalista, vamos dizer assim. Que procurassem entender mais a fundo o trabalho da Comissão. Por exemplo: o que é que nos motivava, quais os obstáculos que a gente tava encontrando, por que que a gente achava que existia esses obstáculos, a própria composição da Comissão, o histórico de cada um, porque as motivações não eram exatamente as mesmas. Então, a própria Comissão em si daria uma reportagem ou um conjunto de reportagens bem interessante. Eu acho que faltou esse interesse de ir mais fundo na pesquisa do trabalho da Comissão, independente de estar havendo um evento, de estar havendo um fato qualquer, sabe? Eu acho que faltou isso. Eu acho também assim, por exemplo, o nosso relatório foi amplamente aí disponibilizado. Quando houve o lançamento, a imprensa recebeu também o livro e tudo isso. Então acho que eles podiam também ter feito depois, na sequência, se houvesse esse interesse, por exemplo: o que que aconteceu com as recomendações que nós fizemos no final do relatório? Ninguém nunca se interessou sobre isso. Porque, na verdade, as recomendações ficaram ali no papel. Nada foi feito em relação ao que eu nós recomendamos. Então isso também daria uma reportagem interessante. A Comissão encerrou os trabalhos já tem mais de ano,

nenhum órgão de imprensa foi atrás de ver assim: “Tá, e daí? O que aconteceu com as recomendações que foram feitas?” A Prefeitura...

**Quais foram os frutos desse trabalho, não é?**

Os frutos desse trabalho. A Prefeitura, por exemplo, fez alguma coisa à partir disso que a gente sugeriu? Então eu acho que a imprensa atuou, na minha maneira de ver, de uma forma apenas reativa. Se ela era provocada, convidada pra um lançamento, convidada pra uma entrevista coletiva ou então a gente avisava que ia ter alguma coisa, ela aparecia. Mas ela não foi proativa, ela não correu atrás.

**Enquanto alguns jornais deram notícia sobre a CMV-JF, alguns outros de muita relevância não deram nenhuma, como o “Estado de S. Paulo” e “O Tempo”, por exemplo. Você tem alguma opinião acerca do motivo de isso ter acontecido?**

Eu, sinceramente, não sei qual a explicação pra isso. Eu acho que a “Tribuna de Minas”, que eu acho que é o nosso principal jornal, até que a gente tem uma série de reportagens. Eu lembro também que saiu uma reportagem n’O Globo. Eu tentei achar, não encontrei. Saiu uma reportagem n’O Globo, me parece. E saiu matéria também no MGTV, que eu lembro disso. Mais de uma vez, acho que saiu alguma coisa no MGTV. Eu não sei te dar uma explicação pra isso. Talvez uma explicação possível fossem assim: como a Comissão Nacional, ela é mais importante do que a nossa, tem um alcance nacional, grandes figuras faziam parte. Talvez eles tivessem também... Já que é pra publicar uma coisa sobre o assunto, vamos priorizar a Comissão Nacional, que é uma comissão de mais peso, digamos assim. Talvez seja isso. Por exemplo, um jornal de circulação nacional, talvez para eles fosse prioridade. Por exemplo, então fazer uma reportagem sobre a Comissão Nacional e não sobre a nossa. Eu não sei, talvez o fato de ser uma comissão municipal, eles achavam que isso era um assunto só pra imprensa local.

**Mesmo envolvendo personalidades como a Dilma, que tem alcance nacional, o Lacerda, que é [prefeito] de BH, o Pimentel [governador de MG], mesmo assim não interessou a esse meios?**

Sim, é. Eu acho que tem também uma questão que, assim, eu não posso afirmar que foi isso, aí é uma mera opinião. Porque a grande imprensa nossa, ela é muito enviesada. Ela não é uma imprensa realmente isenta. A gente tem cerca de cinco famílias aí que dominam a nossa

grande imprensa. Talvez não haja uma interferência aí de um fator mesmo político, ideológico. Talvez não fosse do interesse desses grandes órgãos de imprensa ficar, vamos dizer assim, focando nas denúncias ao regime militar, à ditadura militar, aos abusos, às violações de direitos humanos no período. Porque os nossos grandes jornais são todos muito reacionários, muito conservadores. Então talvez não fosse do interesse deles ficar revolvendo essa história. Porque, realmente, quando você denuncia os abusos cometidos, todas as violações dos direitos humanos naquele período, você está se posicionando. O jornal, né? Está se posicionando mais claramente contra o que houve no país naquele período. Talvez a explicação seja, pelo menos em parte, além das outras coisas que eu falei, talvez em parte seja isso. Eles não têm muito interesse em mexer nisso.

**Da parte da Comissão, há algo que você acredita que, não só os membros, mas toda a equipe que trabalhou junto, poderiam ter feito para que isso tivesse mais alcance?**

Eu acho que a equipe de comunicação trabalhou muito. E eu acho assim, por exemplo: os professores da comunicação que estavam envolvidos com o trabalho da Comissão, eles se empenharam ao máximo. Então eu tenho certeza que não houve negligência da equipe de comunicação. E aí se houve negligência, desinteresse ou interesse menor do que deveria, vamos colocar assim, eu acho que aí foi mais por parte mesmo dos jornais, dos órgãos de imprensa em geral, da TV... Nós fomos também entrevistados na TVE, teve a Rádio CBN. Houve uma cobertura, não passou batido, não passou em branco de jeito nenhum. E aqui em nível local eu até acho que houve uma certa cobertura. O que eu acho, do ponto de vista da imprensa local, aí vale pra local e pra grande imprensa, eu acho que faltou esse tipo de coisa que eu disse antes, que seria possível um trabalho de maior profundidade sobre a própria Comissão, a própria trajetória da Comissão. Por exemplo, a gente teve muita dificuldade, você sabe disso porque você trabalhou também na equipe de comunicação. A gente teve muita dificuldade, por exemplo, no começo, com a infraestrutura, condições mínimas de trabalho. Então uma pesquisa, uma reportagem que fosse mais a fundo no trabalho da Comissão poderia averiguar esse tipo de coisa. Será que a Prefeitura criou a Comissão mas não deu de fato o apoio necessário pra ela funcionar? Levantaria esse tipo de questão. Porque a gente teve muita dificuldade no começo. A nossa sorte... A gente teve muita sorte, você sabe disso. Foi a participação da OAB, que deu muita infraestrutura, a própria sala pra gente fazer reunião etc. E a UFJF. Porque a Prefeitura mesmo nos deixou na mão. Não se empenhou pro trabalho ir adiante. Então eu acho que esse trabalho em profundidade, se pesquisasse mais a fundo desde

a criação da Comissão, assim permitiria perceber se, por exemplo, o Poder Público, no caso, a Prefeitura, se criou apenas pra... Houve a proposta, que partiu da Câmara, e aí ficava feio pra Prefeitura não... Já que havia já Comissão Nacional, já havia muitas comissões aí pelo Brasil afora, ficava muito ruim pra Prefeitura, por exemplo, não acatar essa solicitação que vinha da Câmara. Então, de repente ela fez isso, mas sem querer se empenhar mesmo pra ver o trabalho sendo realizado e bem realizado. Então ela não deu o menor apoio material. Quando eu falo apoio material, são recursos em geral pra Comissão.

## ANEXOS

### ANEXO A - OS MAIORES JORNAIS IMPRESSOS DO BRASIL DE CIRCULAÇÃO PAGA EM 2015 (continua)

<b>RANK</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>UF</b>	<b>MÉDIA DE CIRCULAÇÃO IMPRESSO</b>	<b>VARIAÇÃO 2014-2015</b>
1	SUPER NOTÍCIA	MG	220.971	-22,22%
2	O GLOBO	RJ	183.404	-10,44%
3	FOLHA DE S. PAULO	SP	175.441	-17,22%
4	O ESTADO DE S. PAULO	SP	149.241	-8,62%
5	ZERO HORA	RS	144.191	-15,90%
6	DIÁRIO GAÚCHO	RS	140.148	-6,40%
7	DAQUI	GO	124.603	-20,24%
8	EXTRA	RJ	115.931	-24,27%
9	CORREIO DO POVO	RS	97.848	-11,29%
10	MEIA HORA	RJ	85.116	-16,56%
11	AGORA SÃO PAULO	SP	83.325	-6,70%
12	AQUI (CONSOLIDADO)	MG	56.988	-40,41%

13	O TEMPO	MG	56.572	-1,19%
14	EXPRESSO DA INFORMAÇÃO	RJ	47.368	-6,49%
15	ESTADO DE MINAS	MG	42.756	-23,30%
16	VALOR ECONÔMICO	SP	40.020	-7,31%
17	LANCE!	RJ	37.878	-35,51%
18	JORNAL NH	RS	36.625	-12,43%
19	DIÁRIO DE S.PAULO	SP	36.165	-2,06%
20	A TRIBUNA	ES	36.134	-19,84%
21	CORREIO BRAZILIENSE	DF	35.664	-12,76%
22	GAZETA DO POVO	PR	34.519	-16,49%
23	JORNAL DO COMMERCIO	PE	32.219	-8,96%
24	CORREIO	BA	32.057	-17,52%
25	O DIA	RJ	31.674	-13,84%

Fonte: Associação Nacional de Jornais (ANJ)

ANEXO B - OS MAIORES JORNAIS DIGITAIS DO BRASIL DE CIRCULAÇÃO PAGA EM 2015 (continua)

<b>RANK</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>UF</b>	<b>MÉDIA DE CIRCULAÇÃO DIGITAL</b>	<b>VARIAÇÃO 2014-2015</b>
1	FOLHA DE S.PAULO	SP	134.895	-15,22%
2	O GLOBO	RJ	120.649	-18,74%
3	ESTADO DE S.PAULO	SP	71.146	-4,00%
4	SUPER NOTÍCIA	MG	51.329	31,22%
5	O TEMPO	MG	47.463	37,31%
6	ZERO HORA	RS	45.959	35,23%
7	ESTADO DE MINAS	MG	42.704	-19,38%
8	EXTRA	RJ	24.038	-7,96%
9	VALOR ECONÔMICO	SP	22.410	41,88%
10	CORREIO BRAZILIENSE	DF	18.517	88,16%
11	CORREIO	BA	16.552	-18,38%
12	A TARDE	BA	13.535	39,82%
13	DIÁRIO CATARINENSE	SC	10.816	0,00%
14	JORNAL DO	PE	9.814	132,35%

	COMMERCIO			
15	GAZETA DO POVO	PR	6.895	0,00%
16	HOJE EM DIA	MG	6.243	451,02%
17	PIONEIRO	RS	5.504	0,00%
18	DIÁRIO DE SANTA MARIA	RS	3.083	0,00%
19	A NOTÍCIA	SC	2.636	0,00%
20	JORNAL DE SANTA CATARINA	SC	2.016	0,00%
21	A GAZETA	ES	1.996	-21,06%
22	CORREIO DO POVO	RS	1.824	0,00%
23	JORNAL NH	RS	1.690	79,75%
24	A TRIBUNA	ES	1.163	-0,49%
25	LANCE!	RJ	1.121	2,35%

Fonte: Associação Nacional de Jornais (ANJ)



## ANEXO C – MATÉRIAS NO SITE DO JORNAL “O GLOBO”

Justiça Militar de Juiz de Fora devolve documentos de Dilma retidos na ditadura  
17/11/2014

O GLOBO MENU BRASIL COMENTAR COMPARTILHAR BUSCAR CLIQUE E ASSINE

## Justiça Militar de Juiz de Fora devolve documentos de Dilma retidos na ditadura

Fotos e histórico escolar da presidente podem ser entregues nesta segunda em evento com a Comissão da Verdade da cidade

POR EVANDRO ÉBOLI

17/11/2014 12:09 / atualizado 17/11/2014 21:29

f t g+ in

Dilma durante interrogatório em 1970 - Adir Meira / Agência O Globo

BRASÍLIA - A Justiça Militar de Juiz de Fora (MG) localizou documentos pessoais e fotografias da presidente Dilma Rousseff retidos pela ditadura militar. Dima foi interrogada em Juiz de Fora e chegou a ficar presa na penitenciária de Linhares, no início dos anos 70. O material foi entregue nesta segunda em solenidade conjunta com a Comissão Municipal da Verdade da cidade. Foram localizados negativos com dez fotos de álbum de família da presidente e também seu boletim e histórico escolar do período que estudou em Belo Horizonte (MG).

Esse material, porém, não estava com Dilma, mas em poder de seu então companheiro, Cláudio Galeno Magalhães Linhares, também preso na cidade. Todos esses documentos não fazem parte de inquérito e foram retidos no momento da prisão. Em seis fotos, Dilma aparece passeando numa cidade histórica mineira, provavelmente em Ouro Preto. Nas outras há imagens de Galeno e de paisagens. Há também uma foto em 3 x 4 da presidente. Por se tratar de documentos pessoais as fotos não foram divulgadas.

Ao todo, a Justiça Militar localizou documentos de 32 ex-presos e perseguidos políticos. Os documentos foram localizados dentro de envelopes numa pasta.

Além de Dilma e Galeno, há também documentos do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda (PSB). Foi localizada uma agenda de Lacerda. Os documentos foram entregues na solenidade aos próprios perseguidos e a familiares.

No caso de Dilma, o material só será devolvido se aparecer algum representante dela. O Palácio do Planalto está ciente do achado e foi comunicado da cerimônia. A ministra da

PUBLICIDADE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO.

APRESENTAÇÃO REALIZAÇÃO

DIGITAL

Secretaria dos Direitos Humanos, Ideli Salvatti, foi convidada, mas não compareceu.

A juíza disse ao GLOBO que não se tratam de documentos oficiais e não deveriam jamais ter ficado em poder do Estado.

— São documentos que fazem parte da história pessoal de cada uma dessas pessoas. Já deveria ter sido devolvido a elas. Há um atraso de mais de 40 anos nesse processo.

Decidimos fazer essa devolução numa solenidade simbólica de reparação da memória — disse Maria do Socorro.

Os documentos foram encontrados após pedido da Comissão da Verdade de Juiz de Fora, com base na Lei de Acesso à Informação.

A professora Helena da Motta Salles, integrante da Comissão da Verdade, afirmou que a devolução desses documentos tem uma relevância histórica.

— A restituição desses documentos a seus verdadeiros donos tem um valor inestimável — disse Helena Salles.

Freitas Picardi, Geraldo Clemente Soares, Jorge Raimundo Nahas, José Adão Pinto, José Natalino Magalhães, Joviano Linhares, Júlio Antônio Bittencourt Almeida, Leila Dias de Araújo, Márcio Araújo Lacerda, Marco Antônio Victoria Barros, Maria Imaculada Diniz, Maria José Carvalho, Mário Galhardo Zanconato, Maurício Vieira de Paiva, Nelson José de Almeida, Pedro Paulo Bretas, Roubertário Diniz Valério, Sérgio Bittencourt Siqueira e Sonia Teresinha Reis.

## Comissão detalha primeira prisão da ditadura

26/07/2015

O GLOBO

MENU

BRASIL

COMENTAR

COMPARTILHAR

BUSCAR

CLIQUE E ASSINE

# Comissão detalha primeira prisão da ditadura

História de sindicalista preso na manhã de 30 de março de 64 é revelada pelos pesquisadores de Juiz de Fora

POR MARCELO REMÍGIO

26/07/2015 7:59 / atualizado 26/07/2015 20:00



José Villani, ex-presos político de Juiz de Fora - Agência O Globo / Gustavo Stephan

JUIZ DE FORA (MG) - Na manhã de 30 de março de 1964, o presidente do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora (MG), José Villani Côrtes, hoje com 86 anos, cumpria sua rotina de chegar às 7h30m à sede da Cooperativa de Consumo da categoria quando foi interpelado por militares e policiais, que o levaram à delegacia da cidade mineira. Ao chegar no local, Villani foi fichado e deixado na carceragem, tornando-se o primeiro preso político do golpe de 64, um dia antes de o movimento militar que levou o país a uma ditadura de 21 anos ser deflagrado.

Villani é um dos 151 militantes políticos de Juiz de Fora que passaram por algum tipo de tortura ou violação de direitos humanos durante a ditadura e que tiveram suas histórias resgatadas pela Comissão Municipal da Verdade do município (CMV-JF). A comissão analisou documentos da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, que julgava presos políticos de Minas Gerais, Rio, Goiás e da antiga Guanabara.

Constam no relatório do grupo, disponibilizado na internet, informações de mineiros de outras regiões que lutaram contra o regime, como a presidente Dilma Rousseff e o governador de Minas, Fernando Pimentel. Além de identificar que as prisões de militantes começaram bem antes do golpe, a comissão derrubou a versão de que foram raros os casos de tortura em unidades da cidade, se comparados com o total de relatos registrado no Rio, em São Paulo e em Belo Horizonte.

### Veja também



Digitalizada, ata com sentença de Dilma poderá ser acessada em site

Documentos históricos enfrentam falta de conservação

- A revolução não foi no dia 31 (de março de 1964), a revolução começou antes, no dia 30, quando fui preso e levado para a delegacia que ficava na Rua Alberto de Oliveira e hoje nem existe mais. Fui o primeiro a estrear a cadeia da ditadura - conta Villani, que permanece à frente da Associação dos Funcionários Aposentados do Banco do Brasil (AFABB). - Fiquei preso 11 meses após o golpe. Passei por várias unidades militares em Juiz de Fora e Belo Horizonte. Ao longo da ditadura, fui preso outras vezes - lembra o sindicalista, que relatou à comissão torturas físicas e psicológicas pela qual passou.

PUBLICIDADE

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO.

APRESENTAÇÃO: SENAC

REALIZAÇÃO: O GLOBO

A prisão de Villani, segundo pesquisadores da CMV-JF, foi estratégica. Para os militares, o bancário oferecia perigo ao ocupar a posição de líder sindical influente na Zona da Mata mineira. Era ele quem mobilizava trabalhadores para comícios em apoio ao governo do então presidente João Goulart, deposto pelo golpe, liderava greves e defendia ideais socialistas. Ao levarem Villani à carceragem, os militares iniciaram uma operação para sufocar focos de resistência. Enquanto o sindicalista era preso, tropas contrárias ao governo se preparavam para ocupar postos de gasolina - que passariam a abastecer apenas carros militares -, veículos de comunicação e agências dos Correios, e evitar tentativas de mobilização de grupos de esquerda.

- Na época não entendi muito bem a minha prisão. Não sabia que oferecia tanto risco à direita. A gente sabia que ia acontecer algo, só não sabia quem iria agir primeiro, a direita integralista ou a esquerda. O clima na cidade era ruim, de desconfiança - conta Villani, que prefere não falar muito do passado: - Depois de três AVCs (acidente vascular cerebral), a gente deixa de lembrar muita coisa. Mas o relatório da comissão me fez voltar ao passado. Me fez muito mal esse trabalho. Está muito bem feito, mas essas memórias nem sempre me fazem bem.

Do período em que esteve preso, Villani pontua torturas sofridas em unidades militares de Belo Horizonte. Na capital mineira, lembra o sindicalista, as agressões - chamadas por ele de bordoadas - eram físicas. Já em Juiz de Fora, o pior era o medo imposto pelos torturadores:

- Não sabíamos o que iria acontecer. Escutávamos tiros e gritos, não sabíamos se eram militares encenando ou se alguém estava realmente sendo morto. Ficávamos sem dormir, não deixavam. Toda hora aparecia alguém que ficava olhando para gente sem falar nada. Teve vezes de ficarmos vários dias com luz em nossos olhos para perdermos a noção do tempo - lembra ele, que permaneceu um mês sem banho: - Tortura não é só pancada. Cheguei a ficar um mês sem banho. E só pude tomar banho e fazer a barba depois porque receberia a visita de minha mãe. Fui "orientado" a dizer que estava tudo bem. De barba feita e banho tomado até parecia que estávamos sendo bem tratados - risos.

Em meio às torturas psicológicas, o sindicalista era obrigado a ficar em cela molhada permanentemente, sem poder deitar no chão para dormir. Segundo Villani, as ameaças eram constantes. Durante governos militares, no período que esteve em liberdade, o bancário e sua família foram intimidados. Villani foi transferido de agências do Banco do Brasil por várias vezes, para que não pudesse formar grupos de mobilização de esquerda. Passou por cidades de Minas, Rio, Goiás e Ceará.

#### CONSTRANGIMENTO E TORTURAS

A história de José Villani Côrtes faz parte do relatório Memórias da Repressão, lançado em e-book ([http://pjf.mg.gov.br/comissaod.../documentos/ebook\\_cmv2015.pdf](http://pjf.mg.gov.br/comissaod.../documentos/ebook_cmv2015.pdf)) pela CMV-JF e disponibilizado gratuitamente. Por meio de pesquisa documental e relatos de ex-presos políticos — foram 37 depoimentos, além de uma coletânea de audiências de outras comissões —, pesquisadores identificaram casos de treinamentos de militares para tortura. Eles atuavam em Minas e eram levados ao Rio para aprenderem as técnicas. Em um dos cursos, uma militante chegou a servir de cobaia para tortura em frente ao filho menor.

Os relatos confirmaram sessões de espancamentos em unidades militares da cidade mineira, quase sempre feitos por agentes da repressão que atuavam em Belo Horizonte. Ao trazerem presos políticos para deporem na Justiça Militar de JF, eles colocavam em prática a tortura. Há registros de constrangimentos, como presos mantidos sem roupa. A Penitenciária de Linhares, transformada em presídio para presos políticos, chegou a proibir o uso da palavra companheiro nas conversas, sob alegação de ser um vocabulário que identificava "subversivos".

PUBLICIDADE

Perfume Polo Black Ralph Lauren Eau ... R\$ 369,90 BUSCAR

Smartphone Asus ZenFone 2 ZE551ML 3... R\$ 1.259,99 BUSCAR

Perfume 1 Million Paco Rabanne Ea... R\$ 259 BUSCAR

## Documentos históricos enfrentam falta de conservação

26/07/2015

# Documentos históricos enfrentam falta de conservação

Comissão sugere a criação de um memorial, que reuniria o acervo

POR MARCELO REMÍGIO

26/07/2016 8:00 | atualizado 26/07/2016 8:07



JUIZ DE FORA (MG) - Presidente da Comissão da Verdade de Juiz de Fora, a professora da UFJF Helena da Motta Salles faz um alerta sobre a conservação dos documentos do período da ditadura encontrados pelos pesquisadores. Segundo Helena, o relatório da comissão aponta como um dos acervos que enfrenta a falta de infraestrutura e conservação - que vão de local inadequado à carência de pessoal -, o Arquivo Histórico. De responsabilidade da prefeitura, o órgão promoveu a digitalização dos livros disponibilizados pela Auditoria Militar. Hoje, o material permanece guardado em uma das salas do Arquivo.

PUBLICIDADE



### Veja também



Digitalizada, ata com sentença de Dilma poderá ser acessada em site



Comissão detalha primeira prisão da ditadura

- Mesmo sem condições adequadas, o Arquivo Histórico conseguiu digitalizar todos os livros. É preciso rever a conservação e as condições do prédio - sugere.

Também consta no relatório da comissão o acervo da Polícia Federal no município. O material está guardado em sala imprópria, e os arquivos não são organizados. Pesquisadores da CMV-JF temem que os documentos se percam com o tempo. A comissão sugere ainda a criação de um memorial da ditadura. Entre os prédios que poderiam abrigar o acervo está a antiga sede da Auditoria Militar, no Centro.



## Digitalizada, ata com sentença de Dilma poderá ser acessada em site 26/07/2015 – Brasil

# Digitalizada, ata com sentença de Dilma poderá ser acessada em site

Arquivo Histórico de Juiz de Fora digitaliza 250 livros da Justiça Militar

POR MARCELO REMÍGIO

26/07/2016 8:02 / atualizado 26/07/2016 8:07



Depoimento da presidente Dilma na Auditoria Militar de Juiz de Fora durante a ditadura - Divulgação / Comissão Municipal / Divulgação/Comissão Municipal da Verdade-JF

**JUIZ DE FORA (MG)** - Ao longo de um ano, a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora analisou documentos disponibilizados pela Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar. Entre o material disponibilizado pelo Tribunal Militar, estão 250 volumes de atas com registros de todos os julgamentos militares promovidos no município mineiro ao longo da ditadura. No livro de 1972, há a condenação da presidente Dilma Rousseff, por crimes contra a segurança nacional, e a absolvição do governador de Minas, Fernando Pimentel, sob a alegação de menoridade no período relatado no processo.

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

### Veja também



Comissão detalha primeira prisão da ditadura

Documentos históricos enfrentam falta de conservação

"O Conselho, após longo estudo e integral consulta nos autos, decidiu: (...)

Condenar, como incurso no artigo 36 do Decreto Lei citado (que diz respeito aos crimes contra a segurança nacional), por maioria de 3x2 votos: ( ) Dilma Vana Rousseff I inhares à pena de 1 ano de detenção" diz a ata de 19 de abril de 1972. Dilma foi condenada por sua atuação no Comando de Libertação Nacional (Colina). Ela era apontada pelos militares como integrante do núcleo intelectual do grupo.

Dilma esteve presa no QG do Exército em Juiz de Fora no início dos anos 1970. Até ser condenada, chegou a prestar depoimento na Auditoria. No mesmo processo em que Dilma e Pimentel são réus, também estão o ex-marido da presidente Cláudio Galeno de Magalhães Linhares e outros 25 militantes políticos. Onze deixaram de ser julgados por, segundo a ata, terem "sido banidos do Brasil". Dez foram julgados à revelia. Parte dos companheiros de Dilma foram condenados por assaltos a três bancos, que financiaram ações do grupo, e atentado.

Os 250 livros, aos quais o GLOBO teve acesso, foram digitalizados pelo Arquivo Histórico de Juiz de Fora e estarão disponíveis, até o fim deste ano, para pesquisas no site da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Os volumes, de acordo com a pesquisadora do arquivo Elione Silva Guimarães, permaneceram guardados pela Auditoria desde o fim da ditadura, e o conteúdo mantém-se inédito.

ANEXO D – MATÉRIAS NO *SITE* DO JORNAL “ESTADO DE MINAS”

Documentos de torturados na ditadura são devolvidos aos donos  
18/11/2014

## Documentos de torturados na ditadura são devolvidos aos donos

Justiça Militar de Juiz de Fora devolve a 32 ex-militantes documentos retidos na época do regime militar. Entre os papéis, estão pertences da presidente Dilma e do prefeito de BH



postado em 18/11/2014 06:00 / atualizado em 18/11/2014 07:54

[Daniel Camargos - Enviado Especial /](#)



Documentos foram devolvidos em solenidade em conjunto com a Comissão da Verdade na sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar

Ex-presos políticos e familiares das vítimas da ditadura (1964-1985) receberam na noite de ontem da Justiça Militar documentos da época em que eles estiveram presos na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, na Zona da Mata. O tom dos discursos foi de repúdio às manifestações pedindo a volta do regime militar. “Lembro-me dos companheiros que tombaram e relaciono com o momento que vivemos hoje. É importante dizer aos mais jovens: ‘Ditadura nunca mais’”, afirmou Conceição Imaculada de Oliveira.

Ela é uma das 32 pessoas que tiveram os documentos devolvidos pelos militares, em uma ação articulada pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF). Entre os papéis da ex-militante do grupo de esquerda Corrente estava uma carteira de trabalho. Antes de pedir a aposentadoria, em 2003, ela tentou recuperar o documento, mas teve o pedido negado pelos militares.

A professora Helena da Mota Salles, presidente CMV, fez um pronunciamento duro criticando aqueles que pedem a volta dos militares ao poder. Ela destacou que o país mudou nos últimos anos e que “exige um revigorado espírito de militância, pois ainda ecoam vozes do passado que se apegam a um discurso obscurantista”. De acordo com a professora, a luta política deve prosseguir contra o que ela considera “maniqueísmo tosco da Guerra Fria”.

Entre os documentos pessoais localizados pela Justiça Militar há também fotografias e até passaportes de 32 ex-presos políticos, incluindo a presidente Dilma Rousseff e o prefeito de Belo Horizonte Marcio Lacerda. Ambos não compareceram à cerimônia nem enviaram representante para buscá-los. A CMV vai articular uma melhor forma de entregar os documentos aos dois.

A cerimônia foi realizada nas dependências da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM), mesma instituição onde foi feita uma conhecida fotografia da presidente Dilma, durante um julgamento em que a então militante, de 22 anos, era ré e apareceu altiva, enquanto os militares escondiam o rosto. À época o prédio da CJM ficava em outro local. Parte do material de Dilma foi apreendido com documentos do então companheiro da presidente, Cláudio Galeno, que também ficou preso em Linhares. São negativos de fotos, um boletim e até um histórico escolar.

A juíza auditora militar, Maria do Socorro Leal, responsável pela entrega dos documentos que estavam acautelados pelos militares, destacou que a entrega do material é uma tentativa de “encerrar eventuais pendências que ainda possam existir”.

Henrique Roberto Sobrinho, um dos oito a receber os documentos pessoalmente ontem, fez um discurso em nome dos militantes. Sobrinho disse que considera o ato um dever do Estado e avaliou que a situação era inusitada, pois ocorreu no mesmo local em que muitos de seus companheiros foram “espezinhados, julgados e condenados”. Ao final de seu discurso, ele pediu que os ex-militantes gritassem “presente”, como os detentos faziam quando um colega tombava nos anos de chumbo e tinha o nome gritado.

A Comissão da Verdade de Juiz de Fora encerra os trabalhos em março do ano que vem e, além da pesquisa documental, colheu os depoimentos de vítimas das ditadura de Juiz de Fora. Já a Comissão Nacional da Verdade será encerrada no dia 16 de dezembro e entregará o relatório final para a presidente Dilma no dia 10.

### **Lembranças de chumbo**

*Foram encontrados documentos dos seguintes ex-militantes políticos*

Afonso Celso Lana  
 Ana Lúcia Batista  
 Ângelo Pezzuti  
 Antônio Carlos Bicalho Lana  
 Antônio Magalhães  
 Antônio Zacarias  
 Arnaldo Forte Drumond  
 Braz Teixeira da Cruz  
 Cláudio Galeno Linhares  
 Conceição Imaculada de Oliveira  
 Dilma Rousseff  
 Erwin Rezende Duarte  
 Fernando de Freitas Picardi  
 Geraldo Clemente Soares  
 Henrique Roberti Sobrinho  
 Jorge Raimundo Nahas  
 José Adão Pinto  
 José Natalino Magalhães  
 Joviano Linhares  
 Júlio Antônio Bittencourt Almeida  
 Leila Dias de Araújo  
 Marcio Araújo Lacerda  
 Marco Antônio Victoria Barros  
 Maria Imaculada Diniz  
 Maria José Carvalho  
 Mário Galhardo Zanconato  
 Maurício Vieira de Paiva  
 Nelson José de Almeida  
 Pedro Paulo Bretas  
 Roubertário Diniz Valério  
 Sérgio Bittencourt Siqueira  
 Sonia Teresinha Reis



Livro faz alerta para conservação dos documentos sobre a ditadura  
28/06/2016

História preservada

## Livro faz alerta para conservação dos documentos sobre a ditadura

Relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora faz alerta para conservação dos documentos

T+

T-



compartilhar:



Facebook



Google+



Twitter



postado em 28/06/2015 06:00 / atualizado em 28/06/2015 08:19



Daniel Camargos /

O relatório final da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) será lançado na quarta-feira. O texto, em formato de livro, com 272 páginas, esmiuça os acontecimentos da cidade, que foi preponderante durante a ditadura militar (1964-1985), pois lá o golpe teve início em 1964. Também em JF, no presídio de Linhares, ficaram encarcerados a presidente Dilma Rousseff, o governador Fernando Pimentel e o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, por lutarem pela democracia.

O livro Memórias da repressão deixa um alerta para que a memória seja preservada com mais cuidado. "A experiência de consulta aos arquivos nos colocou diante de algo que desafia a sociedade brasileira em geral e também Juiz de Fora: a necessidade de preservação da memória e da história da sociedade, por meio da conservação dos documentos que a encarnam e resumem. A falta de uma metodologia de organização dos arquivos que facilite a consulta, o estado de abandono da documentação e a precariedade das instalações onde se encontram são características que evocam, embora a contragosto, a ideia de negligência", publica o relatório.

Um dos casos mais graves foi o encontrado na Penitenciária José Edson Cavaliere, conhecida como Penitenciária de Linhares. A Comissão teve acesso, inicialmente, a uma pequena sala com documentos dispostos em ordem alfabética e depois a um depósito, chamado de “lava-jato”, com pastas de documentos empoeiradas. “As poucas fichas de presos políticos identificadas pela CMV-JF foram localizadas em um fichário que continha o termo ‘foragidos’, o que não corresponde ao histórico dos presos em questão”, destaca o relatório. “Um número expressivo de pastas foi colocado sobre os arquivos de aço sem nenhuma organização. Os armários são de difícil manuseio, enferrujados, empoeirados. É impossível uma pesquisa no local, a menos que o pesquisador se disponha a, primeiramente, organizar todo o material. Não foi possível encontrar um só prontuário de preso político da ditadura.”

A CMV-JF recomenda, no relatório, a digitalização e organização do acervo e a destinação dos documentos referentes às prisões políticas da ditadura militar ao Arquivo Histórico de Juiz de Fora ou ao Arquivo Público Mineiro. Outra sugestão é criar um memorial destinado à preservação da história do período, seguindo o exemplo do que já foi realizado em São Paulo; Berlim, na Alemanha; Auschwitz, na Polônia; Santiago, no Chile; e Buenos Aires, na Argentina.

O relatório traz um detalhamento completo das vítimas da ditadura que passaram por Juiz de Fora ou que nasceram na cidade, totalizando 151 pessoas. Em 63 casos há algum relato de tortura, sendo que em 20 são menções vagas e, em 43, há relatos mais detalhados e bem documentados. Um dos relatos citados é da presidente Dilma Rousseff, baseado nos depoimentos da presidente à Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (Ceivt) do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos de Minas Gerais (Conedh-MG), conforme o Estado de Minas revelou em uma série de reportagens publicada em 2002. Em novembro do ano passado, a comissão entregou para ex-presos políticos e familiares das vítimas da ditadura os documentos da época em que estiveram presos na Penitenciária de Linhares, incluindo os da atual presidente.

**REVISÃO** O relatório da CMV-JF também sugere mudar o nome de logradouros e prédios públicos, que homenageiam os militares que tomaram o poder a força: Avenida Presidente Costa e Silva, no Bairro São Pedro; Escola Estadual Presidente Costa e Silva, no Bairro Benfica e uma estação de tratamento de águas da Cesama “Castello Branco”. “A ideia é buscar uma reparação simbólica, que sirva de marco para as atuais e futuras gerações”, pontua o relatório. Outra proposta é incluir o conteúdo histórico, com os fatos ocorridos em JF, nos currículos escolares da cidade.

Tags: ditadura juiz de fora comissão da verdade

## ANEXO E – MATÉRIAS NO SITE DO “TRIBUNA DE MINAS”

Ex-militantes receberão documentos da época da ditadura - 16/11/2014

**Política**

16 de novembro de 2014 - 07:00

**Ex-militantes receberão documentos da época da ditadura**

Entre os papéis encontrados, estão pertences da presidente Dilma Rousseff e do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda

POR RENATO SALLES

 Tweetar 4

 Compartilhar 223

Pequenas memórias de presos políticos que passaram por unidades militares e penitenciárias de Juiz de Fora durante a ditadura militar serão restituídos a seus donos décadas após terem sido apreendidas pelos mecanismos de repressão instalados no Brasil no final da década de 1960. Entre documentos, estão pertences de 32 nomes que combateram o regime autoritário. Entre eles, itens pessoais da presidente Dilma Rousseff e do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda. Os papéis começarão a ser devolvidos por iniciativa da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, primeira instância da Justiça Militar da União em Minas Gerais, em parceria com a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF), em solenidade agendada para amanhã, às 19h, no plenário da Auditoria, no Bairro Mariano Procópio.



A Tribuna teve acesso aos pertences de dois ex-militantes, que, previamente, autorizaram a divulgação do material: Afonso Celso Lana Leite e Marco Antônio Victoria Barros. "São documentos que remontam nossa resistência contra a ditadura militar e a história da repressão no país, além da questão pessoal. É muito bom ter o direito de reaver essas coisas que fazem parte de um momento de nossas vidas. No meu caso, há um comprovante da faculdade que frequentava na época. Quando retornei ao país (depois de exilado), nunca consegui provar que havia estudado veterinária na UFMG por dois anos", afirma Afonso, que também terá acesso a itens como registro civil, boletins escolares e título eleitoral.

Para Marco Antônio, a possibilidade de revisitar o passado é motivo de orgulho. "Tinha 20 anos quando fui preso. Sacrifiquei minha juventude em prol de um Brasil melhor na luta contra o regime militar, que rasgou a Constituição e acabou com a democracia no país. Não sei o que vou encontrar, mas, certamente, trará uma emoção diferente. Tenho pouca



coisa que rememora aquela época. Talvez, uma ou outra carta trocada com uma namorada”, explica. Entre seu pertences, esta a anotação de um endereço na Rua Jangadeiros, no Rio de Janeiro. Questionado sobre o pedaço de papel, o ex-militante afirma que não devia haver ligações com a militância política. “Acho que era o endereço de uma namorada.”

### **Trajetória**

Os dois ex-militantes estiveram presos em Juiz de Fora em períodos semelhantes. Apesar de militarem em organização distintas – Afonso integrou o Comando de Libertação Nacional (Colina), mesmo grupo de resistência do qual a presidente Dilma fez parte, e Marco Antônio manteve ligações com um grupo ligado à Ação Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella – os dois foram detidos em Belo Horizonte, após a repressão estourar uma série de organizações políticas em 1969.

Após a prisão, eles enfrentaram violações dos direitos humanos e torturas em unidades militares de outras cidades, antes de serem transferidos para Juiz de Fora. Entretanto, Marco Antônio revela que, apesar de não ter passado por padecimentos físicos nas unidades juiz-foranas, existiam outros tipos de pressão. “Havia um terror psicológico. Tiravam os nossos livros e nos deixavam nus, por exemplo. Acabou que isso proporcionou uma convivência mais coletiva, com compartilhamento de alimentos, leituras conjuntas e discussões politizadas.”

O mesmo destino que atou as duas histórias durante a prisão em Juiz de Fora, os distanciou pouco tempo depois. No início de 1971, Afonso acabou libertado na negociação pelo resgate do embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado em ação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que resultou na soltura e embarque de 70 presos políticos para um exílio no Chile. Pouco mais de dois anos depois, com o golpe orquestrado pelo general chileno Augusto Pinochet, o brasileiro partiu para um segundo exílio na Alemanha e só retornou ao Brasil em 1981.

Por outro lado, Marco Antônio seguiu em Juiz de Fora até sair em liberdade condicional em 1973, após quatro anos e oito meses em regime fechado. “Depois disso, tinha que comparecer regularmente em unidades policiais ou militares. De dois em dois meses, precisava me apresentar ao auditor em Juiz de Fora. Inclusive, em uma dessas incursões, fui para a cidade junto com Márcio Lacerda (prefeito de Belo Horizonte) e Fernando Pimentel (governador eleito de Minas Gerais) que estavam na mesma situação”, lembra.

### **‘É preciso que tenhamos cuidado’**

Os dois ex-militantes defendem os trabalhos realizados pelas comissões da verdade país afora como fundamentais para reviver a história recente do país e evitar que o Brasil retorne a vivenciar outro período autoritário. “Tive quatro companheiros assassinados. Foi um período traumatizante, que jogou o país em um abismo e que possui consequências até os dias de hoje, com situações como a impunidade e várias outras distorções do sistema político. Recentemente, vivemos um exemplo de democracia em uma eleição muito acirrada, onde os dois grupos que disputaram o voto do eleitor conseguiram passar suas mensagens. Isto é algo fundamental”, avalia Marco Antônio.

No mesmo sentido, Afonso revela o receio gerado pelo surgimento de manifestações conservadoras e antidemocráticas, como o grupo que, no início do mês, foi às ruas de grandes cidades do país clamar por uma nova intervenção militar. “A gente se transforma e amadurece. Todavia, os ideais democráticos e socialistas permanecem. Hoje em dia, vejo uma situação que lembra a vivida em 1964. Não acredito que vá ocorrer algo semelhante, entretanto, há uma radicalização de alguns setores da sociedade. É preciso que tenhamos cuidado, pois grande parte dos que defendem tal pensamento não viveu os momentos difíceis enfrentados por nós, durante o governo militar.”

### **Dilma**

Sobre a convivência com Dilma, que também passou por prisões em Juiz de Fora, Afonso lembra que, mesmo integrando a mesma organização, não conviveu com ela quando

---

esteve preso em Juiz de Fora. “Éramos da Colina. Entretanto, acabei me engajando com a luta armada e, por isso, não tinha muito contato com vários integrantes do grupo.”

Os arquivos contendo pertences pessoais da presidente não foram disponibilizados para a reportagem, já que, após contato de integrantes da Comissão da Verdade de Juiz de Fora com o Palácio do Planalto, não houve uma autorização expressa para a divulgação dos documentos, assim como ocorreu com os demais que integram a lista daqueles que terão itens restituídos pela Auditoria Militar. Todos os nomes constantes da relação, incluindo Dilma e Lacerda, foram contatados para retirarem seus pertences. No caso daqueles que já faleceram, a devolução deve ser feita a familiares.

## Cumprir a lei após 40 anos

Vice-presidente da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) e representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no grupo, a advogada Cristina Guerra afirma que a restituição dos pertences apreendidos dos presos políticos reforça o atual processo democrático vivenciado no país. “Por meio da juíza (juíza-auditora Maria do Socorro Leal), que é uma pessoa muito democrática, celebramos esse convênio de colaboração. Assim, foi encontrada uma sacola com todos estes documentos, que estavam separados por nomes. Essa devolução deveria ter ocorrido ao final dos processos. Porém, muitos deles não tiveram acesso, seja por terem saído do país, por desinformação sobre a localização dos papéis, por terem morrido ou por receio. Como representante da OAB, acho fantástico poder cumprir a lei após 40 anos.”

Cristina reforçou que todos os nomes constantes da relação foram contatados pela comissão que pretende entregar em mãos a documentação encontrada. “Até mesmo para aqueles que não poderão estar presentes na solenidade de segunda-feira.” Os integrantes da Comissão revelaram ainda ter recebido uma ligação do deputado federal Nilmário Miranda, que buscava por acervos pessoais perdidos durante o período militar. “Ele disse que possui poucas lembranças do período entre seus 20 e 29 anos”, lembra a advogada. Entretanto, entre os documentos encontrados na Auditoria, não havia itens apreendidos do parlamentar.

### **Respeito ao cidadão**

Presidente da Comissão, a professora Helena da Motta Salles reforça o simbolismo do ato. “Ninguém ficou sem documento todos esses anos. Não se trata disso. Entretanto, em respeito aos cidadãos que tiveram seus direitos violados, trata-se de um gesto de respeito, que demonstra a mudança pela qual passa o país. A atitude da juíza serve como um exemplo para outras instituições.”

Iniciados em abril, os trabalhos da comissão já colheram dezenas de depoimentos de juiz-foranos que tiveram seus direitos humanos violados durante o regime autoritário, além de outras pessoas com passagens pela cidade. “Por incrível que pareça, ainda tem muita gente que não sabe que isso ocorreu no âmbito local. É importante que esta história venha à luz por depoimentos e pelo trabalho de arquivo que vem sendo realizado”, reforça Helena.

Resgate da história de ex-militantes - 18/11/2016

## Política

18 de novembro de 2014 - 07:00

# Resgate da história de ex-militantes

POR TRIBUNA

Tweetar 0

Compartilhar 265

Sete dos 32 ex-militantes que tiveram documentos pessoais apreendidos durante o período da ditadura militar, enquanto permaneceram presos na Penitenciária de Linhares, tiveram seus pertences entregues ontem,



Familiares em cerimônia na Câmara

durante a solenidade realizada na sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM). O evento foi promovido pela entidade, em parceria com a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF).

Foram entregues os documentos a Conceição Imaculada de Oliveira, Henrique Roberti Sobrinho e Marco Antônio Victória de Barros. Maria José Nahas recebeu os próprios documentos e do esposo Jorge Nahas. Os documentos de Angelo Pezzuti da Silva (já falecido) foram entregues à sua tia, Angela Sobrinho, que também recebeu a documentação de Afonso Celso Lana Leite, amigo de Angelo.

A presidente da CMV-JF, Helena da Motta Salles, destacou que a entrega dos documentos simbolizou parte dos objetivos propostos pelo trabalho da comissão, que é revelar os detalhes deste período da História. "A cada depoimento ouvido, precisamos segurar a emoção. A conquista pela democracia fez o país mudar e, sem militância, não se conquista nada. As gerações futuras precisam lembrar de como foi o Brasil durante a ditadura".

A juíza auditora militar, Maria do Socorro Leal, anunciou que todo o acervo da Justiça Militar de Juiz de Fora será digitalizado para sua preservação. "Este ato de restituição marca o resgate da história pessoal de cada um dos presentes, história esta que muitos preferem esquecer. Porém, a vida é feita de lembranças, sejam elas boas ou ruins, que as torna verdade."

A Auditoria Jurídica e a CMV pretendem enviar, pelos Correios, os demais materiais encontrados às pessoas e aos familiares. Entre os documentos retidos, constam materiais da Presidente Dilma Rousseff, e do prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda.



Gilney: Linhares foi palco de abusos - 29/01/2015

29 de janeiro de 2015 - 07:00

## Gilney: Linhares foi palco de abusos

POR RENATO SALLES

 Tweetar

0

 Compartilhar

15

### > MEMÓRIAS DE JF

"A cidade me traz à memória a convivência com dezenas de presos políticos e das pessoas que nos eram solidárias. Aqui fui condenado, mas também experimentei a grandeza humana. Aprendi muito nesse período. Parece contraditório, mas criei uma relação afetiva com Juiz de Fora, apesar de ter vivenciado situações de segregação e discriminação e de ter passado muito tempo na solitária e enfrentado torturas psicológicas. Havia coisas singulares. Ouvir o apito do trem me ligava à cidade. Conhecia as ruas, as pessoas, o Tupi... Era como se conhecesse a cidade mesmo sem pertencer àquela comunidade."

Gilney Viana



A Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) colheu um importante depoimento ontem à tarde, quando, pela primeira vez, um ex-presos político com passagem pela Penitenciária de Linhares relacionou, de forma efetiva, a unidade carcerária a situações de abusos físicos e psicológicos. Vindo de Brasília até Juiz de Fora exclusivamente para falar à Comissão, o ex-deputado federal Gilney Viana, 69 anos, relembrou o período de sete anos e três meses, entre maio de 1970 e agosto de 1977, em que esteve encarcerado em Linhares. “Essa história de que a situação dos presos em Linhares era tranquila é conversa fiada. Quem fala isso é porque passou por um curto período pela penitenciária, durante uma fase mais branda, ou porque veio para cá oriundo de um centro de tortura, onde as situações degradantes beiravam o absurdo. Talvez, uma referência como essa pode ter influenciado este tipo de declaração”, afirma Gilney, que, provavelmente, é o preso político que passou mais tempo encarcerado em Linhares.

Em entrevista à Tribuna, Gilney lembrou algumas situações de violação de direitos humanos vivenciadas na penitenciária. Apesar de a maioria dizer respeito à torturas psicológicas, ele relatou situações de abusos físicos. “Eram muitas as mesquinhas, que se agravaram a partir de 1971, quando houve uma troca na direção da penitenciária. Não cheguei a sofrer violência física, mas presenciei, pelo menos, dois espancamentos de companheiros. O terror psicológico acontecia no dia a dia, com constantes batidas nas celas e humilhações a familiares, por exemplo.”

### **Histórico**

Atual assessor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Gilney foi um atuante militante de esquerda e integrou à resistência ao Governo Militar instalado no Brasil após o Golpe de 1964. Mineiro de Crisólita, integrou a Corrente de Revolucionária de Minas Gerais e na Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada por Carlos Marighella, grupo pelo qual chegou a participar de ações armada. Estava em um aparelho da ALN quando foi preso em março de 1970, aos 25 anos, iniciando uma passagem de quase dez anos por unidades carcerárias – entre elas, a Penitenciária – até ser libertado em dezembro de 1979. “Não fui anistiado. Saí em liberdade condicional.”

Gilney classifica os trabalhos das comissões da verdade, como a instaurada em Juiz de Fora, como fundamentais. “Contar a minha história para mim mesmo não tem importância. Eu vivi essa história. Mas estes depoimento às comissões e à imprensa são importantes para que aquelas pessoas que não tiveram acesso a essas informações tenham conhecimento do que ocorreu no país, para que possamos sanar algumas consequências que existem até hoje, como casos de abusos por parte de policiais militares, que nada mais são que resquícios da ditadura.”

---



Grupo quer mudar nome da Avenida Costa e Silva – 02/04/2015

## Política

2 de abril de 2015 - 06:00

# Grupo quer mudar nome da Avenida Costa e Silva

**Proposta é homenagear o juiz-forano Rodolfo Troiano, militante político desaparecido na Guerrilha do Araguaia**

POR EDUARDO MAIA

Tweetar 3 Compartilhar 319

Militantes de direitos humanos ligados a organizações políticas de esquerda e a movimentos artísticos se mobilizam pela alteração do nome da Avenida Presidente Costa e Silva, no Bairro São Pedro, Cidade Alta. A proposta é substituí-lo pelo do juiz-forano Rodolfo Troiano, um dos 61 militantes políticos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, na região amazônica. Ontem à tarde, o grupo realizou ato no Calçadão da Rua Halfeld, no Centro, em panfletagem contra o Golpe de 1964. No fim de março, eles já haviam conversado com moradores e comerciantes da avenida.



Ativistas panfletaram contra a ditadura ontem no Calçadão (FERNANDO PRIAMO/01-04-15)

Jussamar da Silva, pesquisadora do doutorado em História da PUC São Paulo, integra o movimento e questiona a decisão por manter o nome do marechal que governou o Brasil entre 1967 e 1969 e criou o Ato Institucional nº 5, principal instrumento legal de repressão naquele período. “É inadmissível que permaneça o nome de um general assassino, que baixou o AI-5, fechou o Congresso Nacional e suspendeu habeas corpus para crimes políticos. É inadmissível que um genocida dê nome a uma avenida importante dentro da cidade”, contesta. Segundo a pesquisadora, a intenção é mobilizar vereadores a favor da mudança, próximo passo que pretendem seguir.

Nascido em Juiz de Fora, Troiano participou do movimento estudantil secundarista e chegou a ser preso político no presídio de Linhares. Quando posto em liberdade, no final de 1970, optou por viver no Araguaia, interior do Pará. De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, chegou a usar os codinomes Manoel ou Mané, destacando-se como combatente do destacamento A. “A última informação, dada há cinco anos, é que tinham achado uma ossada no Pará em uma cova, que poderia ser dele. Eu e meu irmão fizemos o DNA e até hoje não saiu o resultado. Esperamos uma resposta”, lamenta o irmão de Rodolfo, Jorge Troiano, 64 anos.

Outra proposta de homenagem, que inclusive já tramita na Câmara Municipal, é a denominação de um logradouro no loteamento Bosque Imperial III, no Bairro São Pedro, também na Cidade Alta. A proposta do vereador Antônio Aguiar (PMDB) é substituir o nome de Rua F para Antônio de Arruda Marques (1926-1970), em homenagem ao ex-juiz auditor militar afastado durante a ditadura por agir com independência e desagradar aos militares que estavam no poder.

A mudança de nomes de avenidas e ruas devem levar em conta a legislação municipal,

que prevê a realização de consulta popular entre os moradores que residem próximo ao local que se deseja renomear. Projeto que tramita na Assembleia Legislativa (ALMG), do deputado estadual Paulo Lamac (PT), proíbe que nomes de pessoas que comprovadamente tenham participado de crimes durante a ditadura sejam homenageadas em ambientes públicos. Também prevê que sejam retiradas as homenagens já concedidas. Em janeiro, o Ministério Público Estadual solicitou à ALMG a elaboração de lei para a retirada dessas homenagens.

## CMV/JF entrega relatório final na segunda-feira

A integrante da Comissão Municipal da Verdade (CMV/JF), Fernanda Sanglard, afirma que a mudança de nomes de vias e instituições públicas consta em uma das medidas recomendadas ao Poder Público e à sociedade no relatório final do órgão, que será apresentado na segunda-feira. São propostas, por exemplo, as mudanças dos nomes da Avenida e Escola Estadual Presidente Costa e Silva, além da Estação de Tratamento de Água da Cesama, Marechal Castelo Branco, no sistema João Penido. "Nós defendemos a mudança de nomes de ditadores, mas principalmente explicar quem foram e porque o seu nome foi trocado naquela rua ou instituição. Seja quem forem homenagear, é preciso antes uma consulta pública que aprove esta mudança, tanto com a participação dos moradores das ruas quanto das associações de bairro", completa.

O relatório final da CMV/JF será entregue ao prefeito Bruno Siqueira (PMDB) e ao presidente da Câmara Municipal, Rodrigo Mattos (PSDB), às 11h, encerrando as atividades de investigação do órgão instalado no município no ano passado. Buscando não apenas descrever casos emblemáticos, mas traçar o perfil das vítimas do sistema repressivo que funcionou na cidade durante a ditadura militar (1964-1985), o documento será divulgado à sociedade em breve, sendo transformado em livro e também em um site. Uma cópia do relatório será entregue à OAB/JF e à reitoria da UFJF.

---

Comissão da Verdade entrega relatório final – 07/04/2015

## Política

---

7 de abril de 2015 - 08:11

# Comissão da Verdade entrega relatório final

POR TRIBUNA

 Tweetar { 0  Compartilhar 23

Após um ano de coleta de dados sobre o período da ditadura militar, a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) entregou ontem o relatório final sobre o estudo, intitulado “Memórias da Repressão”. O trabalho, que será lançado em livro ainda neste semestre, é dividido em seis capítulos. Entre eles, destacam-se dados estatísticos embasados na história de 150 vítimas do regime que passaram pela cidade, informações sobre as unidades onde os abusos eram praticados e para onde os presos políticos eram encaminhados. A CMV-JF destaca que este é um passo importante para elucidar os fatos ocorridos no município, com a confirmação, por exemplo, de que a Penitenciária de Linhares foi palco de abusos físicos e psicológicos.

“O documento revela algumas informações sobre as memórias das vítimas, o sistema repressivo, as instituições que receberam presos políticos, a legislação da época e os impactos da ditadura sobre as instituições, permitindo que o juiz-forano conheça um pouco melhor a história da cidade. Mas estamos certos de que a comissão não esgota todas as informações sobre o período. É necessário ir além”, afirma a jornalista Fernanda Sanglard, integrante da comissão.

A presidente do grupo, Helena de Motta Salles, avalia que o trabalho foi surpreendente, principalmente quanto à coleta de depoimentos de pessoas que tiveram seus direitos violados, que nunca tocaram no assunto, permitindo ainda a descoberta de fatos ainda inéditos. “Embora o trabalho da CMV-JF tenha se encerrado de forma positiva, fica a frustração, pois sentimos que não esgotamos o assunto, já que o material é vasto. Por isso, pedimos para que os pesquisadores continuem os estudos”.

Para Helena, o material fará com que as gerações futuras entendam como foi a ditadura. “Nas recentes manifestações, vimos cartazes pedindo por uma nova intervenção militar. As pessoas precisam ter formação política, pois o povo que não conhece sua história, está fadado a repeti-la.” O prefeito Bruno Siqueira (PMDB), presente ao evento, destacou que o Brasil vive, novamente, um momento de conflito e debate, mas, para prevalecer a democracia, deve haver o diálogo.

Durante solenidade, realizada no auditório da Prefeitura, a comissão repassou cópias do material a representantes de Executivo, Legislativo, OAB e UFJF, entidades que foram parceiras dos trabalhos. O estudo será disponibilizado na internet.



Revelações dos anos de ditadura no município – 28/06/2016

**POLÍTICA**

28 de junho de 2015 - 07:00

**Revelações dos anos de ditadura no município**

Documento tem o objetivo de descrever o período de 21 anos, que levou dezenas de juiz-foranos à prisão

POR TRIBUNA

Tweetar Compartilhar 23



Policiais em ato de repressão em frente à antiga Reitoria da UFJF, na Rua Benjamin Constant. A data da foto não foi identificada

A participação de Juiz de Fora no golpe civil-militar de 1964 está presente no imaginário social da cidade que abrigou o general Olympio Mourão, responsável por antecipar a "revolução" ao colocar as tropas mineiras a caminho do Rio para a deposição do presidente João Goulart. Mas o sistema repressivo que funcionou em Juiz de Fora durante os 21 anos de arbítrio ainda é desconhecido da maioria da população. No dia 1º de julho, porém, parte dessa história poderá ser percorrida através da obra que compõe o primeiro documento público elaborado com o objetivo de descrever o período que marcou decisivamente a vida de dezenas de juiz-foranos perseguidos e presos pelo regime de exceção. Elaborado pela Comissão Municipal da Verdade, o relatório de 272 páginas revela como as instituições locais foram usadas para investigar, julgar e prender pessoas que discordavam e ameaçavam a nova ordem pública, incluindo sindicalistas, estudantes, advogados e professores da UFJF. Ao resgatar as "Memórias da repressão", título do livro

Publicidade



**POLÍTICA**

13/07/2016

**Prêmio em dinheiro para vencedores**



12/07/2016  
**Wilson defende gestão próxima à população**



próxima à população

12/07/2016

**Reação à 'Escola sem Partido'**



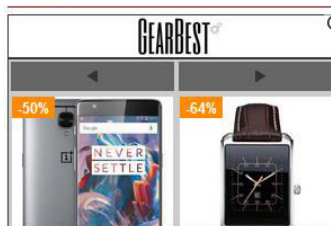
10/07/2016

**Novas regras facilitam manutenção de mandato**

09/07/2016

**Bombeiros civis podem virar exigência**

Publicidade



que será lançado na próxima quarta-feira, a Comissão Municipal da Verdade reabre velhas feridas e mostra que ainda há muito a ser pesquisado sobre a ditadura, como o paradeiro de Rodolfo de Carvalho Troiano e Paulo Costa Ribeiro Bastos, dois juiz-foranos que figuram na lista dos desaparecidos políticos do país, militantes cujos corpos jamais puderam ser velados por suas famílias.

“Fruto do somatório das memórias daqueles que vivenciaram a repressão em Juiz de Fora e de documentos que permitem contextualizar o período, o livro procura iluminar uma parte da história que ainda se encontra oculta ou pouco difundida. Além de trazer algumas respostas, a obra deixa também perguntas, introduzindo temas e documentações com potencial para subsidiar futuras pesquisas sobre o assunto”, explica Fernanda Sanglard, jornalista que integrou a Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF). Durante um ano, a CMV-JF realizou pesquisas, visitou órgãos públicos, fez busca em arquivos e coletou depoimentos fornecidos por 37 pessoas, entre vítimas do período, parentes de militantes políticos, jornalistas e outros.

#### Relatório

Organizado em seis capítulos, o relatório aponta quatro centros de detenção de presos políticos na cidade: o 2º Batalhão de Polícia Militar, localizado em Santa Terezinha, o 10º Regimento de Infantaria, o Quartel General, no Mariano Procópio, e a Penitenciária de Linhares. Outros dois locais, a Polícia Federal e a Delegacia de Polícia Civil, também foram identificados pela comissão como unidades de apoio do sistema. Dos quatro pontos de detenção, Linhares foi o que abrigou o maior número de presos, tornando-se um dos mais importantes presídios políticos do país. Por lá passaram, em 1967, os guerrilheiros do Caparaó, além de importantes lideranças, hoje conhecidas no cenário nacional, como o prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, o atual governador de Minas, Fernando Pimentel, e o atual secretário de Direitos Humanos do Estado, Nilmário Miranda.

A comissão destaca, ainda, o nascimento do Documento de Linhares, o primeiro a denunciar internacionalmente as torturas cometidas nos porões da ditadura no Brasil. Escrito em dezembro de 1969 e assinado por 12 presos, ele expõe a crueldade dos repressores no país. “O documento denuncia as várias formas de torturas sofridas nas prisões brasileiras nos primeiros anos do regime autoritário. Em determinado trecho, os presos relatam que, durante o depoimento de Murilo Pinto da Silva, em setembro de 1969, o tenente Haylton (da Polícia do Exército da Guanabara) “[...] introduziu na sala uma criança de 8 anos aproximadamente. Os torturadores pararam um momento a tortura, ao que o tenente Haylton disse: ‘Podem continuar: Ele precisa ir se acostumando a isto’”. Em outro trecho do documento há referência a agressões contra adolescentes e presos comuns para induzir os militantes políticos a falar. “Despidos de moral, torturaram crianças e adolescentes com a expectativa de que a moral e a ética dos prisioneiros não suportassem tamanhos absurdos”, escreve a comissão em seu relatório ao falar sobre os torturadores.

## Militantes presos foram trocados por embaixador

Para se ter ideia da importância de Linhares, dos 40 presos políticos trocados em 1970 pela libertação do embaixador alemão sequestrado, no Rio, Von Holleben, seis estavam na penitenciária mineira e partiram do cárcere direto para o exílio na Argélia. São eles, Jorge e Maria José Nahas, Marco Antônio Azevedo Meyer, Ângelo Pezutti, Murilo Pinto da Silva e Maurício Vieira de Paiva, todos integrantes de organizações com atuação em Belo Horizonte.

No final do ano passado, quatro entre os seis tiveram seus documentos pessoais restituídos mais de 40 anos após sua prisão em Juiz de Fora. A solenidade, realizada na sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM) em parceria com a





sede da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar (4ª CJM) em parceria com a Comissão Municipal da Verdade, fez Maria José Nahas retornar a cidade. Ângela Pezzuti, tia de Murilo e Ângelo, ambos já falecidos, recebeu as fotos dos sobrinhos.

Na ocasião, a presidente da Comissão Municipal da Verdade (CMV-JF), Helena da Motta Salles, destacou que a entrega dos documentos simbolizava parte dos objetivos propostos pela comissão, que é revelar os detalhes deste período da história. "As gerações futuras precisam lembrar de como foi o Brasil durante a ditadura."

Henrique Roberti Sobrinho, que também teve os documentos devolvidos, falou, emocionado, em nome de todos os companheiros de cárcere e disse que jamais imaginou retornar ao local onde, no passado, foi tão humilhado. "Saí escorraçado daqui e volto agora para ter meus documentos restituídos." A juíza auditora militar, Maria do Socorro Leal, destacou que a devolução marcava o resgate da história pessoal de cada um. Ao todo, 250 livros da auditoria foram digitalizados pela comissão.



Após mais de 4 décadas, Maria José Nahas (de costas) volta a JF e tem documentação restituída. (Foto: Divulgação)

## Dois juiz-foranos continuam desaparecidos

O livro "Memórias da repressão" demonstra, ainda, como as Forças Armadas contavam com apoio de setores da Justiça Militar para sonegar informações e, conseqüentemente, os casos de violação. A institucionalização da sonegação de informações é a confirmada em comunicações feitas entre os órgãos da Justiça Militar e do sistema de segurança e de informação. Em 1974, o juiz-auditor da 4ª Circunscrição Judiciária Militar de Juiz de Fora, Mauro Seixas Telles, enviou ao brigadeiro-comandante da 3ª Zona Aérea, no Rio de Janeiro, relação de 61 pessoas julgadas e condenadas pela auditoria, com solicitação de dados sobre eles. No trâmite do pedido, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica registra vários mortos em São Paulo: "Trata-se de um documento que veio da Auditoria de Juiz de Fora. Ao que parece não foi esta a ideia de difusão. Não se vai responder isto". O próprio ofício enviado pelo auditor identifica outro registro manuscrito com o seguinte comando: "Vários já eram".

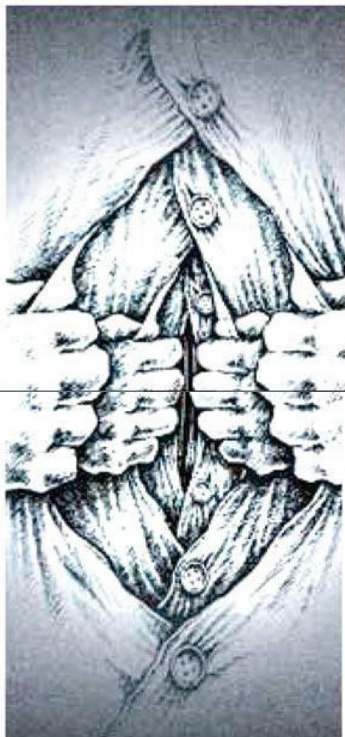
### Sem corpo

Entre os que não tiveram suas histórias esclarecidas, Rodolfo de Carvalho Troiano é destacado pela Comissão Municipal da Verdade. O juiz-forano nasceu em 1949 e, a partir de 1967, passou a militar na organização política Corrente. Ele participou da Guerrilha do Araguaia no Estado do Pará, sendo morto em 1974. O corpo de Rodolfo, porém, nunca foi encontrado. Paulo Costa Ribeiro Bastos também é considerado desaparecido. Nascido em Juiz de Fora em 16 de fevereiro de 1945, ele é filho do General Othon Ribeiro Bastos e de Maria do Carmo Costa Bastos. Militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro

(MR-8), entrou para a clandestinidade, em 1970, tendo sido torturado e morto no DOI-Codi do Rio. A comissão aponta que no arquivo do SNI, há um documento de 1972 que registra Paulo Costa Ribeiro Bastos como desaparecido.

O terceiro caso citado pela comissão é do guerrilheiro do Caparaó Milton Soares de Castro, encontrado morto, em Linhares, no dia 28 de abril de 1967. A sepultura dele foi localizada em 2002, no Cemitério Municipal de Juiz de Fora, em reportagem investigativa publicada pela Tribuna. Recentemente, o livro Cova 312 trouxe novas informações a respeito do caso de Milton. Apontado como suicida, o livro desmonta farsa do Exército para esconder o assassinato do guerrilheiro e revela imagem inédita da necropsia de Milton, que aponta que as lesões no cadáver são incompatíveis com suicídio.

## PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE



- Melhoria na conservação dos arquivos**  
 A maioria dos arquivos da cidade não possui local adequado para guardar os documentos. Recomendam-se a digitalização e a organização dos acervos da UFJF, da Penitenciária de Linhares, da Polícia Federal, do 2º BPM e do Arquivo Histórico do Município
- Criação de um memorial da ditadura civil-militar**  
 Há vários prédios relacionados a esse período da história e que poderiam abrigar tal acervo
- Substituição de nomes de logradouros e prédios públicos**  
 A troca dos nomes de ruas e demais espaços públicos que hoje homenageiam personalidades ligadas à repressão militar
- Inclusão de conteúdo histórico nos currículos escolares**  
 A participação histórica de JF nos episódios que concorreram para o golpe e possibilitaram a sustentação de uma ditadura por duas décadas configura-se conteúdo fundamental para a formação de cidadãos
- Mais e novas pesquisas**  
 Pesquisas em instituições às quais a CMV-JF não conseguiu acesso, como os arquivos das unidades militares e de hospitais psiquiátricos que podem ter sido usados pela ditadura para o envio de militantes políticos



## 15 COMENTÁRIOS



Hadassa Levi disse:

A América Latina ainda insiste em implantar o regime socialista/comunista e por essa razão, continuamos sendo a lanterna do mundo no cenário financeiro mundial. Se o Comunismo tivesse dado certo, nem o muro de Berlim haveria caído e a a[Calculadora]nda estaria intacta.



Comissão pede desculpas a vítimas da ditadura – 30/06/2016

## Política

30 de junho de 2015 - 19:30

# Comissão pede desculpas a vítimas da ditadura

POR FABIOLA COSTA

 Tweetar

3

 Compartilhar

385



Expectativa é que o livro lançado estimule novas pesquisas e investigações sobre o tema (Foto: Marcelo Ribeiro/30-06-15)



Um ano de profundo e exaustivo trabalho dedicado a elucidar violações de direitos humanos durante a ditadura militar resultou em um relatório de 272 páginas lançado na forma de livro hoje. “Memórias da repressão” é a materialização do trabalho feito pelos sete integrantes da Comissão Municipal da Verdade, que contou com apoio de UFJF e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Subseção Juiz de Fora. O lançamento acontece às 19h30 na Câmara Municipal. O conteúdo estará disponível – na internet e na íntegra – a partir de amanhã, no site [www.pjf.mg.gov.br/comissaodaverdade](http://www.pjf.mg.gov.br/comissaodaverdade).

Segundo a presidente da comissão, Helena da Motta Salles, o lançamento é o coroamento de um ano de trabalho intenso de busca e análise de documentos, além de apuração de depoimentos contundentes de violação de direitos na cidade. “A população não sabe o que aconteceu, ou sabe de forma superficial.” Durante a coletiva de apresentação do livro, a coordenadora pediu desculpas oficiais às famílias atingidas pelo sistema repressivo durante os anos de 1964 e 1985.

A professora e pesquisadora da UFJF Christiane Jalles identificou o papel central da cidade no aparelho repressivo nacional. A coordenadora de Direitos Humanos da OAB/MG, Cristina Couto Guerra, destacou o papel “heróico” das mães dos desaparecidos políticos e dos advogados que, em sua maioria, exerceram papel de resistência contra o sistema. O vereador Roberto Cupolillo – Betão (PT) lembrou de intervenção verificada em sindicatos de classe, perda de mandatos por vereadores, intensa divisão de classes e “auxílio” da imprensa ao processo golpista.

A professora da UFJF Teresa Neves alertou que desconhecer o passado não significa negar a sua existência. O trabalho de resgate da memória, diz, pode ajudar a mudar a trajetória, desenhando um novo futuro para a cidade. O presidente da OAB Subseção Juiz de Fora, Denilson Clozato, elogiou a iniciativa e o relatório, e a jornalista Fernanda Sanglard acrescentou que o trabalho contextualiza o sistema de repressão e a prática de violação de direitos vividos por muitos, antes mesmo do Ato Institucional 5 (AI-5). Com a abertura da discussão sobre o tema, a expectativa unânime é que o livro estimule novas pesquisas e investigações sobre esse passado que já foi mais sombrio em Juiz de Fora.



**SUPER** *fácil*

Imóveis, Veículos, Oportunidades?  
Encontre aqui o que você procura!

Novo classificados Superfácil Tribuna de Minas

# Homenagem no João Penido – 31 de julho de 2015

## CIDADE

31 de julho de 2015 - 07:00

### Homenagem no João Penido

POR TRIBUNA

Tweetar Compartilhar 9



Médico Jorge Nahas, que ficou preso em Linhares durante a ditadura, volta a JF como presidente da Fhemig (Daniela Arbex/30-07-15)

O presidente da Fundação Hospitalar de Minas Gerais, o médico Jorge Nahas, foi homenageado, ontem, em Juiz de Fora, pelo diretor do Hospital João Penido, Renê Mattos. Ex-presos político de Linhares, Nahas passou 18 meses na penitenciária mineira que foi um dos principais centros de detenção do país na época da ditadura. Em 1970, o estudante de medicina da UFMG deixou o presídio, junto com outros 39 prisioneiros do regime, em troca da libertação de Von Holleben, embaixador alemão sequestrado no Rio. Nahas passou dez anos no exílio. Sua formação humana o levou a ser um dos grandes apoiadores da implantação do SUS no Brasil.

Emocionado ao receber das mãos da presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Cristina Guerra, o livro com o relatório produzido pela Comissão Municipal da Verdade, o presidente da Fhemig falou de sua ligação histórica com Juiz de Fora. “Tenho uma ligação inarredável com a cidade, porque, nos anos de chumbo, eu passei um tempo importante aqui. Acabei sobrevivendo, e os mistérios da vida me fizeram voltar à cidade como presidente da Fhemig. Tenho orgulho dos tempos passados e de ter participado ativamente do Sistema Único de Saúde que, na sua concepção, protege o cidadão não como caridade, mas como um direito. Para mim é um privilégio estar à frente da Fhemig, um novo desafio que assumo com o compromisso de luta. O que tenho a prometer daqui para frente é trabalho”, ressaltou Nahas durante a cerimônia que contou com a participação da deputada federal Margarida Salomão (PT), do psiquiatra José Laerte, que hoje volta a vereança ao assumir a cadeira do ex-vereador João do Joaquinho, e do vice-prefeito Sérgio Rodrigues (PMDB), além de lideranças locais ligadas à área da saúde.



PRIMEIRO COMENTÁRIO

Publicidade



CIDADE

13/07/2016

**Expulsão de aluno volta a acirrar ânimos no Granbery**

13/07/2016

**Tribuna passa a cobrar pelo conteúdo on-line**

13/07/2016

**UFJF abre processo seletivo exclusivo para surdos**

13/07/2016

**Pedestre é rendido com faca nas costas em assalto na Olegário**

13/07/2016

**Jovem é baleado ao desembarcar do carro**

Publicidade

